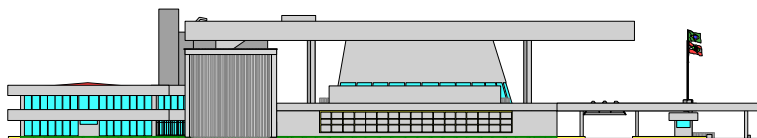


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 28 DE MAIO DE 2010

NÚMERO 6.175

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2175 EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 012ª Sessão Especial realizada em 24/05/20102 Ata da 043ª Sessão Ordinária realizada em 25/05/20107 Ata da 012ª Sessão Extraordinária realizada em 25/05/2010 17 Ata da 013ª Sessão Extraordinária realizada em 25/05/2010 17 Ata da 013ª Sessão Especial realizada em 25/05/201022</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa25</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública26 Atas de Comissões Permanentes39 Aviso de Licitação40 Aviso de Resultado40 Extratos40 Ofícios40 Portarias41 Projetos de Lei45 Redações Finais48</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 012ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2010, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS - ACIF

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO GELSON MERÍSIO

SUMÁRIO

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Tece considerações a respeito da Acif.

DILVO VICENTE TIRLONI - Reporta-se à história da Acif.

DORENI CARAMORI JÚNIOR - Aborda a importância dos trabalhos da Acif.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir.

Excelentíssimo senhor Doreni Caramori Júnior, presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis;

Excelentíssima senhora Sílvia Hoepcke da Silva, vice-presidente da Acif;

Excelentíssimo senhor Dilvo Vicente Tirloni, ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, Acif;

Senhora Neiva Kieling, presidente do Conselho Estadual da Mulher Empresária da Facisc;

Senhor Januário Serpa, coordenador-geral do Sebrae da Grande Florianópolis;

Excelentíssimo senhor deputado Reno Caramori;

Excelentíssimo senhor deputado Dieter Janssen.

O deputado Edison Andrino me pediu que justificasse a sua impossibilidade de permanecer na sessão, já que temos outro evento acontecendo na Aemflo. Combinamos que eu ficaria nesta solenidade e ele representaria a bancada do PMDB no evento da Aemflo.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores deputados!

A presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e do deputado Silvio Dreveck e foi aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - Acif -, na passagem dos seus 95 anos.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)
Na sequência teremos a apresentação de vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Srs. deputados Reno Caramori e Dieter Janssen; presidente Doreni Caramori Júnior; ex-presidente Dilvo Tirloni, meu mestre, meu professor, com quem aprendi muito na época em que cursava a Esag; vejo aqui o também o Moritz, que foi meu mestre.

Quero dizer da minha alegria de, juntamente com o deputado Silvio Dreveck, ter proposto a realização desta sessão solene para homenagear os 95 anos da Acif, que é a segunda associação comercial do estado mais

antiga, próxima de completar o seu centenário.

Esta homenagem é justa porque temos uma história a ser comemorada, fruto do trabalho de tantos homens e de tantas mulheres que se dedicaram ao associativismo de forma espontânea, de forma determinada, para que pudéssemos chegar na data de hoje e comemorar a pujança da Acif, que registra mais de 1.500 associados, projetos inovadores, como o da ouvidoria. Inclusive, é a única Associação Comercial e Industrial que nós conhecemos que tem na sua estrutura uma ouvidoria.

A Acif é uma entidade que está permanentemente preocupada com os empresários, que são a base da sua ação, mas também está preocupada em oferecer sugestões e soluções para os poderes públicos, seja o poder público municipal, o estadual ou o federal.

Em muitas oportunidades estive na Acif para discutir assuntos de interesse da sociedade, que envolviam o Parlamento catarinense. Lembro-me muito bem do projeto da reforma tributária para o qual a Acif contribuiu com sugestões. Infelizmente até agora não conseguimos avançar nesse tema tão importante e tão fundamental para o país, mas quem sabe um dia consigamos avançar nesse particular. É importante que entidades como a Acif, que representam o segmento empresarial de Florianópolis, estejam sempre presentes e acreditem nessas soluções.

Também registro a preocupação da Acif em oferecer contribuições aos governantes do nosso município, no que se refere à mobilidade urbana, no que se refere à evolução do turismo, que é marca importante de Florianópolis. Não é à toa que Santa Catarina e especialmente Florianópolis atraíam sempre muitos turistas, pois essa é uma atividade fundamental para a nossa capital.

Então, quero deixar as minhas homenagens a todas as pessoas que receberão o reconhecimento da Assembleia Legislativa e da Acif, na noite de hoje, e desejar que Deus continue iluminando aqueles que agora têm a responsabilidade de dirigir os destinos da Acif.

Eu falava há pouco para o Dilvo que são 95 anos de história, mas com uma Acif rejuvenescida, por conta de jovens empresários que agora estão na direção da entidade, tendo a responsabilidade de dirigir os seus destinos, para marcar cada vez mais de forma indelével o nome da Acif na história de Florianópolis e na história de Santa Catarina.

Muito obrigado e que Deus os abençoe!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Senhor João Amin, vereador de Florianópolis;

Senhora Rejane Varela, diretora de representação da Acif/Canasvieiras;

Senhor Aníbal Dib Mussi, superintendente executivo do Centro de Integração Empresa/Escola de Santa Catarina - Ciee/SC;

Jornalista Moacir Pereira, conselheiro da Associação Catarinense de Imprensa;

Senhor Jaime Luiz Ziliotto, diretor financeiro da Acif;

Senhor Luiz Carlos Semprebom, diretor patrimonial da Acif;

Senhor Alcides Andrade, diretor financeiro da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - Fampesc;

Senhor Odílio Guarezi, vice-presidente regional da Grande Florianópolis, neste ato representando o sr. Alaor Tissot, presidente da Facisc;

Senhor Silvio Rogério de Souza, diretor-geral da Acif/Canasvieiras.

Neste momento convido o sr. deputado Silvio Dreveck para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Excelentíssimo senhor deputado Renato Hinnig;

Excelentíssimo senhor deputado Reno Caramori;

Excelentíssimo senhor deputado Dieter Janssen;

Excelentíssimo senhor presidente da Acif, Doreni Caramori Júnior, que em seu nome aproveito para saudar todas as autoridades que compõem a mesa;

Senhoras, senhores, imprensa, busquei um pequeno resumo do histórico da Associação Empresarial de Florianópolis e achei muito interessante, por isso peço permissão aos senhores e às senhoras para fazer esta leitura bastante resumida, mas muito interessante.

(Passa a ler.)

"Em 21 de abril de 1915 reuniu-se, na sede do Clube 12 de Agosto, uma comissão composta pelos comerciantes André Wendhausen, Francisco Pereira Oliveira Filho, Emilio Blum, Paschoal Simone, Lauro Linhares, este representando a firma Carlos Hoepcke, para organizar a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - Acif.

Após estudos preliminares, a referida comissão convocou os comerciantes locais para uma assembleia de fundação. Isso aconteceu no Clube 12 de Agosto, no dia 3 de maio de 1915, às 11h, ocasião em que compareceu um elevado número de comerciantes e amigos interessados, a fim de elegerem a primeira diretoria provisória, que ficou assim constituída: coronel Emilio Blum como presidente, Francisco Pereira Oliveira Filho como vice-presidente, Lauro Linhares como primeiro-secretário e Antônio Linhares como primeiro-tesoureiro.

Na mesma ocasião foram indicados para organizarem os estatutos sociais os comerciantes Osvaldo Haberbeck e Paschoal Simone.

Em 14 de junho de 1915, em assembleia ordinária, a entidade aprovou, por unanimidade, os estatutos. E finalmente em 20 de junho do mesmo ano foi empossada a primeira diretoria definitiva da entidade, composta pelas seguintes comerciantes: coronel Emilio Blum como presidente, Francisco Pereira Oliveira Filho como vice-presidente, Lauro Linhares como primeiro- secretário e Paschoal Simone como primeiro- tesoureiro. Essa diretoria executiva teve seu mandato até 13 de maio de 1917, quando nova eleição foi realizada. Ainda hoje a eleição da diretoria é realizada a cada dois anos, com direito a uma única reeleição para o período seguinte.

A Acif é afiliada à Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina - Facisc -, que por sua vez é associada à Confederação das Associações Comerciais do Brasil - CACB -, que congrega 1.600 associações comerciais e industriais em todo o país.

Atualmente, a Acif possui uma diretoria executiva composta por 21 integrantes, um conselho superior composto por 59 membros e um conselho fiscal composto por três membros titulares e três membros suplentes. A sede da Acif está situada no centro de Florianópolis, possuindo cinco regionais: Lagoa da Conceição, Canasvieiras, Ingleses, Continental e Sul."

Senhoras e senhores, faço questão de registrar isso porque quando tive a oportunidade de ser prefeito de São Bento do Sul, de 1997 a 2004, e a associação empresarial daquele município deu uma grande contribuição para a gestão pública. Eu tinha assumido, durante a campanha, alguns compromissos e tive a ideia de fazer mais um acesso à entrada da cidade, deputado Dieter Janssen, que conhece São Bento do Sul. O município contava com quatro acessos, dos quais apenas um tinha pavimentação. E eu, como estava determinado em fazer um novo acesso, quando participei da reunião com a associação empresarial, um dos empresários me fez a seguinte pergunta: "Antes que você execute essa tarefa, ou seja, essa obra, não seria interessante contratar alguém com conhecimento técnico para fazer uma avaliação se de fato é uma obra prioritária?" Eu repensei e fiz uma avaliação com técnicos da área. E a conclusão a que se chegou foi que, como havia quatro acessos, apenas um pavimentado, era fazer um novo acesso. E por que a minha intenção era fazer mais um acesso? Porque havia um congestionamento naquela determinada rua, que era o único acesso para o centro, que ficava insuportável em determinados horários. E como vivemos em grandes centros, e aqui em Florianópolis também não é diferente, ele disse o seguinte: "Antes de você fazer essa obra, de fazer um novo acesso, é necessário que se faça a pavimentação nos outros três, porque o usuário não vai utilizar esse novo acesso, se não houver pavimento asfáltico, porque a tendência do usuário é de procurar uma rua pavimentada, pois não vai andar no pó e na lama". Ele tinha toda razão, e assim nós fizemos. Mas esse novo acesso não foi aberto até hoje.

O que eu quero dizer com isso? Que as entidades de classe dão uma grande contribuição quando podem participar, quando participam e quando são ouvidas. E a Associação Empresarial de Florianópolis certamente não é diferente pelo seu histórico, são 95 anos de muito trabalho, de muita contribuição e de muita sugestão.

É por isso que esta homenagem é justa e meritória. E o meu desejo é que essa entidade continue sendo a grande parceira que tem sido na nossa maravilhosa capital Florianópolis, que continua exercendo esse bom exemplo para Santa Catarina e para o Brasil, porque é constituída por pessoas de bem, que querem, além do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e desejam e trabalham para a geração de emprego e renda.

Desta forma, quero deixar aqui os nossos sinceros agradecimentos, e podem contar conosco na Assembleia Legislativa, com os deputados presentes Reno Caramori, Renato Hinnig, que preside esta sessão, Dieter Janssen e com os demais deputados que não puderam estar aqui presentes por outros motivos.

Um grande abraço a todos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - Convido o mestre-de-cerimônias Washington Luis Mignoni para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem à Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, Acif, na passagem dos seus 95 anos de fundação promovendo a integração, o desenvolvimento comercial e industrial no município, estimulando a livre iniciativa, o associativismo e a união dos associados na prática de ações que beneficiam a sociedade como um todo.

Convido os srs. deputados Renato Hinnig e Silvio Dreveck para fazer a entrega da homenagem ao sr. Doreni Caramori Júnior, presidente da Acif, neste ato representando a Associação.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem aos presidentes e ex-presidentes da associação.

Convido os srs. deputados Renato Hinnig e Silvio Dreveck para fazerem a entrega da homenagem ao sr. Doreni Caramori Júnior.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Renato Hinnig e convido para receber a homenagem o sr. Dilvo Vicente Tirloni, presidente de 2005 a 2009.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Odílio Guarezzi, neste ato representando o sr. Alaor Francisco Tissot, presidente de 1987 a 1991 e de 2001 a 2005.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido Fausto Silva para receber a homenagem, neste ato representando o sr. Vinicius Lummertz Silva, presidente de 1997 a 2001.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Recebe agora a homenagem o sr. Luiz Gonzaga, presidente de 1995 a 1997.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido agora o deputado Renato Hinnig para fazer a entrega da homenagem ao sr. Fernando César Demetri, presidente de 1991 a 1995.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Gilberto Moritz, neste ato representando o sr. Vítor Moritz, *in memoriam*, presidente de 1981 a 1985.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Lédio de Novaes Martins, neste ato representando o sr. Lédio João Martins, *in memoriam*, presidente de 1979 a 1981.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Osvaldo Moritz, presidente de 1975 a 1979.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Renato Hinnig e convido o deputado Reno Caramori para fazer a entrega da homenagem ao sr. Udo Von Wangenheim, neste ato representando seu pai, o sr. Barão Dietrich Von Wangenheim, *in memoriam*, presidente de 1963 a 1971.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, convido para receber a homenagem a sra. Zenyr de Mesquita Amin Lineburg, Maria de Lourdes Amin Filomeno e o sr. Tuffi Amin Neto, neste ato representando o sr. Nelson Amin, *in memoriam*, presidente de 1959 a 1963.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Osvaldo Moritz, neste ato representando o sr. Charles Edgar Moritz, *in memoriam*, presidente de 1947 a 1959, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. César Simões, neste ato representando o sr. Severo Simões, *in memoriam*, presidente de 1942 a 1946.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Américo Augusto da Costa Souto e Gilberto Américo Souto, neste ato representando seu pai e avô, respectivamente, o sr. Américo de Campos Souto, *in memoriam*, presidente de 1940 a 1942.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Reno Caramori e convido o sr. deputado Dieter Janssen para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem os srs. Augusto Fett e Marcelo Fett, neste ato representando o seu avô e bisavô, respectivamente, sr. Helmuth Fett, *in memoriam*, presidente de 1938 a 1940.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Américo Augusto da Costa Souto e Gilberto Américo Souto, neste ato representando o sr. Florêncio Thiago da Costa, *in memoriam*, presidente de 1927 a 1931.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Heitor Blum S. Thiago, neste ato representando o sr. Heitor Blum, *in memoriam*, presidente de 1926 a 1927.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Heitor Blum S. Thiago, neste ato representando o sr. coronel Emílio Blum, *in memoriam*, presidente de 1915 a 1917.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Também seriam homenageados os ex-presidentes:

Ody Varella;

Carlos Leisner, *in memoriam*;

Theodoro Ávila, *in memoriam*;

Lauro Marques Linhares, *in memoriam*;

Joaquim Garcia Neto, *in memoriam*;

José O'Donnel, *in memoriam*;

João Pedro de Oliveira Carvalho, *in memoriam*;

Carlos Victor Wendhausen, *in memoriam*.

Convido o sr. Doreni Caramori Júnior, presidente da Acif, para fazer a entrega das homenagens aos deputados, em nome da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis.

Convido o sr. deputado Renato Hinnig para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Silvio Dreveck para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os srs. deputados Silvio Dreveck e Renato Hinnig para receberem a homenagem, em nome do exmo. sr. deputado Gelson Merísio, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o deputado Renato Hinnig para fazer ainda uma entrega, juntamente com o deputado Silvio Dreveck.

Convido para receber a homenagem o representante José Filomeno - *in memoriam* -, presidente de 1936 a 1938.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço aos deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Dilvo Vicente Tirloni, em nome dos homenageados.

O SR. DILVO VICENTE TIRLONI - Boa-noite a todos, uma saudação especial ao deputado Renato Hinnig, meu amigo e presidente desta sessão. Ao saudar o

deputado Renato Hinnig saúdo os demais deputados presentes.

Faço uma saudação especial às demais autoridades, aos nossos conselheiros, às nossas mulheres associadas e diretoras; também saúdo os diretores e convidados.

Fiquei honrado em representar nesta solenidade os 26 ex-presidentes da Acif. São 95 anos de trabalho ininterruptos prestados à sociedade de Florianópolis. E julgo necessário citar aqui o pensamento dessa plêiade de homens reunidos com os seguintes verbetes: defender as melhores tradições da moral cristã, defender o associativismo necessário, defender os interesses comunitários e defender o lucro justo, decorrente do cumprimento das leis do país.

Se um empresário cumpre com as leis trabalhistas, social ou previdenciária, opera dentro dos limites da legislação ambiental, paga seus impostos em dia e não há nisso nada de errado, ganhe o que ganhar. Mas devemos afastar os maus agentes econômicos, os sonegadores, os fraudadores, os depredadores do meio ambiente, eis que eles existem, infelizmente, em qualquer segmento da sociedade e já em 1915 assim pensavam os nossos fundadores.

A Acif nasceu com propósitos claros de contribuir com o desenvolvimento da nossa cidade. E como disse o deputado anteriormente, aconteceu no Clube Doze de Agosto, no dia 13 de maio de 1915.

O primeiro presidente foi Emilio Blum, grande idealizador, comerciante, político, que emprestou seu nome à rua em que estamos instalados. Ao citá-lo, desejo em nome de toda a Acif render as nossas homenagens a todos os demais vice-presidentes, alguns com dois ou mais mandatos.

Desejo, embora possa cometer alguma injustiça, distinguir alguns grandes presidentes do passado, cujo trabalho, em prol dos interesses maiores da coletividade, emprestaram seus nomes às ruas de nossa cidade. Quem não conhece a rua Heitor Blum, no Estreito, a rua Lauro Linhares, na Trindade, a avenida Lédio João Martins, cujo filho está presente nesta sessão, no Kobrasol? Há outros presidentes ilustres como o grande comerciante Nelson Amin, o inesquecível Charles Edgar Moritz, o empresário e diplomata Barão Dietrich Von Wangenheim.

Quero expressar também uma saudação especial aos meus companheiros que tive e tenho o privilégio de suas convivências e experiências, todos abnegados e determinados nos objetivos associativos e na defesa de nossa cidade. Menciono o professor de economia, empresário e membro de uma família que nos deu vários presidentes, sr. Oswaldo Moritz, o sr. Ody Varella, que por duas vezes dirigiu brilhantemente a Acif, o empresário Alaor Francisco Tissot, que me trouxe para a Acif e que a dirigiu por duas vezes, o atual secretário de estado Vinicius Lummertz Silva, os empresários Armando Luiz Gonzaga e Fernando César Demetri. A todos os que nos deixaram e os que emprestam sua colaboração os cumprimentos de toda a família Acif.

Na tarde chuvosa do dia 13 de maio de 1926, mesmo dia da fundação da Acif, os quase 40 mil habitantes de Florianópolis, emocionados, festejavam a inauguração da ponte Hercílio Luz. A Acif que ajudara a apoiar o projeto completava então nove anos. Desde essa época, a associação comercial tem estado presente nos grandes acontecimentos econômicos e financeiros de nossa cidade.

Não vou falar das conquistas do passado, prefiro mostrar os desafios futuros. Dos 40 mil de 1926 pulamos para os 400 mil nos dias atuais e seremos 800 mil em 2030. O trabalho que temos pela frente é imenso. Significa dobrar todos os investimentos que temos feito até aqui. Segundo o IBGE, temos atualmente 106 mil residências, precisamos construir mais outras 100 mil, 5.000 casas ou apartamentos, a cada ano até 2030. Precisamos providenciar água, saneamento básico, infraestrutura em transportes para atender à demanda gerada. Além de pensar localmente, precisamos adicionar, deputado Renato Hinnig, outra vertente, ter foco em projetos metropolitanos.

Urge que nossos gestores públicos viabilizem a região metropolitana e seu respectivo conselho de desenvolvimento para receptionar os projetos de interesse comum. Nenhuma cidade pertencente à região metropolitana será suficientemente viável com projetos de infraestrutura independente. Destaco pela sua importância a mobilidade urbana, o sistema de infraestrutura de transportes, a água e o saneamento básico, a segurança pública.

Assim como os nossos ex-presidentes ajudaram a encontrar os caminhos do progresso, temos que nos inspirar neles e, determinados, recomendar o abandono de gestões públicas amadoras, dar vez ao planejamento técnico. Fizemos muito e continuaremos fazendo. Hoje nossa associação conta com experiência suficiente para opinar sobre os projetos de infraestrutura da cidade e região.

Disse em pronunciamento feito na semana passada que toda essa evolução e vontade de contribuir precisa ser aproveitada pela sociedade. Precisamos avançar, derrubar preconceitos existentes, unir mais o poder público e o privado. Num mundo complexo, com vários grupos de pressão, o que deve despontar são os conhecimentos técnicos. Temos que resgatar o valor da "prancheta", dos conhecimentos universais, da universidade despolitizada, de novos modelos institucionais onde a parceria público-privada esteja presente.

Não desejo ser arrogante, mas é impossível governar conferindo poder de decisão às discussões paroquiais, em que muitos oportunistas, ora se dizendo defensores do meio ambiente, ora defensores dos pobres, decidem o que deve e o que não deve ser feito ao manipular a comunidade para os seus inconfessáveis interesses particulares, contribuem para o custo Brasil ou pra atrasar os projetos do interesse da cidade. Muitos empregos deixam de ser gerados por essa singular forma de conduzir o processo de crescimento do município.

O poder público pode e deve acatar as sugestões das lideranças empresariais e

das lideranças comunitárias e receptionar as ideias dentro do planejamento técnico. Para tal é preciso que o município coloque o órgão de planejamento no mais alto degrau da administração pública e comprometido com o interesse da cidade.

Finalmente, desejo expressar ao atual presidente, o empresário Doreni Caramori Júnior, o mesmo sucesso de nossos antecessores.

Vivemos uma quadra de nossa história que, se ao mesmo tempo preocupa, também oferece alternativas, oportunidades, para a construção do nosso futuro. Temos um imenso trabalho pela frente.

Conheço todos os companheiros da diretoria executiva, do conselho fiscal, do conselho superior e muitos dos 2.300 associados. Só em cargos de gestão são mais de 200 pessoas. As mulheres e os jovens predominam, são valentes, criativos e determinados. Por isso não temos o que temer. Vamos em frente inspirados nos nossos ex-presidentes que souberam honrar as melhores práticas do comércio e defender condignamente os interesses da sociedade.

Parabéns a todos."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - Com a palavra o sr. Doreni Caramori Isaias Júnior, presidente da Acif.

O SR. DORENI CARAMORI JÚNIOR - Quero fazer uma saudação inicial ao deputado Renato Hinnig, que preside os trabalhos de hoje, e dizer que o parlamentar tem sido um parceiro muito grande na nossa associação, em diversas causas; inclusive nas mais polêmicas ele tem sido muito presente para expor o seu ponto de vista dentro dos nossos trabalhos associativos. E somos muito gratos pela mão amiga que ele tem estendido aos trabalhos da nossa associação, mesmo quando os nossos pontos de vista não são os mesmos, pelo menos nos dando a oportunidade de discutir. Acho que isso faz parte da importância do trabalho de um legislador que vem cumprindo o seu dever com mais vigor.

Quero fazer uma saudação ao deputado Silvio Dreveck que teve a sensibilidade de atender ao pedido do deputado Renato Hinnig, dando-nos essa homenagem, fazendo o pedido para que a Assembleia nos homenageasse. Quer dizer, a dobradinha dos deputados Renato Hinnig e Silvio Dreveck demonstra mais ou menos o trabalho da associação. Primeiro, um é do PMDB e o outro é do PP. E nós, da associação, somos multipartidários. Então, já demonstraram que podiam trabalhar em conjunto. Depois acabaram se unindo para conseguir viabilizar que essa homenagem acontecesse. Isso foi muito positivo. Inclusive, agradeço o trabalho associativo de vocês que tem tudo a ver com a vida da nossa associação comercial.

Queremos fazer uma saudação ao deputado Reno Caramori, nosso primo, agradecer pela presença, e também fazer uma saudação especial ao deputado Dieter Janssen, que foi meu colega no Conselho Estadual de Jovens Empresários, junto com outros colegas que aqui estão. Dieter era o coordenador do núcleo de jovens empresários de Jaraguá do Sul, e eu era um dos vice-presidentes do conselho estadual. Então, hoje nos encontramos em outra

seara. E quero dizer que fico muito feliz em tê-lo prestigiando esta solenidade na qualidade de parlamentar. Sempre soube da sua dedicação às causas comunitárias e era visto o seu êxito nesse trabalho.

Quero saudar o nosso ex-presidente, meu antecessor, Dilvo Vicente Tirloni, em nome de quem gostaria de saudar todos os outros ex-presidentes e suas famílias.

Gostaria de saudar a nossa vice-presidente e nossa colega de diretoria, Neiva Suzete Dreger Kieling, que também é presidente do Conselho Estadual da Mulher Empresária, assim como a nossa vice-presidente Sílvia Hoepcke da Silva, minha companheira de todas as horas na gestão da associação. E em nome dela gostaria de saudar todos os empresários, empresárias, nossos associados.

Gostaria de cumprimentar o Januário Serpa, coordenador regional do Sebrae, onde temos uma quantidade grande de empresários em capacitação. Inclusive, saiu, hoje, para São Paulo a missão para a Feira de Farmácia, com mais 50 empresários.

Vários eventos acontecem hoje simultaneamente, além de duas reuniões em regionais da associação, o que obviamente faz com que a nossa associação multifacetada acabe tendo dificuldades de se concentrar num único ponto. Mas agradeço ao Sebrae pela parceria e justifico que a nossa associação trabalha em eventos solenes como este, mas não pode deixar de fazer o trabalho, o dever de casa e atender ao interesse do empresariado. Hoje, por exemplo, estamos com cinco eventos e iniciativas acontecendo em paralelo, o que nos alega sobremaneira.

Quero fazer uma saudação a todos os colegas e à diretoria que se fazem aqui presentes. E em nome do Manoel Timóteo e da Claudete quero saudar todos os colaboradores da associação que serão homenageados na próxima terça-feira, numa sessão solene da Câmara de Vereadores da nossa cidade, também alusiva aos 95 anos da associação.

Pois bem, falar depois de discursos tão bem preparados parece uma missão difícil. Então, vou tentar passar pelos momentos históricos completando um pouquinho das informações que vocês receberam, mas sem repeti-las, até porque a associação tem conteúdo para que fiquemos a noite toda falando.

Eu não poderia deixar de falar que em 1915 a primeira grande realização da associação foi trazer o telégrafo para Florianópolis. A primeira mensagem de telégrafo passada do Rio de Janeiro para Florianópolis foi recebida pelo presidente da Associação Comercial, coronel Emílio Blum. A partir daí a associação vem realizando uma enormidade de feitos.

Quero citar, por exemplo, que o Tribunal Regional do Trabalho veio para Santa Catarina antes do Paraná e do Rio Grande do Sul por iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis. Na questão da infraestrutura, obras importantes como a BR-282, como a duplicação do trecho norte da BR-101, todas elas foram derivadas de esforços de voluntários e empresários da Associação Comercial e

Industrial de Florianópolis. Na vida associativa, também a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis iniciou formalmente desde 1915, mas existe desde 1889, uma entidade que se chamava Associação Comercial de Florianópolis, enquanto comercial se escrevia com dois emes. A associação também na vida associativa deu origem a muitas outras agremiações importantes.

Na década de 50, foi dentro de uma reunião da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis que nasceu a Fecomércio e posteriormente a Fiesc. Depois, em 1976, nasceu por estímulo de empresários da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis a Facisc. A nossa associação acabou dando origem a entidades que nos ajudam hoje a representar de maneira bastante arduo o empresariado. É um orgulho para nós, ainda jovem, com 30 anos, presidir uma entidade que tem toda essa história.

Obviamente que poderia ficar aqui detalhando todos os feitos da associação, que foram muitos. Mas não posso deixar de falar que hoje ela conseguiu, após esses 95 anos de história, alcançar um *status* bastante importante, como bem citado aqui. São mais de 2.300 empresários, presença em cinco regionais, mais de 14 núcleos de setores organizados dentro da associação.

Quero dizer que tenho vivido inúmeras experiências, como no sábado último, quando presidi e abri os trabalhos do Encontro Estadual das Automecânicas, com mais de 300 oficinas, às 8:00h, no hotel da Joaquina.

Enquanto comemoramos solenemente a vida da associação, no dia-a-dia, operacionalmente, muito se faz, mas são essas iniciativas que colocam a nossa associação nesse nível em que se encontra.

Obviamente, não só os números refletem o esforço dessa associação. Eu poderia citar aqui uma centena de projetos que a fazem rejuvenescer. Já ouvimos falar da ouvidoria, mas não poderia deixar de citar aqui o posto avançado de conciliação extrajudicial, uma iniciativa pioneira no Brasil, iniciada dentro da associação comercial, através da qual conseguimos prover os nossos associados de uma alternativa mais rápida e mais célere do que a Justiça comum, dando segurança jurídica aos acordos que eles fazem, pois são todos homologados pelo Poder Judiciário.

Somos pioneiros no Brasil com uma iniciativa que já atraiu diretores de instituições financeiras importantes para discutir como podem reduzir a quantidade de processos que estão em andamento contra empresas aqui em Florianópolis, utilizando esse posto que há dentro da associação comercial.

Os desafios futuros também são muitos, mas tenho certeza de que os venceremos com o trabalho que desenvolvemos na associação, com o entusiasmo, com a força de vontade daqueles empresários que são jovens e daqueles também jovens mas que têm um pouco mais de tempo, sr. presidente, porque lá todos têm esse espírito jovem. Isso é que faz a nossa associação comercial ser diferente.

Tenho certeza de que não precisaremos viver mais 95 anos para ver o aeroporto reformulado; para ver um plano

diretor colocado em prática; para ver a ilha de Santa Catarina na quase totalidade saneada, o que é um grande desafio. Enfim, tenho certeza de que o trabalho da nossa associação vai fazer com que não precisemos viver mais 95 anos para comemorar todas essas conquistas. Tenho certeza de que vamos vivê-las a partir de agora como temos vivido uma enormidade de conquistas que poderia citar.

Hoje é uma noite de homenagem e quero dizer para vocês que esta homenagem não é apenas à associação. Aliás, o que é a associação senão os empresários, senão os voluntários? Na festa de 95 anos da associação realizada na semana passada, no dia 13, por ocasião do aniversário, eu disse algumas palavras direcionadas aos empresários.

Dizia naquele dia que o foco do meu pronunciamento seria parabenizar os empresários pela importância que eles têm para a sociedade. Hoje o meu objetivo é homenagear os voluntários. Em nome de todos os 26 ex-presidentes, eu gostaria de cumprimentá-los, em especial à diretoria que participa com tanta veemência, como o presidente, mas infelizmente nos anos de história não consegue ser citada. Então, estendo essa homenagem dos senhores a todos os diretores nos respectivos períodos e também às famílias, uma vez que acabaram abrindo mão do convívio cotidiano com os seus familiares para emprestar o seu talento empreendedor à Associação Comercial de Florianópolis.

Em meu nome e em nome da Associação Comercial de Florianópolis quero dar um abraço em cada um de vocês, aos membros da diretoria e em seus familiares. Quero frisar que só estamos aqui hoje vivendo este momento graças à dedicação e ao esforço de cada um de vocês. Por menor que seja a contribuição, todos os voluntários que passaram pelo nosso sistema, e hoje são mais de 200 em atividade, fazem a associação ser o que ela é.

Quero encerrar com uma frase de Peter Drucker, que é um dos magos da administração. Ele dizia que o melhor modo de você lidar com a mudança é participar dela. Hoje a associação, que trouxe o telégrafo para Florianópolis, monta o melhor sistema de inteligência competitiva que uma associação no Brasil já viu. Quem viver verá.

Um abraço! Sucesso! Muito obrigado, srs. deputados, pela homenagem.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no espaço Jerônimo Coelho.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Faz relatório e viagem pelo interior do estado.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Urubici.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a violência da Polícia nos movimentos sociais.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se ao Sustentar 2010; aborda a terceirização da merenda escolar.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Lembra o Dia Nacional da Adoção.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra sua pré-candidatura ao governo estadual, pelo PDT.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se aos recursos para a construção de casas após a enchente de 2008.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Faz referência à Frulic; reporta-se à Lei n. 15.160.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Fala sobre a Unimed de Canoinhas; registra denúncias recebidas a respeito da dilapidação de patrimônio da Rede Ferroviária Federal; reporta-se ao Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Manifesta-se contra o uso de PMs para combater manifestações legítimas da população.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Reporta-se à Texfair e às ordens de serviço para obras do governo estadual.

DEPUTADO ANA PAULA LIMA - Elogia encontro do presidente Lula com prefeitos; aborda recursos federais para a Saúde, mais especificamente para o problema da drogadição.

Ordem do Dia

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha votação à PEC 0003.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha votação à PEC 0003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Gostaria de comunicar a todas as pessoas que nos honram com sua presença aqui que a Medida Provisória n. 0170 não será votada hoje.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, platéia maravilhosa que vem fazer as suas devidas reivindicações, taquigrafas, funcionários desta Casa, imprensa falada, escrita e televisada.

Sr. presidente, quando v.exa. falou que a Medida Provisória n. 0170 não seria votada hoje, eu fiquei parada, porque há um público qualificado aqui presente para acompanhar a votação.

(Palmas das galerias)

O povo está aqui fazendo a verdadeira política, porque saiu de sua casa e trouxe cartazes com os seguintes dizeres: "Armação pede socorro!" "Senhores deputados, votem sim à emenda da Medida Provisória n. 0170". Essa é a verdadeira política. Quando o ser humano briga, luta em prol dos interesses de sua categoria. Essa é a verdadeira política. Mas quero fazer um relatório da nossa semana de viagens pelo interior do estado.

Nós viajamos no domingo, após o almoço. Tivemos que nos deslocar a São Miguel d'Oeste para uma audiência pública do Orçamento Regionalizado, porque, como sou membro da comissão de Finanças e Tributação, preciso acompanhar todas as audiências. Na segunda-feira, pela manhã, estive em São Miguel d'Oeste; às 15h, em Maravilha; na terça-feira, às 14h, em Chapecó; em Joaçaba, na quarta-feira, pela manhã e às 16h em Caçador.

Como surgiu um problema no Hospital Jonas Ramos, em Caçador - onde residi por 17 anos, lecionando em várias escolas da rede pública municipal e na Universidade do Contestado -, cheguei atrasada para a audiência pública em Canoinhas, que estava sendo presidida pelo deputado Darci de Matos. Mas cheguei a tempo para o final da audiência. Deputado

Antônio Aguiar, como v.exa. sabe, em Caçador foram colhidas mais de dez mil assinaturas no sentido de não fechar o Hospital Jonas Ramos. Mas eu já vou voltar a falar neste assunto.

Nós presidimos a sessão em Lages, porque o deputado Darci de Matos, que iria presidi-la, teve compromissos e pediu que esta deputada o fizesse. E ali nós tivemos um público seletivo, qualificado, de acadêmicos.

Enfim, essas audiências públicas foram de muita valia para o estado de Santa Catarina. Houve a participação de acadêmicos, de estudantes de várias universidades, de professores, de secretários regionais, de representantes de entidades religiosas, de vereadores, de prefeitos, de vice-prefeitos, de presidentes de câmaras de vereadores e de todas as entidades civis organizadas.

Então, foram momentos de suma importância para o estado de Santa Catarina, porque, aqui, no final do ano, iremos apreciar todas aquelas prioridades elencadas pelas entidades daquelas regiões. E ficará para o governo do próximo ano o compromisso de levar essas obras para aquelas regiões.

Mas, agora eu quero falar um pouquinho do Hospital Jonas Ramos, que é referência no município de Caçador. Eu posso falar porque residi lá, trabalhei e lecionei na maioria das escolas públicas do município.

Precisamos salvá-lo. Nós estivemos reunidos com a diretora do hospital, a irmã Maria Tereza, e com representantes de outras entidades no sentido de salvá-lo. Nós não podemos deixar fechar as portas do hospital para a população que precisa, porque a saúde é um direito de todos. A população contribui com os tributos, que são pagos todos os dias em todas as mercadorias que compramos, quando é descontado o ICMS. E isso tem que retornar para o cidadão em benefício, em qualidade de vida. Nós não vamos mais aceitar. Vamos abrir a boca e brigarmos junto com a população sobre a questão do Hospital Jonas Ramos.

Quero que o prefeito de Caçador arregace as mangas e lute com o povo, afinal de contas, pelo que sei, a sua prioridade seria a saúde, mas ele cruzou os braços e está dormindo. Um prefeito que não luta pelo povo, tem que entregar o mandato para o vice, desculpe-me.

Nobres pares, o prefeito não cumpriu a sua promessa. Então, chamo a atenção e puxo a orelha desse prefeito, porque na hora do voto vem a promessa e depois cruza os braços. E a população está precisando. Mas voltarei com esse tema e vou pegar pesado, porque é um direito meu.

Eu residi durante 17 anos em Caçador, deputado Nilson Gonçalves, e voltarei novamente com esse tema.

Agora, falarei na reunião da União dos Legislativos Estaduais que vamos ter, em Minas Gerais, nos dias 26, 27 e 28. Eu estarei lá representando o estado de Santa Catarina com outros deputados que estarão integrando essa comitiva, eis que faremos parte da diretoria da Executiva da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Quero convidar os deputados que têm disponibilidade para também comparecerem. Inclusive, o deputado Joares Ponticelli estará conosco, pois ele faz parte também do Conselho Fiscal. Ele é quem fiscaliza tudo, fiscaliza as contas, fiscaliza até o que não é para fiscalizar. O deputado Joares Ponticelli está com um olho no gato e outro no prato e estará junto conosco fiscalizando, porque nós contribuimos com desconto em folha, nós, que somos sócios da União dos Legislativos Estaduais. A Assembleia desconta em folha e paga rigorosamente em dia.

Então, estamos aguardando. A Sônia Arruda, minha secretária, está passando pelos gabinetes e fazendo o convite para v.exas.

Muito obrigada pela oportunidade e um abraço a todos.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Antes, pela ordem, com a palavra o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente Jorginho Mello, srs. deputados, quero anunciar aqui com satisfação a presença dos vereadores de Urubici, Gilmar Batista, mais conhecido como Gambá, Elvio de Souza e a vereadora Ivolette Steffen, que nos dão a honra da presença aqui no Parlamento catarinense. Desejo-lhes boas-vindas à Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigada, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores e servidoras públicas que nos acompanham, que continuam nos acompanhando há 60 dias aqui neste Poder, parece que não será hoje, mas terá que ser amanhã. Amanhã essa questão se resolve. Nós, por nossa posição, resolveríamos hoje, mas o Regimento colocará para a tarde de amanhã.

(Manifestações das galerias)

Gostaria de deixar a nossa solidariedade aos moradores da praia da Armação, do Pântano do Sul, que têm sido prejudicadas, eu diria, devido à destruição do meio ambiente, que é responsabilidade universal, e pelo descaso do poder público que não tem visto a praia desaparecendo, há anos, deixando os pescadores sem poder colher o resultado do seu trabalho e agora, nos últimos dias, tendo inclusive as casas arrancadas pela maré. Já assinamos um documento, é a nossa solidariedade, para

que eles possam fazer uso da palavra, na tarde de hoje ainda, e manifestarem-se a respeito dessa situação.

Estivemos, eu e a deputada Odete de Jesus, no dia 14 de maio, no Corpo de Bombeiros, onde acompanhamos a formatura dos tripulantes do helicóptero Arcanjo que faz o trabalho de socorro de urgência em convênio com o Samu. Participamos da formatura, quando aconteceu também a renovação do convênio. O governo do estado renovou o convênio com a empresa, de forma que o helicóptero Arcanjo vai continuar à disposição do Corpo de Bombeiros para prestar esse importante serviço de salvamento das pessoas, da população catarinense e dos visitantes, na hora de maior desespero.

Nós acompanhamos, no final de 2008, o que o nosso Corpo de Bombeiros e os nossos policiais militares fizeram, atolados na lama e na água, na região do vale do Itajaí, quando ficaram lá 15 dias socorrendo pessoas, tentando salvar vidas, ou resgatando corpos, mas o que aparecia na mídia estadual e nacional eram inclusive outras instituições, porque havia helicópteros que resgatavam as pessoas já a partir da estrada, a partir do ponto onde bastava apenas colocar no helicóptero, conduzindo até o hospital. Mas quem estava de fato junto com a população, socorrendo e ajudando eram os nossos bombeiros principalmente, mas também os nossos policiais militares.

Outro acontecimento importante, deputada Odete de Jesus, que quero registrar, falar, na tarde de hoje, foi a não assinatura da Lei de Realização Básica do Corpo de Bombeiros e da Lei de Fixação de Efetivos, por parte do governador Leonel Pavan - pedido da deputada Odete de Jesus, com a colaboração modesta deste parlamentar.

Não assinou porque era ruim! E aqui é preciso registrar que apesar de ficarmos elogiando o Corpo de Bombeiros, ao contrário do que aconteceu com a Polícia Militar nos últimos dois anos especialmente, o comando do Corpo de Bombeiros sempre elogiamos pela sua atitude, pela sua tranquilidade, pela forma de encaminhamento... Mas infelizmente, nessa questão da fixação de efetivo, está mantendo a postura de não dialogar com os servidores, com a representação legítima da categoria e sequer com este parlamentar. Não só deixam de dialogar e de abrir espaço como também negam a informação! Escondem a informação! Essa tem sido a postura do comando da Polícia Militar, mas esperamos que mude agora com o novo comandante. Infelizmente, nesse caso específico, essa está sendo também a postura do comandante do Corpo de Bombeiros.

Quero agradecer à deputada Professora Odete de Jesus, parabenizá-la pela intervenção que tivemos lá naquela manhã e dizer que estamos à disposição, deputada, para conversar com os bombeiros sobre o que é melhor para a instituição inteira, para a sociedade e para os profissionais que lá trabalham.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero lhe conceder um

pequeno aparte, deputada, porque preciso avançar em outros assuntos também.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares! Eu quero parabenizar o governador Leonel Arcanjo Pavan. Eu já até mudei o nome dele - Leonel Arcanjo Pavan, porque foi ele que assinou a alteração da renovação do Arcanjo, que é o salva-vidas. E não adianta ficar elogiando o bombeiro: "Ah, porque o bombeiro recolhe pessoas aos pedaços!" Tem que mostrar na folha de pagamento no plano de carreira deles!

Quero agradecer ao governador por ter recolhido a LOB. Foi um momento muito rápido, e eu fiz um apelo a ele: "Governador, recolha, porque não adianta vir a LOB seca, tem que vir a LOB com o plano de carreira." Não adianta ficar elogiando os bombeiros, pois de elogio ninguém vive; ninguém fica com o estômago alimentado só de elogios! Nós precisamos melhorar e dar para os bombeiros o que eles merecem - o plano de carreira, a LOB completa!

Muito obrigada, deputado! Um abraço.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigada, deputada Professora Odete de Jesus, nós estamos à disposição para discutir junto com todos os bombeiros o que é importante, como disse, para a instituição, para a sociedade e para os servidores que lá trabalham.

Quero falar sobre os acontecimentos na cidade, as manifestações populares, especialmente juvenis, contra o aumento da tarifa do transporte coletivo. Não tivemos sessão na semana passada, mas o movimento continua, e infelizmente o que vemos é sobrar para a Polícia Militar ou para os policiais militares a responsabilidade sobre as políticas erradas tomadas pelas autoridades governantes, neste caso, do município.

Os governos têm trabalhado para atender aos interesses de meia dúzia de empresários do transporte coletivo. A população se manifesta evidentemente contra os abusos, porque fica mais difícil e mais caro andar de ônibus do que de carro particular, com consequências graves em vários aspectos da sociedade catarinense e da Grande Florianópolis em particular. Aí a Polícia em vez de ser conduzida, escalada, para manter a segurança da população, combater traficantes, ladrões, assassinos, estupradores, pedófilos, a Polícia inteira é escalada para ficar ali, cercando centenas, milhares de estudantes e a população, infelizmente, às vezes, inclusive para reprimir, quando as autoridades mandantes assim preferem. E a responsabilidade sobra para os policiais, ou seja, a crítica.

Ora, senhores, não dá para fazer uma omelete sem quebrar ovos! Na luta de classe os enfrentamentos vão acontecer. A competência e a responsabilidade são das autoridades e talvez de todos nós que não pensamos num sistema de transporte público barato e de preferência gratuito, para evitar uma série de problemas nos nossos centros urbanos.

Voltaremos ainda a este assunto no decorrer da semana, mas quero falar ainda sobre a Medida Provisória n. 0169 que foi aprovada aqui. A época fui criticado,

inclusive por praças, porque alguns subtenentes foram cooptados por autoridades do governo, pelo ex-governador, ex-secretários e pelo ex-comandante-geral para debater uma política salarial. Eles achavam que os subtenentes da reserva iriam receber os R\$ 2 mil.

Criticaram-me por ter feito emendas, porque me ausentei do plenário para não participar da votação, daquela vergonha. E agora viram que foram enrolados, usados como massa de manobra.

Hoje faz dois meses que Luiz Henrique da Silveira deixou o cargo de governador, enfim, que passou a ser ex-governador. E faz dois meses também que Leonel Pavan assumiu o governo, mas parece que não existe tinta na caneta dele.

Ele está sem poder de governar ou, quem sabe, está com a caneta torta. Em dois meses assinou um pacote de medidas provisórias que vieram para cá, aquelas que Luiz Henrique deixou quando saiu, com a caneta escrevendo para o lado errado, mas depois acabou a tinta, porque estamos esperando a discussão da anistia, temos policiais militares que continuam a ser presos, neste momento, nesta semana, e esperamos uma solução e que o governador tenha tinta na caneta e boa vontade para esse debate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, srs. parlamentares, sras. parlamentares, todos que participam e assistem a esta sessão da tarde.

Quero inicialmente cumprimentar o deputado Sargento Amauri Soares pelo pronunciamento, por falar da violência de policiais contra os estudantes que lutam a cada ano contra a irresponsabilidade do governo local, em relação ao aumento de passagens e uma qualidade extremamente irresponsável do transporte coletivo na Grande Florianópolis.

Vimos jornalistas algemados, presos, fazendo trabalho de livre expressão e manifestação democrática do que está acontecendo na sociedade. Parabéns ao sindicato dos jornalistas, porque a categoria precisa ser respeitada. Eles devem expressar os movimentos da sociedade, e não é possível a própria repressão democrática aos estudantes e o impedimento da livre expressão da imprensa ser combatida. Não estamos na ditadura militar.

Em segundo lugar quero aproveitar este momento do pequeno expediente para divulgar, sr. presidente, deputado Jorginho Mello, o Sustentar 2010. V.Exa. no ano passado contribuiu com o Sustentar 2009, e a Assembleia Legislativa realiza a partir de amanhã à noite até o dia 28 o Sustentar 2010: energias renováveis, produção de alimentos e o futuro do planeta.

Dessa vez, diferentemente das duas primeiras edições, que aconteceram aqui na capital do estado, vai acontecer em Chapecó, no oeste, por três razões. Em primeiro lugar vamos fazer já na abertura, amanhã à noite, e todos os parlamentares estão convidados, o lançamento do segundo

livro *Inevitável Mundo Novo*, a relação entre energias renováveis, produção de alimento e o futuro do planeta. No dia 27, além das grandes conferências mundiais como a melhor experiência do mundo em energia solar, também será apresentada como se transformou uma cidade, uma região, a partir de tecnologia limpa, tecnologia renovável.

Em Moura, Portugal, foi produzida uma indústria geradora de energia, com a maior central fotovoltaicas do mundo, 63 megawatts, uma fábrica de células fotovoltaicas, como também uma empresa público-privada para desenvolver uma política de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na região.

Ao mesmo tempo iremos fazer visitas técnicas no parque eólico de Água Doce, parque de geração de energia a partir do vento; visitaremos a grande hidrelétrica de Itá e a pequena hidrelétrica de PCH; visitaremos fábricas de turbinas, como a de biodigestores, pois já se está gerando energia elétrica.

Depois de implantarmos o curso de Engenharia Ambiental e o de Energias Renováveis na nova universidade federal, com sede em Chapecó, que é o primeiro curso do Brasil, queremos construir um grande centro tecnológico no oeste de Santa Catarina, para virar referência nacional e internacional e não para transformar o Brasil num produtor de biodiesel, etanol e biocombustível, tirando e expurgando a produção de alimento.

Nós temos como tese central transformar o Brasil no maior produtor de alimentos do mundo e, ao mesmo tempo e em paralelo, o maior produtor de energia renovável, energia limpa do mundo. Por isso, serão três dias de grandes debates e de discussões, e todos estão convidados para participar.

Em terceiro e em último lugar, em relação à merenda escolar do estado de Santa Catarina, quero informar que convidamos o secretário da Educação para comparecer aqui, na próxima terça-feira, a fim de discutirmos com ele a situação das demissões das merendeiras; a qualidade da merenda escolar, pois estão impedindo os agricultores familiares de venderem produtos saudáveis para as nossas escolas; a possibilidade de os professores participarem da própria construção alimentar nas escolas, porque o professor, de forma humilhante, está sentando na escada da escola para almoçar; e para ele explicar também o que eu chamo de "xuxa" ou falcatrua na licitação da merenda escolar em Santa Catarina, coisa que copiaram de São Paulo. Inclusive, durante o pregão eletrônico presencial cancelaram a reunião, ausentaram-se, e as empresas fizeram um acordo. Por isso, vai custar milhões e milhões de reais a mais, quem sabe R\$ 100 milhões a mais, dinheiro este que sairá dos cofres públicos para a merenda escolar privatizada em Santa Catarina.

Segundo estudo feito pela USP, a administração da merenda escolar diretamente do governo é muito mais barata e saudável, com mais qualidade, do que a terceirização, a privatização da merenda. Mas como privatizam merenda, privatizam saúde.

Eu, esta semana, ao participar de um debate com o senador Raimundo

Colombo, eu o chamei de neoliberal quando defendeu a privatização da saúde em Santa Catarina, como a água em nosso estado, e ele se ofendeu dizendo que não era neoliberal. Então, eu não sei qual é a ideologia que defende o desmonte do estado, transfere para o privado, e o que custa mais ainda nesses setores essenciais.

Eu tenho uma posição ideológica clara, sou da esquerda, e ele deveria ser... A Grécia está quebrada, o neoliberalismo fracassou. Deputada Angela Albino, está difícil ser neoliberal, embora lá no dia a dia defenda a privatização da água e da saúde.

E hoje nós votaremos uma PEC aqui para que a Casan e a Celesc, em acordo com o líder de bancada, deputado Elizeu Mattos, com os sindicatos, só possam ser privatizadas depois de consultado o povo de Santa Catarina. Se a estatal é patrimônio dos catarinenses, para ser vendida precisará ser consultado o dono. Portanto, o povo de Santa Catarina precisará ser consultado se deve ou não vender o seu próprio patrimônio.

Em relação à Medida Provisória n. 0170, servidores, a nossa bancada se reuniu no dia de hoje para discutir essa questão. Nós já fizemos vários questionamentos, deputada Ana Paula Lima, na semana passada e na anterior, sobre a apresentação de emendas às medidas provisórias, porque se nessas de hoje nós podemos apresentar emendas, poderiam ter sido apresentadas e aceitas também emendas às medidas provisórias da Saúde. Nós tivemos coerência ao votarmos a favor das emendas da Saúde e das outras emendas às medidas provisórias, porque entendemos que é papel do Parlamento aperfeiçoar a lei, construir constitucionalidade a partir do Parlamento.

E nós, deputada Ana Paula Lima e demais parlamentares da nossa bancada, manifestaremos favoravelmente à emenda da Medida Provisória n. 0170 por entendermos que avança em direitos dos trabalhadores, em vários setores.

Então, deputado Jorginho Mello, a nossa bancada se posicionará favoravelmente à tramitação dessa matéria, pois amplia e universaliza esses direitos.

Esse é o nosso ponto de vista, para que possamos deixar transparente, não abstraído as críticas que fizemos, as preocupações que fizemos, a problemática que levantamos no mérito da medida provisória e do conteúdo da emenda. E sem abstração dos conteúdos e questionamentos que fizemos de forma unificada, a bancada do Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente à medida provisória.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, como presidente da comissão de Direitos Humanos, Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, quero registrar que hoje, 25 de maio, comemora-se o Dia Nacional da Adoção. Esse dia é de reflexão, de conscientização de uma questão tão importante que é adotar, dar direito à criança e ao adolescente da convivência familiar.

Quero dizer ainda, como mãe adotiva, sr. presidente, que mãe e pai são aqueles que criam os laços de amor e não se restringem apenas às questões biológicas. Então, os laços não são sanguíneos e sim de amor.

Por isso neste dia comemoramos nacionalmente o Dia Nacional da Adoção.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência consulta os srs. líderes da possibilidade de suspendermos a sessão por dez minutos para recebermos aqui o prefeito e o vice-prefeito de Lages, juntamente com a rainha e as princesas, para aqui convidarem oficialmente Santa Catarina para a Festa do Pinhão.

(Os líderes concordam.)

Com a concordância dos srs. líderes, está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, ocorreu aqui o lançamento e a apresentação da 22ª Festa Nacional do Pinhão pela rainha, pelas princesas, pelo prefeito Renato Nunes de Oliveira e pelo vice-prefeito Luiz Carlos Pinheiro. E eu, como deputado serrano, quero cumprimentá-los pela organização dessa grandiosa festa que eleva a autoestima do povo serrano, do povo lageano e torna Lages e a serra cada vez mais conhecidas por todos os brasileiros e estrangeiros.

Portanto, a partir do dia 27 de maio, até o dia 6 de junho, todos os caminhos levam à serra catarinense, mais especificamente a Lages, na nossa grandiosa Festa Nacional do Pinhão.

O Sr. Deputado Ozair Polaco - Pela ordem, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ozair Polaco.

O SR. DEPUTADO OZAIR POLACO - Da mesma forma, sr. presidente, eu gostaria de cumprimentar aqui o prefeito de Lages Renato Nunes de Oliveira e o vice-prefeito Luiz Carlos Pinheiro e cumprimentar as princesas e a rainha Roberta, que expressou muito bem aqui a sua simpatia.

Assim sendo, quero convidar todos os deputados e todas as pessoas para irem lá participar da nossa festa e ver a beleza da nossa linda serra catarinense. Tenho certeza de que todo o povo vai prestigiar esse evento.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu gostaria de cumprimentar o prefeito e o vice-prefeito de Lages pela realização da 22ª Festa do Pinhão e dizer que muitos dos catarinenses e dos deputados deste Parlamento têm alma lageana porque essa festa espelha o espírito do catarinense.

A Festa Nacional do Pinhão, que se espalha por todo o Brasil, é uma referência do turismo e de uma boa parte da cultura catarinense. Então, não poderia eu, que tenho estado muito em Lages, na abertura da Festa do Pinhão, deixar de me pronunciar para dar os parabéns e convidar todos os catarinenses, principalmente os da minha região, do vale do Itajaí e de Blumenau, para estarem presentes nessa festa, até porque sou um blumenauense muito lageano.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu tenho visto coisa, sr. presidente! Mas quero parabenizar o deputado Giancarlo Tomelin. Eu pensei que ele ia dizer que era lageano de nascimento, mas é brincadeira, claro, pois é um direito que ele tem.

Quero cumprimentar também o prefeito de Lages pela organização da festa que não pertence mais a Lages. Essa festa não é mais lageana, é catarinense e brasileira. Por isso cumprimentamos o Renato e a sua equipe, o Pinheiro e toda a equipe de Lages que está, sem dúvida alguma, elevando o nome de Santa Catarina para todo o Brasil. Estaremos lá na abertura.

Parabéns e que a festa seja um sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, sras. deputadas, srs. deputados, servidores e servidoras aqui presentes, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores públicos deste Poder, queremos tornar pública, nesta tribuna, a decisão tomada na penúltima semana de lançar a nossa pré-candidatura ao governo do estado pelo nosso partido, o PDT.

Depois de receber o aval da diretoria da Aprasc, a nossa associação de praças; depois de refletir isso com vários companheiros e companheiras, com camaradas e queimar bastante pestana acerca da conjuntura política do estado catarinense neste momento pré-eleitoral; depois de aprovar isso na assembleia geral dos praças no dia 15 de maio, tomamos a decisão e formalizamos ao PDT, na última segunda-feira, a nossa disposição para que seja discutida a nossa pré-candidatura ao governo do estado.

A resposta do PDT foi pronta, como seria comum esperar de um partido democrático e trabalhista. Já houve reunião da executiva estadual, no último domingo à tarde, e o partido definiu que vê de forma positiva o lançamento da nossa pré-candidatura.

É evidente que o partido vai continuar discutindo com os demais partidos, com os grandes partidos essa questão, até que sejam definidas as articulações

nacionais em torno da eleição para presidente da República especialmente, até que os grandes partidos do nosso estado definam quais serão efetivamente as candidaturas.

Não obstante esse direito que o partido tem e vai exercer de negociar com as outras legendas, especialmente com as grandes, o partido nos deu a legitimidade para construir a nossa pré-candidatura discutindo com as bases da sociedade e com a base do próprio partido a sua construção. Deu-nos, inclusive, o crédito para elaborar e construir a política de aliança que consideramos adequada em torno dessa candidatura.

Nós, evidentemente, ficamos satisfeito com a posição tomada pela executiva do partido e estamos trabalhando justamente no sentido de dizer a todos os colegas deputados, a todos os partidos do estado de Santa Catarina e, de forma muito especial, aos trabalhadores e às trabalhadoras deste estado, enfim, às bases da sociedade catarinense, que a nossa pré-candidatura não é um blefe, não é uma tática eleitoral para ganhar visibilidade e daqui a pouco, por algum outro motivo, recuar e dizer que na verdade sou é candidato a deputado. Não é isso!

Refletimos muito, analisamos muito e a fundo a conjuntura político-partidária do estado de Santa Catarina neste momento pré-eleitoral e tomamos uma decisão de gente grande, de militante sério, de parlamentar honesto, que não usaria esta tribuna e nenhum outro espaço público para fazer proselitismo barato. Nossa pré-candidatura não é blefe, não tem a intenção de enganar a sociedade catarinense. Estamos, sim, à disposição do PDT e temos o seu aval para discutir com as classes trabalhadoras brasileiras, especialmente com os servidores públicos, com as demais pessoas da sociedade que vivem com o esforço do seu trabalho, com os partidos do arco de alianças democráticas e populares, no sentido de viabilizar a construção de uma candidatura alternativa ao governo do estado de Santa Catarina, alternativa àquilo que está e que esteve colocado até agora.

Parece ser muito sincero considerarmos que as postulações das maiores legendas até aqui colocadas representam o mesmo e a sociedade catarinense não pode correr o risco de ficar com o mesmo. Pretendemos ser a alternativa popular das bases da sociedade catarinense para o governo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, catarinenses aqui presentes e aqueles que nos acompanham através da TVAL, existem algumas coisas que de vez em quando temos que lembrar porque passam batidas.

Eu, que sou da imprensa, sei que sempre precisamos de algo novo. O jornal de amanhã precisa de algo novo; os telejornais noturnos precisam de algo novo, e o algo

novo é um fato que acontece. Nós batemos em cima de um determinado fato e logo depois, deputado Antônio Aguiar, quando aparece um fato novo, as atenções voltam-se imediatamente para ele.

Falo isso porque no final de 2008 Santa Catarina viveu um momento muito difícil, com a tragédia que matou muita gente no Morro do Baú, na cidade de Ilhota, e em Blumenau. E lembro-me que no dia do desabamento do Morro do Baú, o pedido do prefeito e do então diretor da Defesa Civil impactou-me, deputada Ana Paula Lima. Quando cheguei à prefeitura eles disseram: "Deputado, precisamos que o senhor nos consiga um carro frigorífico". Eu pensei, deputado Pedro Uczai, que fosse para guardar os mantimentos, mas fiquei sabendo que era para colocar os corpos que vinham do Morro do Baú para ser identificados.

Imaginem como fiquei naquele momento, quando tive que arrumar um caminhão para colocar os corpos de pessoas que estavam sendo levadas para identificação.

E muito se falou, governo entrou, e a sociedade brasileira doou mais de R\$ 40 milhões. Nós aprovamos nesta Casa uma medida provisória, no final de 2008, autorizando o governo do estado a doar uma quantia para cada pessoa flagelada. O governo do estado não colocou um tostão do dinheiro público; os recursos vieram da doação dos brasileiros e brasileiras que depositaram suas doações numa conta determinada.

Na quinta-feira fui verificar como está a questão da construção das casas, especificamente na cidade de Ilhota, para apresentar uma prestação de contas para o site que fiz. Como quero mostrar para vocês as cenas que gravei, peço que a assessoria técnica apresente o vídeo que denota a atual situação daquela cidade.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

O que dizer da Cohab? É incompetência, é burocracia! O que dizer? Pena que o deputado Manoel Mota não esteja aqui, mas acho que depois dessa denúncia ele deve vir porque a presidente da Cohab é sua irmã. Prometeram 65 casas e até agora zero! Nenhuma! E o povo lá esperando! O povo lá esperando e o governo fazendo propaganda por toda Santa Catarina e dizendo que nunca antes ninguém ajudou tanto!

E o governo federal, deputada Ana Paula Lima? Dos recursos que a cidade de Ilhota pediu, apenas 40% vieram. E por quê? Burocracia. Aliás, vocês já perceberam que sempre que é para beneficiar o povo aparece a tal burocracia? Mas quando é para fazer sacanagem aí não precisa!

Deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB, precisamos discutir esse assunto. Qual é o papel da Cohab neste estado? Lá em Joinville prometeram entregar as casas em fevereiro deste ano, mas quando chegou a data não havia nenhuma casa construída. E sabe o que disseram, deputado Dieter Janssen? Que foi problema com a empreiteira, que a empreiteira que ganhou a licitação não teve condições técnicas de construir as casas. O que é que é isso? Estão brincando com as pessoas! Estão brincando com a desgraça, com a morte das pessoas!

Esta é a verdade dita pelo coordenador da Defesa Civil: o Instituto Ressoar, da Igreja Universal, prometeu 60 casas e já entregou 50; a Defesa Civil local já entregou 15 e vai entregar mais 20. E a Cohab, do PMDB, não entregou nenhuma! Nenhuma! Nenhuma! Estão fazendo casas de pinus. É uma vergonha, isso.

Sr. presidente, espero resposta! Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, srs. deputados, a Frulic, empresa 100% catarinense, cujos proprietários são Mauro Viegas e Eduardo Deboni, que está localizada na zona industrial de São José, produz suco tropical de banana. O produto está sendo exportado e tem 0% de lactose, 0% de colesterol e 0% de gordura. É um invento 100% catarinense, que está sendo exportado, sras. e srs. deputadas.

Faço esse registro, deputado Edison Andrino, porque às vezes esquecemos de fazer referência às boas empresas catarinenses que surgem. É uma empresa de dois florianopolitanos, que está produzindo e exportando suco de banana, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico e sabe o quanto a banana é importante para a saúde do ser humano.

Portanto, parabéns a São José, parabéns à Frulic, que produz e exporta suco de banana!

Preciso dar uma resposta ao deputado Sargento Amauri Soares, que tanto na comissão de Constituição e Justiça como no plenário levantou um problema que reputo de muita importância.

Não são das promessas, o pagamento advém do projeto de lei que esta Casa aprovou e que foi promulgado pelo presidente da Assembleia Legislativa: Lei n. 15.160, de 11 de maio de 2010.

(Passa a ler.)

"Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Representação para os Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, ativos e inativos, devida mensalmente, no valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

[...]

Art. 4º. Os valores das gratificações previstos nos art. 1º e 2º desta lei serão concedidos aos militares sujeitos ao regime de 40 (quarenta) horas semanais, sendo aplicada a proporcionalidade por carga horária e aos proventos da reserva ou reforma remunerada, e será reajustada quando ocorrer revisão geral de vencimento dos servidores públicos estaduais, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal."[sic]

Já a Lei Complementar n. 333, de 2 de março de 2006, diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"Art. 1º [...]

[...]

III - Os Subtenentes, integrantes do Quadro dos Servidores Militares do Estado,

inativos ou quando transferidos para a inatividade, farão jus a proventos integrais, iguais aos vencimentos correspondentes ao Posto de 2º Tenente PM, desde que contem com 30 (trinta) ou mais anos de serviço."[sic]

Então, a lei é absolutamente clara, absolutamente clara. No fazerem a folha de pagamento rodaram-na com R\$ 400,00 aos segundos-tenentes inativos. Rodaram, deputado Sargento Amauri Soares, mas surpreendentemente, por ordem de quem eu não sei, tiraram os R\$ 400,00 dessa categoria militar.

Eu, lá na comissão de Constituição e Justiça, ouvi quando v.exa. disse que ou se apela a Santo Onofre ou vamos entrar com um mandado de segurança. Como dizem que Santo Onofre protege os bêbados e não os militares e como quem protege os militares é São Jorge, vamos pedir a São Jorge proteção para os militares.

Agora, que vamos dar entrada a um mandado de segurança vamos, porque tudo tem limite. Se um secretário de estado vai lá e determina que retirem da folha de pagamento determinados valores, acho uma afronta a este Parlamento e, acima de tudo, à Polícia Militar de Santa Catarina.

Não podemos aceitar isso, absolutamente não aceitamos e não concordamos! Cumpra-se a lei ou estamos aqui fazendo papel de palhaço. Aprovamos uma lei e um secretário de estado se julga no direito de descumpri-la. E simplesmente descumpre. Eu não aceito sob hipótese nenhuma esse tipo de atitude. Colocam na folha de pagamento e de repente, surpreendentemente, retiram sem mais nem menos, sem uma explicação lógica.

Por isso, vou ajudar a tomar providências. Se for necessário colocar um advogado para entrar com um mandado de segurança, vamos fazê-lo. Eu já disse para os integrantes da associação dos subtenentes inativos que colocarei um advogado à disposição para entrar com um mandado de segurança, porque se trata de uma afronta ao Parlamento de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado pelo aparte.

Quero parabenizar v.exa. e dizer-lhe que fiz aquela referência, pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça porque sei que esse dispositivo da Lei Complementar n. 333 foi v.exa. quem carregou na época, contra a vontade de setores internos da própria instituição.

Então, quando falei em bruxos foi por isto, porque há gente lá planejando uma forma de interpretar a lei de forma diferente. Quando falamos as coisas aqui, muitos pensam que exageramos. Mas não, lá, quando se trata de beneficiar os praças, a base, é sempre uma dificuldade. Se não estiver claro, absolutamente claro, eles encontram uma fórmula mágica para lograr a base.

Então, os advogados da Aprasc também estão à disposição para elaborar um mandado de segurança, caso isso não seja revertido.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, representante do planalto norte, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores, você que está assistindo à TVAL e que escuta a Rádio Alesc Digital.

Particpei, na semana passada, em Canoinhas, da reunião de organização do quadro local da Unimed.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Desculpe interromper v.exa., mas não posso perder a oportunidade de fazer um registro muito importante para este Parlamento.

Encontra-se em nosso meio um dos maiores juristas do Brasil, o ex-ministro José Delgado. É um prazer enorme fazer o registro da presença de uma pessoa tão importante na história do Brasil, na história do Direito, na história da Justiça deste país.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado pela presença, ex-ministro José Delgado.

Como estava falando, nós participamos do quadro local da Unimed, em Canoinhas, cujo objetivo era o debate de ações de interesse da classe média. Foi uma oportunidade para também tomar conhecimento de algumas ações sociais que estão em curso, patrocinadas pela Unimed local e pela Federação das Unimeds do estado de Santa Catarina.

Lá estive na condição de convidado, juntamente com o presidente da Federação das Unimeds, licenciado, médico, dr. Dalmo Claro, de Joinville. E entendo que é nosso dever elogiar ações importantes, como o projeto que a Unimed de Canoinhas desenvolve em conjunto com a prefeitura daquele município.

Vejam que lá a entidade patrocina um projeto esportivo que abrange 110 crianças da rede municipal de ensino com dificuldades de aprendizado ou de relacionamento. Elas estão tendo a oportunidade de avançar, tanto no ensino como no plano social e esportivo, aprendendo a jogar tênis.

As aulas são em quadras do Parque Municipal Ouro Verde, sem custo algum. A prefeitura participa com a cessão do local e com o transporte dos alunos. Todas as semanas, as crianças têm aulas às terças-feiras; portanto hoje lá estão elas tendo aula de tênis com o patrocínio da Unimed. É um trabalho sério que vem sendo desenvolvido pela dra. Dair Dietrich, responsável pela assessoria de Responsabilidade Social e Educação da Unimed de Canoinhas, presidida pelo dr. Ademir Aduce Pereira.

Há vários projetos em andamento, inclusive o que pretende implantar em Canoinhas uma academia para as pessoas

da terceira idade, com equipamentos em espaço público ao ar livre, como a instituição já vem oferecendo em outras cidades. Como já tive a oportunidade de colocar, desta tribuna, esses equipamentos são vaporosos porque, quando a pessoa tem condições de se movimentar, de fazer ginástica, a saúde vai bem. Sem dúvida nenhuma, trata-se de um grande projeto da Unimed no município de Canoinhas.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para também compartilhar com todos os colegas do Parlamento e com os servidores da Casa a alegria que tive ao receber na semana passada, em Curitiba, a Comenda do Mérito de Cavaleiro da República da Polônia, assinada pelo presidente da república Lech Kaczynski.

Foi uma homenagem especial, pois a cerimônia realizada no Centro Cultural da Capela Santa Maria contou com a presença do embaixador da Polônia no Brasil, Jacek Kisielewski, e foi encerrada com um magnífico concerto da pianista Anna Kijanowska, polonesa radicada nos Estados Unidos, que interpretou mazurcas dos dois maiores compositores poloneses de todos os tempos: Fryderik Chopin, e seus 200 anos de nascimento estão sendo festejados mundialmente, e Karol Szymanowski.

Foram apenas quatro homenageados, sendo eu o representante de Santa Catarina, porque aqui aprovamos a lei que consagrou a data de 3 de maio como o Dia Estadual da Imigração Polonesa, que valoriza os 350 mil polonocatarinenses radicados em todas as regiões do estado, com presença significativa no planalto norte.

O governo polonês, por meio de sua embaixada, está atento às ações deste Parlamento e valorizou a nossa ação a ponto de também convidar este deputado para participar, em Brasília, do almoço comemorativo aos 90 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Polônia.

Outro assunto que quero relatar são as constantes denúncias que tenho recebido em minha região sobre a dilapidação do patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal pela América Latina Logística, empresa que opera a malha ferroviária em Santa Catarina.

Essas denúncias vão na mesma direção do que foi apurado pela Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, que concluiu uma CPI sobre a ALL, que repercutiu na mídia de ontem, pela denúncia de desvio do patrimônio da rede ferroviária, com prejuízo orçado em R\$ 1 bilhão - denúncias comprovadas pela Polícia Federal.

Esse é o governo Lula, prejuízo de R\$ 1 bilhão e denúncias comprovadas pela Polícia Federal.

Vejam que aqui há um ramal abandonado que liga Mafra à Piratuba, com muitas estações e áreas de manobras de composição que foram totalmente desmontadas, sem falarmos dos vagões desmontados e vendidos como sucatas.

Existe, nesta Casa, o Fórum das Ferrovias, e acho que deveríamos apurar o que foi feito com o patrimônio da rede. É responsabilidade desta Casa. E o deputado Pedro Uczai deveria levar adiante o assunto, já que as ferrovias são de responsabilidade do governo federal.

(Passa a ler.)

São Paulo propôs retomar a administração de suas ferrovias e a reativação da Rede Ferroviária Federal, além da extinção do contrato de concessão com a ALL, apontada como responsável pelo sucateamento de parte da rede e venda de material ferroviário ao ferro velho.

A CPI paulista fez importantes encaminhamentos à comissão de Transportes da Câmara dos Deputados, à comissão de Transportes do Senado, ao Ministério dos Transportes, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público Federal.

Sugeri ao governo federal, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres, a possibilidade de decretar a caducidade da concessão outorgada à ALL e pediu à secretaria de Patrimônio da União, que é responsável pela guarda dos bens, que agilize providências para a realização do inventário dos prédios e outros equipamentos."

Temos a certeza de que essa é uma denúncia, sim, que merece muito respeito, pois estamos falando da Rede Ferroviária Federal que faz parte do planalto norte, faz parte da nossa história, faz parte do Contestado. Essa rede ferroviária foi dilapidada pela ALL. Como disse no meu discurso, a ALL tem que ser investigada, e nesta Casa vamos também fazer essa investigação. Há várias denúncias para que a ALL seja investigada. É necessário que esta Casa tome as providências como a Casa Legislativa de São Paulo tomou, fazendo uma CPI, apurando as denúncias, os fatos, para que haja uma explicação plausível sobre o porquê da Rede Ferroviária Federal estar sendo dilapidada.

Devido à importância desse fato, precisamos, sim, que esta Casa tome alguma providência, deputado Pedro Uczai, pois existe a denúncia em São Paulo. Então vamos fazer essa denúncia também nesta Casa. Trata-se da questão de instalarmos uma CPI no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Antônio Aguiar, quero cumprimentar v.exa. pela preocupação fundamental em relação às ferrovias.

Em primeiro lugar, ferrovia é mais barato, mais seguro, ambientalmente sustentável, atrai novos investimentos e diminui as tragédias nas estradas. Em segundo lugar, a questão da CPI de São Paulo já demonstrou claramente que efetivamente a América Latina Logística está produzindo crime contra a economia popular brasileira. Em terceiro lugar, o Ministério Público Federal, na audiência da Frente Parlamentar das Ferrovias, a qual este parlamentar coordena, em Herval d'Oeste, desistiu no mês de junho de convocar a América Latina Logística para definir se ela reativa e moderniza os trechos - Mafra, Porto União, Marcelino Ramos até Passo Fundo - ou cede, devolve a concessão ao governo federal.

Hoje o governo federal não tem esse poder porque tem perdido a todo momento na Justiça. O Ministério Público ainda não conseguiu isso, mas agora nós vamos convocar. E quero dizer que, se

precisar, vou ser seu parceiro na implantação. Efetivamente o Ministério Público hoje é um parceiro. O juiz de Direito esteve lá e solidarizou-se com os prefeitos da região, inclusive os da Amplasc e da Amplanorte. Todos estiveram presentes. E nós queremos ver o trem apitar no planalto norte, sim.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

- Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Nós gostaríamos também de dizer à comunidade catarinense que temos fatos concretos sobre a dilapidação do patrimônio da Rede Ferroviária Federal. Arrancaram trilhos bons de ramais, colocaram sucata, fizeram com que as estações fossem relegadas a um segundo plano. O mato toma conta da rede ferroviária do trecho de Mafra a Piratuba. É um descaso com a população, um descaso com a nossa história.

Existem fatos concretos para se apresentar na CPI a ser criada neste Parlamento.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

- Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu só quero reforçar o seu depoimento e falar da importância de esclarecer esses fatos por conta desses contratos de privatização ou de terceirização que foram feitos já na era Fernando Henrique Cardoso e que até hoje trazem consequências para nós, porque evitam, pois são muito engessados, que o governo tome providências. E assim temos que assistir a essa barbaridade e ver o patrimônio logístico de infraestrutura, esse patrimônio histórico, deprecando-se ao longo do tempo, sem poder fazer nada.

Então é importante que esclareçamos para a população que tipo de contrato foi feito para não repetirmos mais esse tipo de erro.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sim, deputado Décio Góes, já estamos há oito anos na era Lula e ele não resolveu esse problema.

Então nós temos a certeza de que a era Lula tem que tomar conhecimento dos fatos e realmente fazer com que aconteçam as coisas.

Mas eu gostaria nesses dois minutos finais de fazer o meu comentário sobre a grande reunião realizada no planalto norte, a reunião do Orçamento, onde esteve presente a deputada Odete de Jesus e o deputado Darci de Matos.

A reunião do Orçamento Regionalizado é constitucional. Nós estamos fazendo com que a Constituição seja cumprida e por isso o planalto norte fez com que constasse no seu orçamento o grande pedido da região, do município de Canoinhas, que é a construção da perimetral. Ora, a perimetral faz parte da BR-280. Vai da BR-280 à BR-153, ligando ao Paraná. Nessa perimetral nós queremos criar o grande parque industrial da cidade de Canoinhas. É para lá que vamos crescer, é lá que as nossas indústrias vão se instalar e é lá que os nossos trabalhadores vão ter a sua oportunidade de emprego.

Então, esse foi um dos grandes assuntos elencados para o município de Canoinhas, bem como para os municípios de

Três Barras, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Porto União, Mafra, São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Monte Castelo, Papanduva, Itaiópolis, e estava presente na reunião o prefeito Hélio Wendt.

Existem grandes reivindicações para o planalto norte. Esperamos que as obras que lá estão sendo feitas continuem no seu ritmo e que o governo continue dando uma atenção especial ao planalto norte, uma vez que essa região é, sem dúvida nenhuma, o grande merecedor, o grande canteiro de obras de Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan, ao cumprir a descentralização.

Temos certeza de que a descentralização imposta no estado fez com que os municípios do interior tivessem suas obras realizadas.

Parabéns ao governo de Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de manifestar, e até falei agora a pouco na minha avaliação, que a Polícia Militar não deve ser usada para combater manifestações legítimas da população.

Infelizmente acabamos de ver outro episódio aqui, na Avenida Mauro Ramos, em que a Polícia Militar, comandada pessoalmente pelo coronel Nilton Ramos, prendeu mais três pessoas: duas moças e um jovem menor de idade.

Então, eu até iria cumprimentá-lo pela sua postura na primeira semana dos movimentos, há três semanas, mas parece que de uma semana para cá descambou e, agora, simplesmente ele mesmo vai lá e comanda no sentido de reprimir e prender os jovens que se estão manifestando contra esse absurdo que é o aumento das passagens, para agradar meia dúzia de empresários que enriquecem à custa da população.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. Deputadas, srs. deputados, pessoas presentes neste plenário, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero colocar que eu recebi diversas observações na semana passada sobre o pronunciamento que fizemos em relação à duplicação da BR-101, trecho sul. É um deputado veio aqui e contestou dizendo que o pedágio que você, catarinense, paga seria para pagar a duplicação que foi feita. Isso não é verdade. O pedágio é pago para a manutenção da rodovia, até porque se fosse para a duplicação não seria R\$ 1,20, como não acontece nas outras rodovias do Brasil e do mundo.

Então, apenas reafirmo tudo aquilo que disse. O PSDB é o caminho, o PT é o pedágio. Mas quanto a isso, certamente os brasileiros vão poder decidir na eleição do dia 3 de outubro.

Nobres pares, o que me faz assomar à tribuna na tarde de hoje foi a semana passada fantástica que tivemos no Vale do Itajaí. Primeiramente pela Texfair, deputado Dagomar Carneiro, em que diversas empresas da sua cidade, Brusque, estiveram mostrando os seus produtos. A pujança do trabalhador do Vale do Itajaí foi colocada através de seus produtos. Empresas do Brasil inteiro estiveram presentes nesse evento.

É verdade que a Texfair precisa ainda aumentar e até melhorar, porque a demanda é muito grande. Mas certamente ela continuará em Blumenau, berço da indústria têxtil catarinense, berço de valores que se revelaram através dos produtos que se espraíram pelo mundo.

Então, quero dar os parabéns ao Sintex e a todos os organizadores da Texfair por essa brilhante feira, que faz com que a autoestima da nossa gente, da nossa região, possa elevar-se e assim continuar o desenvolvimento econômico no estado. O alto vale do Itajaí já foi a locomotiva do desenvolvimento catarinense e precisa continuar sendo. Por isso, parabéns aos organizadores da Texfair.

Após a Texfair, estivemos entregando diversas ordens de serviço. E aí, catarinenses, não é trololó, não é conversa fiada, pois você sabe e você quer que os políticos atuem e transformem as intenções em prática, no dia a dia, na vida dos catarinenses. E foi isso que nós fizemos na semana passada, na companhia do governador do estado, Leonel Pavan, quando trouxemos, deputado Romildo Titon, para a região quatro ginásios de esportes em quatro escolas: em Gaspar, na Escola Ivo de Aquino, em Blumenau, na Escola Santos Dumont, no Colégio Jonas Neves, de uma comunidade carente que precisa da mão estendida do governo, e na Escola Bruno Hoeltgebaum, do bairro Fortaleza.

Então, quero parabenizar o governo, o secretário da Educação, que colocou no orçamento e já começou a construção. Essa é a diferença. Estamos caminhando por Santa Catarina dando ordem de serviço da Vital Flávio Dias, que vai permitir a continuação da Silvano Cândido da Silva, ligando o município de Blumenau ao de Gaspar.

A nossa região, vale do Itajaí, em específico Blumenau, precisa de acessibilidade. É preciso acesso para transportar produtos, pessoas, para que a nossa região possa continuar a ser pujante. Novamente ordem de serviço. Nada de prometer ordem de serviço; são máquinas nas ruas, colégios e ginásios de esporte sendo construídos para as nossas crianças. Inclusive, outro dia, numa agenda intensa, inauguramos as 182 vagas, se não me falha a memória, do regime semiaberto do presidio de Blumenau. Tudo isso numa semana.

Blumenau e região precisam melhorar a segurança pública. Sabemos nós que o pano de fundo da insegurança é filha da falta de desenvolvimento econômico e neta da falta de educação. Isso é fato, é verdade! Mas

enquanto não pudermos fazer um grande desenvolvimento econômico no país, na área da educação, é preciso, sim, a mão estendida do estado para levar e melhorar os presídios, permitindo a ressocialização, para que não coloquemos as pessoas nos presídios e quando saírem se lá se transformem em mais bandidos do que já eram. Inauguramos. Parabéns novamente ao governo.

No final de semana fomos a Brusque. E foram muitos os convênios que entregamos. E, diga-se de passagem, com prefeito do PT. Isso mostra que o nosso governo não discrimina, não trata de forma discriminada. Fomos na companhia do prefeito Paulo Eccel.

Encerro as palavras de hoje dizendo sobre outros dois assuntos que são importantes nesta terça-feira. Hoje recebe a medalha de mérito industrial o empresário Vilmar de Oliveira Schürmann, de Florianópolis, que no vale do Itajaí, principalmente em Gaspar, criou uma companhia que se espalhou pelo mundo com seus produtos, que é a Ceval Alimentos, depois adquirida pela Bunge.

Hoje, lá em Brasília, o sr. Vilmar de Oliveira Schürmann vai receber o prêmio da ordem de mérito industrial do Brasil, uma justa homenagem a quem desenvolveu o país, a sua região, a quem sempre teve a mão estendida para a responsabilidade social.

Por isso em nome do Parlamento catarinense quero parabenizar o dr. Vilmar, desejando que possa continuar sua caminhada na área do turismo, gerando empregos, desenvolvimento econômico.

Recebeu também a ordem do mérito industrial aqui em Florianópolis o empresário Ovani Rosenstock. Parabéns, o senhor é o símbolo da mola propulsora da Manchester catarinense, Joinville, que através de uma pequena fundição, deputados Lício da Silveira e Dieter Janssen, com apenas 26 colaboradores, começou a produzir compressores que se espalharam pelo mundo e hoje emprega mais de 2.000 mil colaboradores.

Anunciava Ovani Rosenstock um contrato que a empresa firmou de 250 milhões de dólares. Isso é a pujança da economia catarinense, isso é o valor barrigaverde sendo contado e feito ao vivo em Santa Catarina.

Por isso parabenizo Vilmar de Oliveira Schürmann e Ovani Rosenstock, que entendem e sabem que o desenvolvimento não se faz do conflito de classes e sim onde empreendedores e colaboradores dão as mãos pelo desenvolvimento dos catarinenses, porque sem desenvolvimento não terá educação, saúde e um estado pujante no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, eu sei que v.exa. tem duas solicitações para a utilização do horário pela população, representada em dois segmentos, mas eu pediria a gentileza que v.exa. desse preferência ao caso da

Armação, haja vista a gravidade da situação. Não se trata apenas do problema da ressaca destruindo as casas, existe também a possibilidade da contaminação subterrânea dos mananciais, através do rio, da penetração da água na lagoa do Peri. Se isso acontecer, sr. presidente, praticamente 30 mil residências, ou 30 mil famílias, comércio, empresas diversas, ficarão sem abastecimento d'água.

Então, deputado Edison Andrino, deputada Angela Albino e deputado Marcos Vieira, todos os deputados, é muito grave a situação. E peço por gentileza que v.exa. ceda o espaço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Deputado Lício Mauro da Silveira, só quero informar a v.exa. que após o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima nós concederemos dez minutos para a Associação da Armação e também para a Festa da Gastronomia Italiana de Nova Veneza.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, temos hoje, e pode entrar na Ordem do Dia, se tivermos acordo das lideranças, a emenda constitucional, de autoria do deputado Pedro Uczai, que trata do assunto Celesc e Casan - um fato relevante da questão Celesc e Casan. E para podermos deliberar, hoje, essa emenda constitucional, que é importante para essas duas empresas públicas do estado de Santa Catarina, nós necessitamos de 24 votos em plenário.

Agora teremos o pronunciamento da nobre deputada Ana Paula Lima, que vai até nove minutos, mas pedimos aos deputados que estiverem em seus gabinetes que desçam ao plenário para que possamos, hoje, ainda deliberar essa emenda constitucional.

SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Solicitamos aos deputados que estão em seus gabinetes para que se possível desçam para a Ordem do Dia, para que possamos votar essa emenda constitucional.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada sr. presidente, sra. deputada, srs. parlamentares. Também cumprimento aqui os moradores da Armação, onde realmente aconteceu um estrago muito grande. E esta tribuna é deixada às manifestações da nossa comunidade e do povo de Santa Catarina, pois a um assunto tão importante quanto esse não podemos deixar de ficar atentos também. Mas o que me traz à tribuna no horário dos Partidos Políticos, deputado e nosso líder Décio Góes, é uma ação do governo do presidente Lula, no último dia 20, quando recebeu os prefeitos de todos os municípios do nosso país, na marcha dos prefeitos.

Antes, deputado Pedro Uczai, eram recebidos por cachorros e policiais. Os prefeitos, que tinham a responsabilidade de representar o povo, eram recebidos pelo governo do FHC com polícia, inclusive sendo mordidos pelos cachorros dos policiais.

Diferentemente do governo do presidente Lula, que recebe todos os prefeitos e também dá as boas novas. Inclusive, o presidente Lula fez o plano integrado para enfrentamento ao crack e outras drogas com recursos na ordem de R\$ 410 milhões, anunciados através de um decreto da presidência, que foi assinado diante de centenas de prefeitos que participavam da marcha em Brasília e que também foram convidados a integrar a força-tarefa de combate ao crack.

O ministério da Saúde estima que existam cerca de 600 mil usuários de crack no país. Inicialmente, esse problema ficava no estado de São Paulo, mas de cinco anos para cá se espalhou pelos centros urbanos de todas as regiões do nosso país.

Para o enfrentamento e combate às drogas o plano prevê três frentes de atuação: prevenção, combate e tratamento. Além disso, tem como objetivo a reinserção social do usuário de crack, além de enfrentar o tráfico de drogas em parceria com estados, municípios e com a sociedade civil.

Os hospitais gerais vão dobrar o número de leitos para receber dependentes químicos - um investimento de R\$ 180 milhões para todos os hospitais do nosso país. O usuário de drogas será tratado com o respeito e a dignidade de que necessita e não como bandido, como estava sendo tratado.

Teremos a transformação de 110 CAPS-AD para CAPS-III, que têm funcionamento 24 horas por dia, com oito leitos em cada um, para internações de curta duração e maior capacidade de atendimento ambulatorial; a construção de 60 casas de passagem, que são estruturas destinadas a abrigar usuários de álcool e drogas em situação de risco, principalmente aqueles que já estão morando nas ruas. Um investimento de R\$ 13 milhões do ministério da Saúde.

Na verdade, o plano lançado no último dia 20 de maio vai intensificar as ações já anunciadas em junho de 2009 pelo ministério da Saúde no plano emergencial de ampliação do acesso do tratamento para os usuários de álcool e drogas.

Senhoras e senhores, público que nos acompanha pela TVAL e pela nossa Rádio AleSC Digital, sou mãe, o meu filho mais novo tem 16 anos, vai fazer 17, e tenho uma menina de 26 anos. Tenho trazido aqui, também como enfermeira, esse debate a esta tribuna diversas vezes. Já realizamos audiências públicas na Assembleia Legislativa e em diversos municípios do nosso estado para trazer essa problemática para que a sociedade civil também pudesse ter essa participação. Na minha preocupação com relação à drogadição tenho alertado sobre a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção e ao tratamento dos usuários de drogas.

Tenho chamado a atenção sobre o fato de que a maioria dos que cumprem pena nos presídios de Santa Catarina, 80%, são dependentes químicos, são usuários de drogas. Oitenta por cento são adolescentes; é a juventude que está nos presídios de Santa Catarina, e o governo do estado nada fez para atender a essa comunidade.

Deputado Elizeu Mattos, faço um pedido a v.exa. Existe um projeto de nossa autoria que está sob sua responsabilidade, que destina uma parte do Fundo Social, que foi aprovado por esta Casa, para as comunidades terapêuticas terem recursos para o tratamento de dependentes químicos.

Deputado Elizeu Mattos, o senhor que é pai também, assim como os outros srs. deputados e senhoras deputadas, tenho certeza, foi abordado inúmeras vezes por mães e pais que têm filhos que estão na dependência química e que não sabem onde internar esses adolescentes, essa juventude, ou uma parte de adultos, para desintoxicação.

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. tem o projeto em suas mãos, já vai fazer um ano, e ainda não relatou esse projeto que era para essas comunidades terapêuticas terem acesso a esses recursos para o tratamento dos dependentes químicos.

Por isso quero aqui dar os parabéns à campanha "Crack nem pensar", do grupo RBS, que através da TV, dos jornais e rádio vem alertando toda a nossa juventude, as mães, os pais e também convocando a sociedade civil para vencer a luta contra as drogas. Parabéns também ao governo do presidente Lula que na semana passada assinou esse decreto presidencial destinando R\$ 410 milhões para tratamento, prevenção e combate às drogas e também para norrear a nossa família, a nossa sociedade, para desintoxicar esses jovens.

Srs. deputado, sra. deputada e público catarinense, ninguém nasce bandido. Quem está nos presídios algum delito cometeu. E se algum delito cometeu, ele precisa ser ressocializado. Mas o que me assusta como mulher, como mãe, é que 80% dessa população carcerária são dependentes químicos. E eles precisam ser tratados para retornar à nossa sociedade.

Então, essa é a boa nova, sr. presidente, que no horário do Partido dos Trabalhadores eu trago aqui, ou seja, que os prefeitos dos 293 municípios que compõem o estado de Santa Catarina também façam esse projeto, anunciem e digam quais são os problemas das suas cidades, porque o governo federal irá financiar esses projetos. E principalmente, sr. presidente, que as escolas de todos os municípios do estado de Santa Catarina possam fazer um programa de prevenção com as nossas crianças, com os nossos adolescentes, para que não utilizem, não experimentem nunca a droga, porque, às vezes, é um caminho sem volta. E nós queremos uma sociedade melhor, igualitária e com muitas oportunidades para todos nós.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta presidência registra com muita satisfação a presença da vereadora do PDT, do município de Santo Amaro da Imperatriz, vereadora Rose, bem como a sra. Maria Lúcia de Souza e o sr. Aguenel Passos do mesmo município.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Mais uma vez eu faço um apelo aos deputados que se encontram nos gabinetes. Nós temos uma medida constitucional, que é do interesse de todos os catarinenses, para deliberar hoje. Estamos com 24 votos e até amanhã para a Ordem do Dia não teremos esses 24 votos presentes para deliberar. Por isso faço um apelo para que venham ao plenário para podermos votar essa proposta de emenda constitucional.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Apenas para registrar a presença do Jucélio Paladini, do Nei e do Marinho, que são do Sindicato dos Trabalhadores da Casan e estão na Casa para acompanhar a votação do projeto de lei complementar, ao qual favoravelmente é a posição da entidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Sras. deputadas e srs. deputados, conforme requerimento apresentado a esta Mesa Diretora, comunicamos ...

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - V.Exa. vai colocar em votação na Ordem do Dia? Porque hoje temos poucas matérias. Estamos com 24 deputados, neste momento, e poderíamos votar somente o projeto de lei complementar, que precisa de quórum qualificado. E amanhã vários deputados não estarão presentes em função do lançamento do Sustentar 2010, que este deputado também tem interesse que seja aprovado. E há concordância por unanimidade dos deputados que votaram hoje, pela manhã, na comissão. Há acordo da emenda do deputado Elizeu Mattos negociado com o sindicato, negociado com a empresa e, portanto, temos essa unanimidade que foi acolhida pelo deputado Antônio Aguiar. Então, que pudéssemos pelo menos votar o Projeto de Lei Complementar n. 0003, para que depois possamos dar condições das duas manifestações, que são muito importantes e fundamentais, principalmente a situação da Armação, no sul da Ilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Sr. deputado Pedro Uczai, se houver a concordância de todos os líderes, nós colocaremos primeiro em votação a emenda constitucional, mas antes nós teremos a suspensão da sessão, conforme requerimento de todos os líderes, para que o representante da Associação da Armação, sr. Fernando Sabino, possa fazer a apresentação aqui no plenário, e depois também concederemos dez minutos para os representantes de Nova Veneza, da Festa de Gastronomia Típica Italiana.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu só quero solicitar a inversão de pauta, porque daqui a pouco não teremos mais quórum para deliberar essa emenda.

É um assunto rápido, não prejudica a manifestação dos demais, mas só queremos que seja feita a inversão da pauta da Ordem do Dia. Ou seja, que ocorresse primeiro a Ordem do Dia, para deliberarmos as matérias, para depois ouvirmos o pessoal da Armação, porque concordamos totalmente em escutá-los.

Então, sr. presidente, nós queremos a inversão da pauta somente para não correremos o risco de ficarmos sem quórum.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, como estou na mesma direção do deputado Elizeu Mattos, concordo com a manifestação do pessoal da praia da Armação, mas estamos neste momento com condições de quórum para votarmos esse tema que interessa a todos os catarinenses, que é a questão da PEC apresentada pelo nosso colega deputado Pedro Uczai, acordada pelo líder do governo, deputado Elizeu Mattos.

Então, a nossa proposta é que primeiro ocorra a Ordem do Dia, para depois abrimos para a manifestação das entidades. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência gostaria de saber se todos os líderes concordam com o pedido do deputado Elizeu Mattos.

(Os líderes acquiescem.)

Com a concordância dos líderes, vamos passar primeiro para a Ordem do Dia, e pedimos a paciência dos moradores da praia da Armação, pois com certeza serão ouvidos depois.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero reiterar o apelo do líder de governo nesta Casa e pedir aos parlamentares que estão nos gabinetes para que desçam, por favor, até o plenário para a votação dessa PEC que interessa a todos nós e a Santa Catarina, pois é uma matéria muito importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno da PEC n. 0003/2010, que dá nova redação ao art. 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a importância da aprovação dessa Proposta de Emenda Constitucional, para ficar garantido na Constituição do nosso estado que a Casan e a Celesc não poderão ser privatizadas pelo menos antes que este Poder discuta e dê à população catarinense o direito de se manifestar a respeito através de referendo popular.

Sr. presidente, é muito importante essa PEC, pois ela garante a Celesc como empresa pública do povo catarinense, assim como a Casan.

Então, o dia de hoje é um dia histórico para o Poder Legislativo de Santa Catarina, e quero parabenizar o autor da PEC, deputado Pedro Uczai, o relator, deputado Antônio Aguiar, o relator do pedido de vista, deputado Elizeu Mattos, que junto com os trabalhadores celesquianos discutiram uma proposta de consenso para garantir essa importante vitória para a população do nosso estado.

Como já tínhamos o Projeto de Lei n. 0393, que trata da mesma matéria, nós o apensamos à PEC n. 0003/2010, mas hoje de manhã, na comissão de Constituição e Justiça, foi retirado o apensamento justamente para que ele possa tramitar, uma vez que é mais amplo, para buscar e impedir a privatização de serviços de outras autarquias, como também de serviços na saúde, na educação e na segurança.

No entanto, garantir a aprovação hoje dessa emenda à nossa Constituição, que veda, que impede, até a Constituição, de mudar novamente qualquer possibilidade de privatização da Celesc e da Casan, já é um avanço histórico.

Portanto, parabenizando os trabalhadores celesquianos e da Casan aqui presentes, é com grande alegria que votamos nessa vitória da sociedade, do serviço público, da empresa pública e da classe trabalhadora catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu não tenho dúvidas de que o deputado Elizeu Mattos, que foi o relator da PEC, em entendimento com todos os srs. deputados que fazem parte da comissão de Constituição e Justiça, chegou a um denomi-

nador comum. E foi hoje finalmente aprovado o relatório e voto, com a concordância de todos os srs. deputados. E o meu encaminhamento, sr. presidente, era exatamente no sentido de segurar o painel eletrônico, até completar 24 votos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Em votação.

A votação será nominal, por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO ANTÔNIO CERON

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES sim

DEPUTADO DIETER JANSSEN sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO OZAIR POLACO

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO RONALDO BENEDET

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim

DEPUTADO WILSON VIEIRA

Está encerrada a votação.

Temos 24 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a PEC n. 0003/2010.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0137/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a emenda e o art. 1º da Lei n. 15.084, de 2010, que institui o Dia Estadual de Parapsicologia do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, eu peço, por gentileza, que v.ex.a. coloque em votação em segundo turno a PEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Consulto os srs. líderes para saber se concordam com a solicitação do deputado Lício Mauro da Silveira.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Havendo concordância dos srs. líderes, colocaremos a PEC em votação em segundo turno logo em seguida à votação dos dois próximos projetos.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0335/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina de Rudibert Knop o ginásio de esportes do bairro Warnow, contíguo à Escola de Ensino Fundamental Gustavo Barroso, em Indaial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0081/2010, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de São Carlos (ampliação de unidade sanitária).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h24.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 012ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h24, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Discussão e votação em segundo turno da PEC n. 0003/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.
(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO OZAIR POLACO	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA	

Está encerrada a votação.
Foram 25 votos "sim", com o voto do deputado Peninha.

Está aprovada em segundo turno a PEC n. 0003/2010.

Conforme acordo de lideranças, encerramos a presente sessão e convocamos outra, extraordinária, para as 16h24.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h25, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à liberação de recursos federais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comunica sua ida a Belo Horizonte; registra requerimento de sua autoria solicitando audiência pública para discutir a lei de gerenciamento costeiro.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se em defesa dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Defende programas de habitação rural; registra plenária da Federação dos Trabalhadores do

Comércio do Estado de Santa Catarina.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Dirceu Dresch.
DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Participa convite feito pelo deputado Odacir Zonta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Emenda Constitucional n. 0003/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0271, 0272, 0294, 0295, 0296, 0297 e 0298/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0273/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0274/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0275, 0276, 0278, 0286 e 0287/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini...

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, conforme foi conversado com a representação do Pântano do Sul, se v.exa. permitir, tão logo sejam deliberadas essas indicações, peço que a sessão seja interrompida para que possamos ouvir as pessoas daquela região. E depois retomaremos a sessão normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Terminaremos bem rápido a Ordem do Dia e, em seguida, ouviremos o representantes da associação da praia da Armação.

Comunicamos, ainda, que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0277/2010, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 0279/2020, de autoria do deputado Reno Caramori; 0280, 281, 0282, 0283, 0284 e 0285/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0288/2010, de autoria do deputado Edison Andrino; 0289, 0290 e 0291/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0292 e 0293/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Esta Presidência comunica que

defere de plano os Requerimentos n.s.: 0676/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0677, 0681, 0728, 0730, 0731, 0732, 0733 e 0734/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0683, 0695, 0706 e 0707/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0684/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0685, 686, 687, 688 e 0689/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0690, 0691, 0692, 0693 e 0705/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0694/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0696, 0697, 0698, 0699, 0700, 0701, 0702, 0722 e 0726/2010, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 0703 e 0721/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0704/2010, de autoria do deputado Edison Andrino; 0708 e 0709/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0710, 0711, 0713 e 0714/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0716, 0717, 0718, 0719 e 0720/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0735/2010, de autoria do deputado Gilmar Knaesel; 0736, 0737, 0738 e 0739/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 0740/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário os Requerimentos n.s.: 0678, 0679 e 0680/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando apoio na liberação do FGTS para as famílias atingidas pelas fortes chuvas que causaram destruição nos municípios de Lebon Régis, Rio das Antas e Videira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Requerimento n. 0682/210, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Banco do Brasil, pedindo a disponibilização de mais dois caixas eletrônicos na agência do município de Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0712/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral e ao superintendente regional do DNIT, pedindo providências emergenciais visando à recuperação e à restauração da rodovia BR-280, trecho entre os municípios de Canoinhas e Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0715/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da empresa Oi, pedindo a expansão de linhas telefônicas na comunidade de Teresópolis, no município de Águas Mornas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0727/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Florianópolis, sugerindo a aquisição de cinco computadores para todas as sedes de conselhos tutelares de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0729/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos ministros da Saúde e da Previdência Social, apelando por estudos visando a incluir no sistema da Previdência Social auxílio permanente às pessoas que realizarem procedimentos cirúrgicos tais como a colostomia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0038/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Fórum Parlamentar Catarinense, apelando por medidas que visem à rejeição do PL n. 5.358/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0039/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada ao Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a viabilização de recursos financeiros para a recuperação de toda a extensão da SC-480.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0040/2010, de autoria do deputado Edison Andrino, a ser enviada ao presidente da República e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no

Congresso Nacional, solicitando a sanção do Projeto de Conversão em Lei n. 0002/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0041/2010, de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviada ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, manifestando repúdio à atuação da Polícia Militar e autoridades responsáveis do governo pela forma truculenta e arbitrária como foram tratados os profissionais da comunicação, durante as manifestações dos estudantes em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Conforme acordo de lideranças, suspendemos a presente sessão e concederemos dez minutos para o representante da Associação dos Moradores da Praia da Armação, Fernando Sabino, para fazer uso da tribuna e expor os problemas da associação. Em seguida, concederemos dez minutos ao representante de Nova Veneza para falar sobre a Festa da Gastronomia Típica Italiana.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

(O deputado desiste.)

Na desistência do deputado Edison Andrino, a próxima oradora inscrita é a sra. Angela Albino.

(A deputada desiste.)

Na desistência da deputada Angela Albino, a próxima oradora inscrita é a sra. Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Novamente gostaria de cumprimentar os funcionários públicos estaduais que se fazem presentes nesta Casa e que manifestam seu desejo de que o deputado Jorginho Mello não retire a emenda de sua autoria, a fim de que possamos deliberar sobre ela amanhã. Até porque, sr. presidente e público de Santa Catarina, o governador retirou as Medidas Provisórias n.s 0174 e 0178, que beneficiavam os funcionários que trabalham na Saúde. Estamos em negociação, mas até agora nada foi definitivamente acertado.

Então, acredito que essa emenda possa ser votada amanhã e peço que não seja retirada nem a emenda nem o projeto, para que possamos dar uma resposta a todos os servidores que se fazem presentes e que desempenham uma função de excelência para o estado de Santa Catarina.

Mas o que me traz pela segunda vez à tribuna, srs. parlamentares e povo catarinense, é um decreto do presidente Lula liberando R\$ 410 milhões para combater a drogadição em nosso estado. O vício é um desespero para mães e pais, principalmente no que se refere à internação provisória para desintoxicação de crianças e adolescentes, além dos adultos que entraram para o mundo das drogas e que merecem ser resgatados, até porque nos presídios de Santa Catarina, 80% dos presidiários são dependentes químicos.

Quero também registrar que no dia de ontem, segunda-feira, 24 de maio, participamos, lá na Associação Comercial e Industrial de Itajaí, de um debate organizado pela senadora Ideli Salvatti, cujo tema foi a segurança pública em nosso estado e o problema da drogadição. Estiveram presentes ao debate o prefeito de Itajaí, Jandir Bellini; o prefeito de Navegantes, Roberto Carlos de Souza, além de representantes de Balneário Camboriú e Camboriú, ONGs, Polícias e empresariado.

A senadora Ideli Salvatti trouxe ao estado o secretário executivo do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, Ronaldo Teixeira, que nos comunicou que no próximo mês o estado de Santa Catarina deverá assinar um convênio do Pronasci. A partir daí o consórcio poderá também firmar uma parceria e instalar o Gabinete Gestor Integrado Regional, que será responsável por gerir as ações e os recursos. De acordo com ele, o governo federal vem trabalhando para que todos os estados estejam no Pronasci. Hoje só Santa Catarina, o Amapá e Roraima não fazem parte do programa, mas o nosso estado só não integrará o Pronasci se não quiser.

Então, faço um apelo, sr. presidente, aos deputados da base do governo para que sensibilizem o governador do estado de Santa Catarina para assinar esse convênio, porque através dele poderemos receber recursos para o combate à drogadição, sempre contando com o trabalho das lideranças comunitárias.

A senadora Ideli Salvatti alertou que se trata de um passo muito importante para o estado de Santa Catarina, principalmente para a região do vale do Itajaí, onde os índices de violência estão ligados ao tráfico de drogas e são superiores à média do estado.

O Pronasci é um avanço sem tamanho para os estados e também para os municípios. O governo federal faz um pacto de cooperação para trabalhar em conjunto com os demais entes da federação, atuando tanto na formação de profissionais como na prevenção.

Quero dizer que já conhecia esse programa, mas tive o privilégio de conhecê-lo mais de perto através da explanação do secretário executivo, sr. Ronaldo Teixeira.

Ficamos sabendo também, deputado Sargento Amauri Soares, que Santa Catarina aderiu apenas a três convênios. O primeiro é de R\$ 17 milhões e destina-se aos presídios do estado, dinheiro do governo federal. Infelizmente, no município de Itajaí a obra do presídio ainda não está acabada por ingerência da secretaria da Segurança Pública do governo do estado de Santa Catarina. O segundo

convênio é no valor de R\$ 18 milhões e destina-se à sua área, deputado Sargento Amauri Soares, ou seja, à capacitação. Há ainda um convênio no valor de R\$ 1 milhão para a ressocialização de presos, o que, infelizmente não está acontecendo, e para a compra de viaturas.

Gostaríamos de alertar os catarinenses que o convênio do Pronasci tem que ser assinado até o próximo dia 15 de junho pelo governador do estado, para que Santa Catarina possa acessar a outros recursos.

Tenho conversado com pais, mães e outras pessoas sobre o estado de insegurança em que vive a população catarinense. E falo especificamente da região do vale do Itajaí, principalmente a cidade de Blumenau, que tinha índices baixíssimos de homicídios. Em 2010, no entanto, já ocorreram 19 homicídios em nosso município. É um dado alarmante para uma população tão pequena. E isso está acontecendo em vários municípios do estado.

Lembro mais uma vez: até o dia 15 de junho tem que ser assinado o convênio do Pronasci com o ministério da Justiça e o consórcio dos municípios do vale do Itajaí que integram a região da Ammvi, na perspectiva de implementar ações que causem impacto na diminuição da insegurança na nossa região.

O Vale do Itajaí será o pioneiro em Santa Catarina na assinatura desse programa através desse convênio, desse consórcio. É importante a articulação dos municípios nesse consórcio, pois aí está o conceito do Pronasci, do trabalho conjunto com as parcerias. Assim, podemos atuar mais efetivamente com políticas locais de prevenção à violência e também de prevenção às drogas.

No mesmo dia à tarde esse debate também ocorreu em São José, reunindo prefeitos da Grande Florianópolis, juntamente com a senadora Ideli Salvatti e Ronaldo Teixeira.

O Pronasci é um programa do governo do presidente Lula, que visa também à criação de territórios da paz, articulados com políticas comunitárias, políticas públicas - como exemplo, a praça da juventude, os centros de assistência social, os centros de saúde, o projeto Mães da Paz, com as mulheres que querem também atuar como lideranças nessas periferias em que há mais índices de violência - e do projeto que visa à proteção da juventude.

É mais uma boa nova da orientação do nosso governo federal. Espero que o governador do estado de Santa Catarina, hoje, Leonel Pavan, possa fazer a assinatura o quanto antes, porque Santa Catarina não pode ficar de fora, não pode ficar recusando investimentos na área da segurança pública, que é uma preocupação de todos os catarinenses. Basta abrir os jornais para ver o índice de violência que vem ocorrendo neste estado, e nós não podemos ficar apenas no discurso. Nós precisamos fazer a lição de casa, sr. presidente, que é a assinatura desse programa com o governo federal.

Era isso, sr. presidente, o que tinha a relatar no dia de hoje.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli, com a aquiescência do deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, infelizmente, amanhã, eu também não vou poder participar da sessão. Eu faço parte da diretoria da Unale, e amanhã é a abertura da nossa conferência. Eu vou amanhã, pela manhã, a Belo Horizonte e voltarei somente na sexta-feira.

Mas eu quero comunicar que adentrei com um requerimento solicitando a realização de audiência pública na comissão de Economia, Ciências, Tecnologia, Minas e Energia, para discutirmos essa questão da regulamentação estadual da Lei do Gerenciamento Costeiro, da qual sou autor.

Essa discussão levou quatro ou cinco anos aqui. Há seis anos foi aprovada e somente agora o estado está regulamentando, mais sem a devida discussão pública. As informações que estamos recebendo sobre o que está sendo escrito, deputado Reno Caramori, para ser decretado são muito preocupantes. É preciso que haja uma discussão, v.exa. sabe, deputado Reno Caramori, na região sul, com o Resex, com o APA da Baleia Franca, sobre as dificuldades todas que existem na região de Imbituba, Garopaba, Laguna, Jaguaruna, enfim, naquela região toda.

Eu sou o autor da Lei de Gerenciamento Costeiro, que é necessária. Mas também é necessário que haja uma discussão democrática sobre a regulamentação. Nós precisamos, portanto, realizar uma audiência pública para conhecer o que está sendo elaborado até agora, antes de ser baixado esse decreto. Por isso propusemos, hoje, a realização dessa audiência Pública.

SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Joares Ponticelli, com toda a razão, nós acompanhamos essa luta. Foi uma árdua missão que não pode parar pela metade. Nós precisamos dar continuidade, e v.exa. tem toda razão e tem o apoio deste deputado.

Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, apresentamos uma moção a ser enviada ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional nos seguintes termos, para que fique registrado e para que o povo catarinense tenha conhecimento do perigo que estamos correndo, mais uma vez desmontando as corporações do corpo de bombeiros voluntários em Santa Catarina, que prestam um trabalho muito grande e abnegado a todos os catarinenses.

(Passa a ler.)

[...]

“o signatário, com base no artigo 195 do Regimento Interno deste Poder, e considerando que:

- os Corpos de Bombeiros Cíveis e os Corpos de Bombeiros Voluntários são organizações do terceiro setor. Alguns são organizações sociais (OS), instituídas pela Lei n. 9.637/98, e outros são organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPI), instituídas pela Lei n. 9.790/99;

- essas leis foram elaboradas para apoiar o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, aprovado em 21/09/95 pela Câmara de Reforma do Estado, com a finalidade principal de possibilitar que parte dos serviços, que não conseguem ser prestados adequadamente pela União, pelos Estados e pelos Municípios, possam ser prestados pelo terceiro setor, de forma organizada e regulamentada, recebendo recursos de empresas, dedutíveis em Imposto de Renda, e recursos públicos das três esferas da Federação, sujeitos ao controle da Administração Pública e à fiscalização dos Tribunais de Contas;

- para poder atuar em um município, a Organização dos Corpos de Bombeiros Voluntários deverá obter autorização por lei específica devidamente criada e regulamentada, necessária, ainda, de autorização do município, por meio de assinatura de um convênio de parceria;

- a capacitação dos bombeiros voluntários pode ser feita na Escola de Formação de Corpo de Bombeiro Militar, quando autorizado pelo governador do estado, ou em escola de formação mantida pela Associação dos Corpos de Bombeiros Voluntários, como acontece no estado de Santa Catarina;

- a Lei n. 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que regulamentou a profissão de bombeiro civil no Brasil, apesar de possuir várias imperfeições e de ter demorado cerca de 17 anos para ser aprovada, representou um grande avanço, pois foi o primeiro grande passo para a regulamentação dos Corpos de Bombeiros Cíveis Municipais e dos Corpos de Bombeiros Voluntários, garantindo, dessa forma, os direitos básicos aos Bombeiros Cíveis e Voluntários de 4.900 municípios brasileiros ainda sem serviços de bombeiros; e

- a aprovação do Projeto de Lei n. 5.358/2009 que visa à substituição do nome 'Bombeiro Civil' para 'Brigadista Particular' representará um grande retrocesso para a população brasileira, e a vitória de um corporativismo retrógrado e ultrapassado, que ainda insiste em manter privilégios em detrimento do atendimento ao eleitor contribuinte,

REQUER o encaminhamento de MOÇÃO ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso nacional, nos seguintes termos:

'A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do deputado Reno Caramori, apela a vossa excelência por medidas que vizem à rejeição do Projeto de Lei n. 5.358/2009, de autoria do deputado Laerte Bessa.

Atenciosamente, deputado Gelson Merísio - Presidente.' "[...]

Sr. presidente, srs. deputados, senhores que nos assistem pela TVAL e que nos escutam pela Rádio Alesc Digital, a nossa preocupação é a mesma que há 20 anos, praticamente, estamos debatendo nesta Casa. Defendemos a atividade dos bombeiros civis voluntários que prestam um trabalho com as corporações organizadas em mais de 35 municípios, atendendo a mais de 75 municípios de Santa Catarina, e ainda neste estado há mais de 150 municípios que não têm corporações de bombeiros, nem de

voluntários, nem de comunitários, nem de militares.

A nossa preocupação é que, se mudarmos o nome dessas corporações no Brasil, nós vamos enfraquecê-las cada vez mais. Porque na lei, e este deputado não se ateve, onde ele entende que os bombeiros voluntários são aqueles que recebem remuneração de empresas que são colocadas à disposição da sociedade, não é isso!

Este deputado, através do apelo à bancada catarinense, deverá ser instruído para que entenda a filosofia e o modo em que atuam os bombeiros voluntários em Santa Catarina e no Brasil, a exemplo de tantos países. E visitamos um deles, Portugal. Lá visitamos uma série de corporações de bombeiros voluntários que prestam o mesmo trabalho que nós prestamos em Santa Catarina, mais ou menos nos mesmos moldes. Se bem que os nossos bombeiros voluntários são mais bem organizados e respeitados em Santa Catarina do que lá em Portugal.

O bombeiro de Joinville tem 118 anos, o de Caçador tem quase 40 anos. E, se formos enumerar todos eles aqui, veremos que são bombeiros que já têm muita experiência. Centenas de pessoas já passaram por essas corporações, prestando o seu trabalho em benefício da sociedade. Quer no sinistro de incêndio, quer nas catástrofes de enchentes, quer nos acidentes de rodovia, os bombeiros estão atentos 24 horas por dia. Mas os bombeiros voluntários vivem do quê? Quem recebe remuneração, com os poucos recursos que o governo do estado dispõe, são aqueles que prestam plantões, que passam dia e noite nas corporações, um número reduzido de pessoas, porque os demais são voluntários oferecidos pelas empresas, que lá trabalham com a permissão das empresas catarinenses para atender aos chamados a qualquer hora do dia e da noite, mesmo estando no serviço. Eles, recebendo o chamado, imediatamente deixam de operar na sua atividade profissional em sua empresa e correm em socorro daqueles que necessitam.

Por isso, lutamos em favor dos bombeiros voluntários de Santa Catarina e do Brasil. Que essa moção soe como um alerta a todo o Parlamento nacional, ao Congresso Nacional, quer a Câmara Federal, quer o Senado, para que entendam que se nós partirmos para a mudança da nomenclatura, nós estaremos, Sr. presidente, sujeitos a enfraquecer cada vez mais essa classe de profissionais que se dispõem graciosamente. São abnegados anjos do fogo, como os chamamos, que sem remuneração arriscam as suas vidas, deixando as suas famílias a qualquer hora do dia ou da noite, no fim de semana, pois não há hora ou dia certo para prestar esse trabalho em benefício, em salvamento de alguém que precisa.

Nós costumamos dizer que até mesmo por causa de um gatinho que sobe no telhado o bombeiro voluntário está prestes a atender o chamado e salvar o animal. Imaginem o que fazem quando se trata de salvar vidas humanas. Arriscam a

sua própria vida para o salvamento daqueles que necessitam. E o grande exemplo foi na catástrofe do ano passado no município de Indaial e em tantos outros, onde as corporações de bombeiros voluntários se aliaram às demais corporações particulares e mesmo às militares em favor, em socorro, daqueles que solicitavam.

Por isso faço esse apelo ao Congresso Nacional para que se alertem e busquem verificar o que poderá acontecer se eles aprovarem esse projeto.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, nesta semana acontecem no estado duas grandes agendas do movimento social.

Amanhã, começa mais uma nova plenária da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado de Santa Catarina, uma importante entidade na luta dos trabalhadores deste estado, especialmente dos comerciários, mas não só porque a Fecesc, os sindicatos, os municípios, as regiões têm atuado firmemente numa perspectiva de luta do conjunto da classe trabalhadora, junto às demais centrais sindicais, ao Diese e a outras organizações, mas também porque a Fecesc vem construindo a luta da classe trabalhadora para uma condição de vida melhor e também vem atuando na redução da jornada de trabalho para 40h semanais.

No ano passado, foi uma entidade estratégica e determinante na luta da aprovação do piso mínimo estadual. E na continuidade da luta já nos estamos preparando para discutir no final do ano, início do próximo ano, o reajuste do piso mínimo regional, que esta Casa pela lei terá que fazer.

Então, estou cumprimentando todos os dirigentes, o presidente Francisco Alano e toda a direção, pela grande plenária que irão realizar em Piratuba, a partir do dia de amanhã.

Também a segunda grande agenda desta semana é o encontro para discutir a habitação rural, a habitação da agricultura familiar, coordenada pela Cooperativa da Habitação Familiar da região sul - Cooperhaf -, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf-Sul -, com a participação ativa também da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol -, que irá acontecer, sexta-feira, no município de Chapecó.

É um grande evento, com a perspectiva de contar com a presença de quase nove mil agricultores e agricultoras dos três estados do sul, que irá debater toda a política nacional, estadual e municipal de habitação para a agricultura familiar. Depois dessa grande conquista aprovada e regulamentada em âmbito nacional de três

programas - grupo um, grupo dois e grupo três - da habitação para os agricultores, também vem a lei que destina 1% do Orçamento do estado para a habitação popular, em que os agricultores e suas organizações também vão ser beneficiados.

Mais de R\$ 100 milhões por ano serão investidos em habitação no estado de Santa Catarina, num projeto de iniciativa da bancada do Partido dos Trabalhadores, sob nossa liderança no ano passado e que foi uma grande conquista para a sociedade catarinense, porque muitas vezes se fala por aí que Santa Catarina tem pouca demanda de habitação. Mas isso não é verdade, nós temos uma grande demanda de habitação. No meio rural são mais de 30 mil famílias, deputado Pedro Uczai, e na cidade há um grande número de famílias que não possuem uma casa digna, que é o espaço onde as pessoas passam a maior parte da sua vida, com a família, recebendo os amigos.

Então, o encontro de sexta-feira, em Chapecó, irá ter com certeza a presença maciça de agricultores, de lideranças, de ministros, de ministras e possivelmente vai ser um evento marcante que irá discutir a continuidade do avanço da política habitacional no meio rural. Não é só a casa - e nisso destaca-se muito a função e o papel da Cooperhaf -, há também a questão do pomar, da horta, da organização dos agricultores, de sua luta, do desafio de alternativas produtivas.

Então, tudo isso será parte de um grande debate na próxima sexta-feira. E também, desse encontro, vamos tirar grandes ações e grandes políticas para os próximos anos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Dirceu Dresch, eu quero cumprimentá-lo e dizer que casa é vital para quem mora na cidade, mas cada vez mais vocês demonstraram na organização da agricultura familiar que, para a valorização da mesma, a casa também é fundamental e estratégica na área rural.

Tem uma expressão popular em nossa região que diz que quem casa quer casa. Principalmente a juventude da área rural precisa ter sua casa digna, decente, para sua autoestima se construir como identidade.

Então, por isso, nessa sexta-feira, parabéns à Cooper Alfa, parabéns à Fetraf, que organiza e mobiliza os agricultores familiares neste grande evento que acontece em Chapecó. E é assim que se vai garantindo a mudança e a transformação dos agricultores familiares com dignidade e com futuro.

Parabéns ao seu trabalho, pela sua mobilização, pela sua articulação com esse setor central que pensa o futuro da agricultura familiar.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Pedro Uczai. E quero ressaltar mais uma vez a importância do Programa Nacional por Moradia, o Programa Nacional de Habitação Popular, criado pelo presidente Lula, pelo seu governo, Minha Casa, Minha Vida, o PAC, investindo bilhões e bilhões de reais em habitação. Aqui, agora, queremos a aprovação da lei de nossa iniciativa, deputado Pedro Uczai, da nossa bancada, de colocar 1% à disposição, porque o estado de Santa Catarina tem um investimento muito baixo em habitação, muito aquém da necessidade da nossa população.

Isso, sim, é valorizar a população principalmente de baixa renda, eis que muitos deles ainda moram em barracões. E a casa, o local de morar, de fato, é muito importante para o desenvolvimento do ser humano, das pessoas, para terem uma vida digna.

Outra questão que mais uma vez vem à tona é a violência para cima dos movimentos sociais. Assistimos mais uma vez na última quinta-feira em Florianópolis a um movimento contra o aumento das passagens de ônibus, onde mais uma vez o estado, o seu setor de segurança, principalmente o Batalhão da Polícia Militar, cometeu abusos de poder, inclusive com setores da imprensa, com jornalistas, quebrando máquinas fotográficas de jornalistas que estavam fazendo seu trabalho.

Então, apresentamos um requerimento à comissão de Segurança Pública para convocar o secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Comandante da Polícia Militar de Santa Catarina e o Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar para explanarem sobre as providências que foram tomadas em relação aos procedimentos de forma arbitrária e autoritária como a Polícia Militar de Santa Catarina atuou durante as manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus.

Em Santa Catarina, estive, em 2008, presidindo a comissão de Segurança Pública. E em vários momentos com certeza a Polícia Militar do nosso estado, os comandantes, exageraram na dose, cumprindo sua função, é verdade, de proteger, de zelar pela ordem pública. Mas houve exageros. Isto não é bom para a democracia.

As entidades também querem se manifestar, fazer o seu ato, as suas manifestações, repudiando ou brigando, lutando por algum direito ou alguma questão no país. Já tivemos várias iniciativas de tentarem criminalizar os movimentos sociais, e aos poucos isso reaparecesse. E neste momento mais uma vez exageraram. Por isso estamos fazendo aqui um requerimento ao presidente da comissão de Segurança Pública, deputado Darci de Matos, para convocar esses representantes citados para virem dar esclarecimentos, porque esta Casa

tem acima de tudo o dever de proteger os nossos cidadãos catarinenses e também fazer com que as entidades chamadas façam seus serviços com qualidade sem cometer exageros.

Então, é nesse sentido que estamos apresentando esse requerimento à comissão de Segurança Pública.

Muito obrigado, sr. presidente e todos que nos assistem!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, aproveitando a benevolência de v.exa., quero fazer um registro e um convite aos srs. deputados, porque recebemos aqui uma determinação, uma solicitação do deputado Odacir Zonta, que passarei a ler, ofício este que foi encaminhado pelo ministério Público da União ao ministério Público do Trabalho.

Portanto, o sr. deputado recebeu aqui o seguinte:

(Passa a ler.)

"Cumprimentando cordialmente v.exa., tendo em vista sua destacada atuação na área rural, tenho a honra de convidá-lo a participar de audiência com caráter público, relativa aos autos em epígrafe, no dia 26.05.2010, às 15h, na sede desta PRT, em que se buscará atuação promocional no sentido de melhoria das condições dos trabalhadores safristas da colheita da maçã, ouvindo as ponderações dos produtores rurais.

A audiência em questão tem o intuito de encaminhamento preliminar em busca de equação que contemple medidas cabíveis ao Poder Público (estado município), melhoria das condições dos trabalhadores e facilitação de cumprimento da legislação social pelos produtores rurais.

Marcelo J. Ferlin D' Ambroso
Procurador do Trabalho"

Isso é importante, pois a nossa região é uma grande produtora de maçã, e nós temos sérios problemas nos encaminhamentos quanto à legislação, porque é um trabalho de dois dias, de cinco dias, de vinte dias, de acordo com o tempo. E temos problemas seriíssimos de legislação.

Portanto, é importante a nossa participação, eis que estarei representando também o deputado Zonta, nesse evento, para que possamos discutir com os produtores e com as autoridades uma solução definitiva para os acontecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Dagomar Carneiro) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, especial, para hoje às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 013ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2010, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

HOMENAGEM AO SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE

CHAPECÓ

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO GELSON MERÍSIO

SUMÁRIO

CÉLIO SPAGNOLI - Presta homenagem a todos os diretores do Sicom pelo trabalho desenvolvido nos 40 anos de existência.

PREFEITO JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI - Registra a importância do Sicom para o oeste catarinense.

DEPUTADO JORGINHO MELLO - Enaltece o trabalho desenvolvido pelo Sicom.

IVALBERTO TOZZO - Agradece as homenagens recebidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Senhoras e senhores, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial que tem por objetivo homenagear o Sicom pelos seus 40 anos de existência.

Convido para que façam parte da mesa, neste momento, o excelentíssimo sr. José Cláudio Caramori, prefeito do município de Chapecó;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Márcio Sander, neste ato representando a Câmara de Vereadores;

(Palmas)

Convido o sr. Ivalberto Tozzo, presidente do Sindicato Varejista de Chapecó, Sicom;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Roni Di Domenico, que neste ato representa o secretário Regional de Chapecó;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Célio Spagnoli, vice-presidente da Federação do Comércio que representa o nosso presidente Bruno;

(Palmas)

Convido o sr. Flávio Flores Lopes, presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Convido agora o meu companheiro, parceiro e amigo deputado Reno Caramori para nos brindar com a sua presença na mesa.

(Palmas)

Senhores, esta sessão foi convocada por este deputado, com a aprovação de todos os demais parlamentares, para prestar uma homenagem ao Sindicato do Comércio Varejista de Chapecó, Sicom, na passagem dos seus 40 anos.

A seguir, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo nosso querido coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência convida o sr. deputado Pedro Uczai para fazer parte da mesa.

Senhoras e senhores, teremos agora a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Esta Presidência gostaria de fazer alguns agradecimentos às pessoas que nos honram com suas presenças.

Quero saudar o sr. José Moisés de Souza, presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Distribuidores e Atacadistas de Santa Catarina, e o sr. Marcos Arzua, diretor executivo da Federação do Comércio em Santa Catarina.

Cumprimento o sr. Valter Bier, diretor de operações, neste ato representando o Grupo RBS;

Cumprimento ainda o sr. Alencar Tiepo, do Grupo RBS de Chapecó, que faz um belíssimo trabalho lá.

Quero saudar todas as mulheres empreendedoras de Chapecó e do grande oeste, em nome da dona Ieda Batiston, esposa do saudoso Valdir Batiston.

Saúdo a sra. Vânia Macari, que é o exemplo de uma empresária da nossa querida Chapecó.

Convido agora o mestre de cerimônias, Washington Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, convido o sr. deputado Jorginho Mello para fazer a entrega da homenagem ao sr. Ivalberto Tozzo, neste ato representando o Sicom.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao presidente e aos ex-presidentes do sindicato.

Convido o sr. deputado Jorginho Mello, presidente da Assembleia Legislativa em exercício, para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Ivalberto Tozzo, que exerceu a presidência interinamente em quatro oportunidades, nas gestões de 2004 a 2009, sendo hoje atual presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Eliana Aparecida Angelo Cansian,

neste ato representando o sr. Elírio Angelo Cansian, presidente de 1970 a 1972 e de 1987 a 1990.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao presidente Jorginho Mello e convido o deputado Reno Caramori para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Marco Antonio Barbieri, neste ato representando o sr. Eduardo Matiewicz, presidente de 1972 a 1987.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Ieda Batiston, neste ato representando o sr. Aldir Roque Batiston, *in memoriam*, presidente de 1990 a 1996.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Ecilce Palaôro Longe, neste ato representando o sr. Hermes Ignácio Palaôro, *in memoriam*, presidente de 1999 a 2003.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Reno Caramori e convido para fazer a entrega das homenagens o deputado Pedro Uczai.

Convido para receber a homenagem o sr. Ivonei Barbiero, neste ato representando o sr. Jandir Antonio Ugolini, presidente de 2004 a 2009.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Vânia Vaccari Menta, presidente interino na gestão de 2004 a 2009.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, o Parlamento catarinense presta homenagem aos colaboradores.

Convido para receber a homenagem o sr. Rudimar Roberto Bortolotto, assessor jurídico.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Eduardo José Perone, diretor executivo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Pedro Uczai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Célio Spagnoli, vice-presidente da Fecomércio.

O SR. CÉLIO SPAGNOLI - Desejo cumprimentar o deputado Jorginho Mello e em seu nome todos os deputados desta Casa.

Também quero cumprimentar o sr. Ivalberto Tozzo, representando os homenageados desta noite, e em seu nome os demais componentes da mesa.

Senhoras e senhores, o momento é todo do Sicom. Por isso seremos breves e sucintos. Nós gostaríamos, como Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina, de prestar, com orgulho, a nossa homenagem a todos os senhores, desde a primeira diretoria até a que está representada hoje, pelo trabalho desenvolvido na região de Chapecó e municípios circunvizinhos.

É uma entidade sindical que cumpre além das suas obrigações institucionais. Nós tivemos a oportunidade de verificar, pelo audiovisual apresentado, que as atividades são muito mais do que aquelas que prevêm a legislação da entidade representativa de classe.

Isso faz com que o Sicom represente a vanguarda do segmento econômico do estado de Santa Catarina. Por isso, repito, o nosso orgulho e a nossa satisfação em tê-los como associados, como membros do conselho de representantes da Federação do Comércio no Estado de Santa Catarina.

As nossas homenagens a todos os gestores, repito, desde a primeira até a atual gestão, e esperamos e desejamos que a entidade continue prestando os serviços que prestou até os seus 40 anos. E que essa data possa ser comemorada nos próximos 40 e tantos anos.

Parabéns a todos e em seu nome, Ivalberto, leve o nosso abraço a todos os gestores anteriores e a toda sua diretoria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido o prefeito José Cláudio Caramori para fazer uso da palavra.

O SR. PREFEITO JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI - Permito-me, ao saudar o presidente desta sessão, deputado Jorginho Mello, os deputados Reno Caramori e Pedro Uczai, o vereador Márcio Sander, que representa, neste momento, o Legislativo chapecoense, o Ivalberto Tozzo, homenageado em nome de todo o sindicato nesta noite honrosa para nós, chapecoenses, saudar os demais componentes da mesa já citados pelo protocolo, todos os membros dessa comitiva, os membros da diretoria, cidadãos chapecoenses, amigos da imprensa e, por conseguinte, todos os catarinenses que nos estão assistindo pela TVAL.

Quero crer que os srs. deputados foram extremamente felizes, presidente Jorginho Mello, ao me conceder tal honraria para esse sindicato que há 40 anos tão bons serviços presta à comunidade chapecoense. Muito mais do que representar os seus sindicalizados, muito mais do que defender as ações da categoria, também tem uma participação ativa no contexto social do

município de Chapecó e de todo o oeste catarinense.

Isso é motivo de muita satisfação e orgulho para nós, gestores públicos, que precisamos ter essa interatividade com os segmentos organizados da sociedade, e isso temos de sobra com o sindicato.

Ivalberto, nesta homenagem que você, como presidente, recebe de todos os seus diretores, quero estender os cumprimentos aos ex-presidentes, pois cada um, ao seu tempo, muitos dos quais estão aqui representados, deu a sua contribuição, e a todos os demais membros das diretorias anteriores e da atual, que fazem um trabalho extremamente voluntário e que têm contribuído sobremaneira não só para o segmento comercial, como também para toda uma sociedade que espera de todos os senhores a participação proativa, fazendo com que toda a nossa comunidade seja cada vez melhor.

Portanto, estou feliz em poder compartilhar deste momento que, aliás, se repetirá em Chapecó quando a Câmara de Vereadores, no mês de junho, estará também estendendo os cumprimentos, e aproveito para convidar todos para que compareçam ao nosso Centro de Cultura e Eventos, para mais uma vez homenagearmos, então, na nossa casa, na casa de vocês, na sede desse sindicato.

Quero crer que toda a região que vocês representam sente o mesmo que sentimos nesse momento: o orgulho de podermos contar com uma instituição que há tanto tempo tão bom serviço presta à comunidade, e o faz de forma soberana, sendo reconhecido inclusive nacionalmente como um dos melhores sindicatos, senão o melhor, em gestão.

Parabéns a todos, parabéns ao Ivalberto, aos ex-presidentes, aos diretores e aos funcionários. A comunidade chapecoense abraça todos vocês parabenizando-os e agradecendo pelo serviço prestado.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência faz o registro da presença do ex-prefeito Hélio Cella, que também é um dos diretores do Sicom.

Quero saudar o prefeito de Chapecó, José Cláudio Caramori; o sr. Márcio Santos, que representa a Câmara de Vereadores; o Ivalberto Tozzo, presidente do Sicom; o sr. Roni Di Domenico, diretor-geral, neste ato representando a secretaria de estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó; o Célio Spagnoli, representando a Fecomércio; o Flávio Flores Lopes, presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de Santa Catarina; o vice-presidente Ricardo Urbancic, colegas e companheiros deputados Reno Caramori e Pedro Uczai.

(Passa a ler.)

"Amigo Ivalberto Tozzo, quando as portas da Assembleia Legislativa se abrem para homenagear uma entidade, não se trata tão somente de uma alegoria, de uma manifestação qualquer de júbilo ou de festividade pura e simplesmente.

Esta Casa tem por mister o dever de manifestar publicamente o nosso orgulho

e a nossa honra de contar em Santa Catarina com pessoas que fazem a diferença. E todos nós sabemos da importância do Sicom nos rumos da economia e do fortalecimento do nosso estado.

Localizado na nossa querida Chapecó, abrangendo 25 municípios da região, o Sicom é responsável diretamente pelas atividades de sucesso nas empresas a ele associadas, ampliando cada dia a representatividade, reforçando a classe do comércio varejista, oferecendo apoio, traçando metas e mostrando os caminhos para que o setor se desenvolva.

Engrandece os seus 600 associados dos seus 5.300 contribuintes e mostra-se grande quando oferece oportunidade para profissionalizar os cidadãos através dos cursos e das parcerias que mantém com instituições de ensino, qualificando os seus empresários e seus colaboradores através da profissionalização, da capacitação e de novas estratégias, mostrando-se grande também quando desenvolve projetos culturais e comunitários, atualizando e enriquecendo a comunidade onde está inserido.

Enfim, o Sicom merece esta homenagem que hoje estamos fazendo na comemoração dos 40 anos de fundação, e representa, com grande destaque, mais um ótimo exemplo do oeste catarinense, o que nos enche de orgulho.

Tenho certeza de que falo em nome de todos os catarinenses que sabem do valor e da contribuição que o oeste representa ao nosso estado. Cito aqui, em especial, as cidades que o Sicom abrange com sua atuação, porque sei que todos estão aqui representados e mostram seu valor. Falo de Chapecó, Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunhataí, Formosa do Sul, Guatambú, Irati, Jardinópolis, Lajeado Grande, Marema, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Saudades, União do Oeste e Xaxim.

Todos esses municípios contam com o trabalho e o envolvimento do Sicom planejando, atuando, agregando e consolidando a representatividade do comércio de Chapecó e das cidades do oeste com tamanho destaque no cenário de Santa Catarina e do Brasil."

Quero agradecer a cada um dos senhores, às autoridades e à diretoria pela presença, e aos presentes e ausentes por orgulharem o Parlamento que se soma nessa grande homenagem.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Concedo a palavra ao presidente Ivalberto Tozzo, que falará em nome do Sicom.

O SR. IVALBERTO TOZZO - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, autoridades já mencionadas pelo protocolo; srs. diretores e colaboradores do Sicom; senhores convidados e senhoras convidadas; profissionais da imprensa, quero, de forma simples e sincera, cumprimentar todos e, de forma especial e particular, cumprimentar o deputado Jorginho Mello, cuja autoria de

requerimento nos traz hoje à presença dos senhores e de toda a sociedade catarinense, para recebermos essa tão honrosa e significativa homenagem.

Registro os nossos agradecimentos pela distinta homenagem e pelo reconhecimento dos srs. parlamentares ao Sindicato do Comércio de Chapecó. Todos os homens que nutrem algum sentimento altruísta sonham que em algum dia possam, como líderes, prestar contribuição à sociedade na qual estão inseridos. Comigo não é diferente, pois sou um homem privilegiado por Deus e honrado pela confiança dos meus representados, uma vez que presidir essa instituição sindical, a qual é a maior e mais representativa do sistema Fecomércio de Santa Catarina, oportuniza-me este momento e outorga-me ainda mais responsabilidade.

É uma honra estar nesta tribuna, de onde, ao longo da história de nosso estado, valorosos parlamentares já se pronunciaram, seja na defesa da democracia e da livre iniciativa, seja na defesa dos interesses dos cidadãos catarinenses. Hoje se concretiza a realização de uma valorização, pois que a nossa voz encontra eco assim como a dos justos que por aqui já se pronunciaram.

Somos todos empreendedores e temos orgulho de ter construído nossos empreendimentos no oeste de Santa Catarina e sermos representados por uma instituição como o Sicom, por gerar os empregos que geramos e manter nossas raízes inalteradas, sempre fortalecendo e contribuindo com o desenvolvimento de nossa cidade, região e estado.

Não poderia, neste momento tão importante, deixar de referir-me ao valoroso trabalho que ao longo da história marcou as páginas do Sicom, pois ter em sua galeria de presidentes líderes como Jandir Ugolini, Hermes Palaoro, Aldir Battiston, Elirio Cansian e Eduardo Matievickz é, no mínimo, certificar-se de que as colunas de sustentação moral e ética da instituição foram solidificadas.

Todos sabemos das dificuldades que diuturnamente nossas empresas enfrentam para manterem-se abertas, gerando emprego e renda; todos sabemos da notável mão de estado sobre nosso trabalho, maximizando a cada dia uma carga ainda maior de impostos; todos sabemos da constante luta contra o comércio informal e ilegal, pois diariamente fazem das vias públicas uma verdadeira avenida de departamentos. Nesses momentos gostaríamos que as leis fossem cumpridas e que a efetiva fiscalização fosse austera.

O Sicom, ao longo de sua história, tem lutado incansavelmente para aumentar os investimentos em infraestrutura, em segurança, na redução da carga tributária e na redução da injustiça fiscal; o Sicom tem levantado bandeiras e peregrinado junto aos poderes constituídos apelando pela coerção da informalidade e da ilegalidade no comércio; o Sicom tem suplicado por atenção à categoria do comércio e pelo acréscimo dos investimentos em políticas de educação e qualificação profissional e acesso ao mercado.

Não queremos medidas paliativas, não queremos emendas, queremos uma reforma trabalhista consistente, uma reforma tributária justa e equitativa.

A missão de representar, defender e desenvolver o comércio, disponibilizando

serviços e informações, contribuindo para a evolução humana, tecnológica e econômica tem sido pregada e praticada a cada dia, o que tem tornado o Sicom uma referência no sindicalismo patronal brasileiro.

O Sicom chega à sua idade madura defendendo uma sociedade em que possamos dizer que estamos livres e não aprisionadas por trabalhos e cumprimos com as nossas obrigações.

Logo, senhores, não seria justo que, ao ocuparmos este espaço que honrosamente nos foi concedido pelo Parlamento catarinense, simplesmente esquecêssemos nossas bases empresariais, cujos representados trabalham diuturnamente à espera de mais atenção.

Ao longo da história do Sicom, conduzir suas ações em inúmeros posicionamentos nem sempre foi tarefa simples ou simpática para alguns setores da sociedade, como é exemplo da visão equivocada de que é exclusiva competência do poder público regular os horários de funcionamento do comércio, quando, na verdade, em um estado democrático e de direito, tendo como princípio constitucional a livre iniciativa, a decisão pela abertura ou não do comércio é prerrogativa do empresário, da iniciativa privada e quem regula o fluxo de comércio e seus horários de funcionamento é o consumidor e não o poder público, o consumidor é soberano em ditar como deve ser a dinâmica do comércio, pois se não existir consumidor não existe consumo e, conseqüentemente, não há emprego, renda e receita pública.

Outras bandeiras foram levantadas, como a gestão profissionalizada na linha de um sindicato prestador de serviços, sobrevivendo não somente do pagamento de mensalidades, mas oferecendo benefícios aos seus associados e soluções inteligentes às suas demandas.

Os resultados estão nos números do Sicom, sendo esta uma das instituições patronais que mais convênios e benefícios disponibiliza aos seus associados e colaboradores. E podemos falar isso sem qualquer modéstia ou receio.

E quando me refiro à importante missão que temos ainda para cumprir, refiro-me a toda a representatividade que temos, seja no mais distante município de nossa base até a sede em Chapecó, seja na mais simples, mas necessária demanda até a mais elevada e imprescindível solução para os nossos representados, que somam mais de cinco mil empresas e nove mil colaboradores.

Senhores, não poderia deixar de dividir esta homenagem com os voluntários valorosos que junto comigo escrevem a nossa história e principalmente com aqueles que já escreveram a história do Sicom.

A operatividade dessa estrutura institucional é dinâmica e democraticamente compartilhada com toda a diretoria e a ela se somam condutas e idéias de homens e mulheres que defendem os interesses de toda uma categoria empresarial, com união e comprometimento.

O Sicom é uma instituição forte, com a força dos empresários, dos parceiros e do comércio de nossa região; o Sicom é uma referência por ter uma equipe qualificada, uma gestão profissionalizada e uma representatividade digna do orgulho de cada um de nós que o compomos como associados. Nesses 40 anos muitas páginas foram escritas por muitas mãos, assim é o

Sicom, é muito mais do que história para contar, e ainda muitos sonhos para sonhar, muitas bandeiras a empunhar.

Tenham a certeza, senhores, que não estamos à mercê dos ventos errantes da sorte, mas com muitos objetivos e metas claras, cumprindo e fazendo cumprir as nossas disposições de representação na defesa dos interesses do comércio e fortalecendo a cada dia mais o sistema Fecomércio de Santa Catarina.

O Sicom é assim, simples, responsável e muito competente, feito por pessoas que empreendem todos os dias para que juntos possamos fazer a região oeste catarinense ainda mais significativa, representativa e forte.

Por fim, concluo com um trecho do discurso memorável e sábio de Rui Barbosa no Senado Federal, em 13 de outubro de 1896, cujas palavras ainda hoje se fazem vivas e oportunas:

'[...] creio que a federação perecerá se continuar a não saber acatar e elevar a justiça; porque da justiça nasce a confiança, da confiança, a tranquilidade, da tranquilidade, o trabalho, do trabalho, a produção, da produção, o crédito, do crédito, a opulência, da opulência, a respeitabilidade, a duração do vigor; creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades do Tesouro constituíram sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza pública; creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque creio no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades.'

Que Deus nos dê sabedoria, orientação e permissão para fazer tudo o que pretendemos fazer para esta instituição e para todos os seus representados, bem como para continuar a escrever a sua história com tamanha validade, defendendo sempre a valorização de nossos princípios fundamentais, o que neste ano, acima de tudo, haverão de valer.

Muito obrigado pela homenagem; muito obrigado pela presença de todos os senhores; muito obrigado pela deferência deste Parlamento ao Sindicato do Comércio de Chapecó!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Agradecemos a presença de todas as autoridades com assento à mesa, aos deputados Pedro Uczi e Reno Caramori e convidamos todos para um coquetel no hall desta Assembleia.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme o calendário especial.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 321, de 28 de maio de 2010

Estabelece ponto facultativo no âmbito da Assembléia Legislativa.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar ponto facultativo no âmbito da Assembléia Legislativa o dia 04 de junho de 2010, sexta-feira.

Art. 2º A carga horária suspensa será compensada nos dias 7, 8, 9, 10, 11 e 14 de junho do corrente ano, na fração de uma hora por dia.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 322, de 28 de maio de 2010

Aprova o "Relatório de Gestão Fiscal", referente ao 1º quadrimestre de 2010, correspondente ao período compreendido entre maio/2009 e Abril/2010,

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, II, parágrafo único e 55, I, alínea "a" e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o "Relatório de Gestão Fiscal" da Assembléia Legislativa, referente ao período compreendido entre maio/2009 a Abril/2010, na forma do anexo Demonstrativo da Despesa com Pessoal, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jorginho Mello - 1º Vice-Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

Deputada Ada De Luca - 4º Secretária

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2010
(MAIO/2009 A ABRIL/2010)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	223.121.720,36	0,00
Pessoal Ativo	173.309.435,53	
Pessoal Inativo e Pensionistas	49.812.284,83	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.623.961,91	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	455.518,20	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	218.664,26	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.949.779,45	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	216.497.758,45	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	216.497.758,45	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.855.422.697,05
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	1,99
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2,20>	238.819.299,34
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <2,09%>	226.878.334,37

FONTE: DF.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício,

por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Florianópolis, 25 de maio de 2010

Hildo Tramontin
Diretor Financeiro

Cesar Luiz Belloni Faria
Consultor Especial de Finanças
*** X X X ***

Fábio Matias Polli
Presidente da Comissão de Controle Interno

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA PARA DEBATER O TEMA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2010, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO ANTONIETA DE BARROS, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e dez, às dez horas, realizou-se no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Ciência Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo Deputado Estadual Silvio Dreveck, com o objetivo de discutir o tema Substituição Tributária (Medida Provisória nº 163/2010). A senhora mestre de cerimônias, Soraia Boabaid, deu início aos trabalhos da audiência pública cumprimentando os presentes e convidando para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Silvio Dreveck, Presidente da Comissão de Economia, Ciência Tecnologia, Minas e Energia; Deputado Estadual Renato Hinnig, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Ciência Tecnologia, Minas e Energia; Deputados Estaduais Darci de Matos, Décio Góes, Dieter Janssen e Manoel Mota; senhor Marcos Arzuza, diretor executivo da Fecomércio/SC; senhor Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina; senhor Alceu Alcides Pereira, presidente da Adac (Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses); senhor Rodolfo Grosskopf, vice-presidente executivo da Fecontesc (Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina); senhor Alaor Francisco Tissot, presidente da Facisc (Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina); senhor Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da FCDL/SC (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina); senhor Edson Fernandes Santos, diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, neste ato representando o Secretário da Fazenda, Cleverson Sievert; senhor Henrique Pinto Loja Filho, presidente da Fecomac/SC (Federação das Associações dos Comerciantes de Materiais de Construção de Santa Catarina); senhor Romildo de Souza Machado, diretor do Sescon/SC (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Santa Catarina). Em seguida, a senhora mestre de cerimônias passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Silvio Dreveck para presidir os trabalhos, o qual, após saudar as autoridades da mesa e os demais presentes, explicou como seria o andamento da reunião e passou a palavra ao senhor Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da FCDL/SC (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina), que, com o auxílio do PowerPoint, explicou que a FCDL/SC há muito tempo vem tentando buscar soluções na Secretaria da Fazenda, especialmente para o micro e pequeno empresário, já que o trabalho que a Federação vem realizando é justamente em relação ao micro e pequeno empresário optante pelo Simples, haja vista que 246 dos 293 municípios do Estado de Santa Catarina têm uma população menor que dez mil habitantes e que são neles que estão inseridas as pequenas empresas. Julgou esse fato muito interessante, pois acredita que é o único Estado do País que tem essa característica. Citou que hoje, segundo dados constantes no *site* da Secretaria da Fazenda, há mais ou menos 130 mil empresas contribuintes cadastradas na Receita Estadual optantes pelo Simples e que no primeiro semestre de 2009 Santa Catarina obteve no Brasil o quinto lugar em arrecadação de ICMS por empresas enquadradas no Simples, sendo que o Estado ocupa geralmente o sétimo lugar em arrecadação de ICMS. Destacou que esses dados demonstram como o Estado tem participação efetiva das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples na economia e na arrecadação e corroboram a característica *sui generis* do Estado em ter micro e pequenas empresas em quase todos os setores e Municípios. Abordando os prós da substituição tributária, disse que um deles é a redução da sonegação, pois o recolhimento do imposto é concentrado em um agente em vez de ser espalhado em toda a cadeia; outro é a facilidade da fiscalização desse agente, e não de

toda cadeia por parte do governo. Quanto aos contras da substituição tributária, disse que afetam basicamente o lojista. Mencionou a antecipação do pagamento do imposto, lembrando que com isso não haveria mais possibilidade de os lojistas solicitarem ao governo o parcelamento do ICMS em dezembro, como já foi concedido algumas vezes, uma vez que o pagamento do imposto passaria a ser antecipado. Acrescentou que essa antecipação vai movimentar a caixa das empresas e que elas terão que pagar o imposto sobre os seus estoques, apesar de a Secretaria da Fazenda estar concedendo prazo para esses pagamentos. Também citou o valor agregado definido pelo governo, e não pelo mercado, explicando que o valor agregado é agora o ponto-chave, ou seja, o lucro que a empresa tem, sobre o qual se baseia a substituição tributária para o cálculo do imposto. Explicou que esse é um índice que o governo estipula através de pesquisas e de convênios efetuados com outros Estados, o que, às vezes, pode ocasionar algumas diferenças da realidade. Considerando que a eliminação das conquistas e vantagens tributárias das micro e pequenas empresas é um ponto a ter uma discussão mais aprofundada, apontou a dificuldade em se fazer uma apresentação como esta por não haver facilidade em se obter as fórmulas ou os meios de cálculo dos impostos, mesmo que se busque em sites ou através de contadores, afirmando que talvez haja poucas pessoas qualificadas que entendam o processo de cobrança. Contou que ficou assustado com umas contas que fez para demonstrar nesta audiência, razão pela qual conversou com ex-funcionários da Fazenda e com contadores, e embora todos lhe dissessem que as contas estavam corretas, salientou que ainda tem dúvidas, pois é difícil achar alguém que saiba tudo sobre o cálculo do ICMS. Apontou para a imagem de uma tabela que representa a partilha do Simples Nacional do comércio sem substituição tributária e explicou que uma empresa optante do Simples se enquadra nas seguintes faixas de faturamento em relação à receita bruta em doze meses: até R\$ 120 mil (cento e vinte mil reais); de R\$ 120 mil (cento e vinte mil reais) a R\$ 240 mil (duzentos e quarenta mil reais); de R\$ 240 mil (duzentos e quarenta mil reais) a R\$ 380 mil (trezentos e oitenta mil reais), indo até de R\$ 2.290 milhões (dois milhões duzentos e noventa mil reais) a R\$ 2,4 milhões (dois milhões quatrocentos mil reais). Esclareceu que, conforme essas receitas, haverá alíquotas de 4% (quatro por cento), 5,47% (cinco vírgula quarenta e sete por cento), 11,61% (onze vírgula sessenta e um por cento), as quais o microempresário irá pagar sobre o faturamento, exemplificando que se o empresário faturou R\$ 100 mil (cem mil reais) por ano, ele irá pagar por mês 4% (quatro por cento) de imposto sobre o faturamento, sendo que nesses 4% (quatro por cento) estão embutidos Imposto de Renda, contribuição social, Cofins, PIS, INSS e ICMS, acrescentando que, no caso ICMS, 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) são repassados para o governo estadual. Em seguida, partiu para um exemplo prático de um imposto sem substituição tributária de uma microempresa optante pelo Simples com um faturamento de R\$ 2,3 milhões (dois milhões e trezentos mil reais), cuja faixa de pagamento é a mais alta, qual seja, a de 11,6% (onze vírgula seis por cento) e a de 3,95% (três vírgula noventa e cinco por cento) de ICMS. Continuando com o exemplo, disse que o lojista compra um ventilador por R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e o vende por R\$ 339,97 (trezentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), que é a margem do valor agregado estipulada pelo governo, isto é, o lojista vai pagar 3,95% (três vírgula noventa e cinco por cento) sobre o faturamento total de R\$339,97 (trezentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), ou seja, R\$13,43 (treze reais e quarenta e três centavos) de ICMS. Esclareceu que não são todos os Estados que fazem isso, que é um acordo feito através de um convênio com os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Em seguida, supôs que se a partir de amanhã o ventilador for incluído na substituição tributária, o lojista compraria esse produto por R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e o venderia por R\$ 339,97 (trezentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), pois a margem agregada é a mesma, mas ele iria pagar 17% (dezessete por cento) sobre o valor agregado, que é o lucro dele, o que daria R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), sendo o valor do imposto de R\$ 15,29 (quinze reais e vinte e nove centavos). Fazendo um comparativo, mostrou que o valor do ICMS sem e com substituição tributária é de R\$ 13,43 (treze reais e quarenta e três centavos) e de R\$ 15,29 (quinze reais e vinte e nove centavos), respectivamente; que o percentual sobre o valor final sem e com substituição tributária é de

3,95% (três vírgula noventa e cinco por cento) e de 4,5% (quatro e meio por cento), respectivamente; que o aumento de imposto é de 13,9% (treze vírgula nove por cento) simplesmente porque o produto passou a ser de substituição tributária. Prosseguiu dando outro exemplo sem substituição tributária, o de um comerciante que fatura até R\$ 120 mil (cento e vinte mil reais) e que iria se enquadrar no percentual de 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) de imposto. Nesse caso, explicou que o comerciante compraria o ventilador por R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e o venderia por R\$ 339,97 (trezentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), pagando, conforme a tabela, 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento), o que iria gerar um imposto de R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos), complementando que com a substituição tributária, isso resultaria nos mesmos R\$ 15,29 (quinze reais e vinte e nove centavos) do exemplo anterior e que, quanto às diferenças, haveria um aumento no valor do imposto de 260% (duzentos e sessenta por cento), sendo esse um produto que tem como cálculo do governo 35% (trinta e cinco por cento) de margem. Prosseguiu, deu um exemplo mais radical: um lojista compra um colchão por R\$ 229,00 (duzentos e vinte e nove reais) e o vende por R\$ 935,00 (novecentos e trinta e cinco reais), sendo sua margem agregada pelo governo segundo a tabela conveniada entre os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, qual seja, 76,87% (setenta e seis vírgula oitenta e sete por cento). Dito isso, explicou que o comerciante que fatura R\$ 100 mil (cem mil reais) por ano irá pagar 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) sobre o faturamento de R\$ 935,00 (novecentos e trinta e cinco reais), ou seja, R\$ 11,69 (onze reais e sessenta e nove centavos) de imposto, salientando que agora, com substituição tributária, o valor de venda é o mesmo e que o comerciante irá pagar 17% (dezesete por cento) sobre o valor agregado, que é R\$ 406,00 (quatrocentos e seis reais), o que corresponde a R\$ 69,00 (sessenta e nove reais) de imposto. Fazendo a comparação, mostrou que há um aumento de 491% (quatrocentos e noventa e um por cento) no valor do imposto, ou seja, o imposto sem substituição tributária era R\$11,69 (onze reais e sessenta e nove centavos) e com substituição tributária é de R\$ 69,00 (sessenta e nove reais). Sobre o valor final do produto disse que era 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) e passou para 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento). Avaliou que a partir dos exemplos dá para se ter uma visão bem clara sobre a matéria e disse que o Estado inteiro pode calcular errado se houver algum equívoco nos cálculos, frisando que é preciso tomar providências urgentemente porque desse modo se está eliminando toda e qualquer vantagem tributária que as micro e pequenas empresas conseguiram depois de muitas lutas e discussões de entidades ligadas a grupos de empresários. Falou que, na sua visão, a substituição tributária é boa, eficiente, mas tem que ser aplicada de forma diferente, opinando que um aumento de 491% (quatrocentos e noventa e um por cento) é muito alto para um micro e pequeno empresário. Lembrou que no Estado que não tem essa substituição tributária o contribuinte paga o valor de R\$ 11,69 (onze reais e sessenta e nove centavos) e no que tem ele paga R\$ 69,00 (sessenta e nove reais), observando que o lojista, nesse caso, já sai com praticamente R\$ 50,00 (cinquenta reais) de prejuízo na competitividade. Questionou como o lojista vai competir no mercado se Santa Catarina tem um produto com substituição tributária e o Rio Grande do Sul não tem, ou seja, o comerciante vai competir no mercado em uma situação totalmente desfavorável. Acrescentou que a substituição tributária está acontecendo por etapas e que nós estamos sendo cobaias no Brasil. Em seguida, apresentou uma proposta para que se faça uma tabela escalonada, inclusive da margem do valor agregado diferenciada para o micro e pequeno empresário. Continuando sua explanação, deu como exemplo uma empresa que fatura R\$ 100 mil (cem mil reais) ao ano, dizendo que se fosse colocado como valor agregado 10% (dez por cento) para o micro e pequeno empresário em vez de 35% (trinta e cinco por cento), 70%, (setenta por cento), isso ensinaria o valor de R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos), o mesmo valor do exemplo do ventilador sem a substituição tributária, complementando que um produto com uma margem maior de valor agregado, apesar do mesmo faturamento e usando a mesma proposta de 10% (dez por cento), custaria um pouco menos: R\$ 9,00 (nove reais), quando antes era R\$ 11,69 (onze reais e sessenta e nove centavos). Sendo assim, observou que em se utilizando esses 10% (dez por cento) numa tabela com várias margens de valores agregados, em alguns casos, daria um pouco mais de vantagem para o governo e um pouco mais para o consumidor, mas basicamente iria equilibrar um pouco mais essa situação. Reiterou que a proposta é para que haja mudança na margem do valor agregado para o micro e pequeno empresário optante do Simples. Prosseguiu, manifestou como proposta que daqui para frente ou a partir de uma lei fosse possível discutir com a Fazenda qualquer modificação que esteja sendo prevista no sistema tributário catarinense, ou seja, que a Federação pudesse sentar com os setores envolvidos e discutir, trocar ideias, para entender o que está sendo proposto e poder dar sugestões, lembrando que hoje há grande dificuldade em se buscar informações, em saber como os cálculos são feitos, e que já há um

sistema implantado que muitas pessoas desconhecem, assim como desconhecem o impacto que isso causa nos seus negócios. afirmou que o Estado tem um grande número de micro e pequenas empresas mas não tem pessoas especializadas em fazer cálculos para saber o que está certo e o que está errado e solicitou aos Deputados uma legislação que contemplasse uma grande negociação antes da alteração da forma de cobrança ou de alíquotas de imposto. Destacou que esse sistema é utilizado no Canadá e que pode efetivamente ser utilizado no País para dar mais clareza sobre um assunto que mexe com a economia do Estado de Santa Catarina. Concluindo, colocou-se à disposição de todos e disse esperar ter elucidado um pouco um assunto tão complexo. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Silvío Dreveck, parabenizou o senhor Sérgio Medeiros pela explanação e acrescentou duas sugestões: que enquanto a situação não se resolve, a micro e pequena empresa possa compensar quando fizer o seu recolhimento na guia única desse imposto, pois no seu entendimento há uma bitributação, e que o pessoal do governo ou da Fazenda dê essa abertura sugerida pelo senhor Sérgio Medeiros, para que os Deputados possam participar da elaboração de projetos ou da alteração de leis existentes, porque, muitas vezes, as questões tratam de aumento ou diminuição de despesas e o Legislativo tem dificuldade até para fazer qualquer emenda nesse sentido. (*Taquigrafa-revisora: Sibelli D'Agostini*) Em seguida, fez o registro das seguintes autoridades: senhor Carlos Antônio Grendene, vice-presidente de Marketing e Eventos da CDL de Joinville; senhor Antônio Carlos Poletini, diretor executivo da Associação Catarinense de Supermercados; senhor Adilson Cordeiro, vice-presidente de Administração e Finanças do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina; senhor Wellington Fernandes Spindola, da Fecontesc (Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina); senhor Laércio Knih, diretor executivo da Adac (Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses); senhor Rafael Meyer, da Distribuidora Condor Ltda., de Blumenau/SC; senhor Jaime Scherer, representando neste ato o Sindicato do Comércio Atacadista de Florianópolis/SC; senhor Osmar Silveira, presidente da CDL de Florianópolis/SC; senhor Odemar Müller, presidente do Conselho Deliberativo da Adac (Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses); senhor Sílvio Ribeiro, diretor do Seson/SC (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Santa Catarina); senhor Amarildo José da Silva, presidente do Sincadi (Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor de Itajaí e Região); senhor Charles Paul, presidente do Cefijo (Centro de Estudos Fisco-Contábeis de Joinville); senhor Nelson Pereira, presidente da CDL de Camboriú/SC; senhor Sérgio Zamboni, gerente comercial da Distribuidora Condor Ltda., de Blumenau/SC; senhor Carlos Antônio Grendene, vice-presidente de Marketing e Eventos da CDL de Joinville; senhor José Manoel Ramos, diretor financeiro do Sindicato do Comércio Varejista de Joinville e Região; senhor Raulino Esbiteskoski, presidente da CDL de Joinville; senhor Ivo Luiz Custódio, da CDL de Joinville; e senhor Tito Alfredo Schmidt, presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis. Em seguida, passou a palavra ao senhor Valdir Bazzi, da Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses (Adac), que iniciou sua fala citando um pensamento atribuído a Vladimir Mayakovsky: "Na primeira noite eles se aproximam e colhem uma flor do nosso jardim e não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem; pisam as flores, matam o nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada." Desafiou quem havia elaborado o decreto de mais de setenta páginas a pegar de duas a três notas fiscais e localizar dentro de cada substituição tributária a alíquota aplicável e saber como é feito para calcular o valor agregado do ICMS da antecipação tributária. Disse que o diretor de Administração Tributária havia lhe informado que esse processo estava todo informatizado e avaliou que o desafio seria os micros e pequenos empresários identificarem em uma lista de vinte e poucas páginas a posição e a nomenclatura. Perguntou por que só em alguns Estados haverá o protocolo, por que não no Brasil inteiro, lembrando que o decreto só saiu em 15 de abril e que foi a partir dele que ele havia conseguido entender um pouco essa vasta legislação. Também perguntou por que não foram consultadas as entidades e os contabilistas para se entender o grau de dificuldade que isso representa. Estimando que mais de mil produtos estejam entrando nessa lista, questionou por que esses produtos não entram em etapas e como se vai identificar claramente um produto dentro do posicionamento da substituição tributária. Avaliou que os vários números apresentados pelo senhor Alexandre Medeiros dificulta a compreensão do cliente, perguntando como o contabilista explicaria isso. Comentou que os programadores mandam falar com o contabilista, que pega uma lista com mais de dez itens e começa a identificar pela tabela da nomenclatura para saber em que produto cabe o subsídio e em qual não cabe, lembrando que fora do Estado a carga tributária é muito maior. Citou as variedades de margens e as formas complexas para

calcular a substituição, que é uma coisa inviável para quem está no mercado. Observou que as vendas para o Estado têm um procedimento e que quando se vende para um Estado que está na substituição, como Minas Gerais, o procedimento é outro. Mostrou o caso de uma nota fiscal de uma água sanitária de 2l (dois litros) que veio sem substituição tributada, com 34,02% (trinta e quatro vírgula dois por cento), afirmou que no decreto constam 28,29% (vinte e oito vírgula vinte e nove por cento) e perguntou como o lojista vai entender isso. Evidenciou controvérsias entre o decreto e a tabela TIPI, como na nomenclatura, apontando que, no cálculo, parte das mercadorias está com 34% (trinta e quatro por cento) e outra parte com 24% (vinte e quatro por cento). Informou que a venda fora do Estado é 17% (dezesete por cento) do valor que se está se falando, salientando que como muitas das mercadorias são compradas fora de Santa Catarina, o empresário tem cinco dias para recolher o ICMS. Prosseguindo, disse que essa medida não foi discutida com ninguém, que foi uma decisão de gabinete, que o Estado só pensa na arrecadação e não pensa na redução de despesa. Perguntou se nesses cálculos estão incluídos todos os produtos que têm redução na base de cálculo e como fazer em relação aos produtos da cesta básica. Pediu para alguém ligar para a Fazenda, confessando que já havia feito consultas nas gerências regionais e que nenhum fiscal conseguiu responder a uma única pergunta. Disse que a partir da publicação do decreto a Fazenda vai ter que treinar os fiscais e que eles façam plantão nas secretarias regionais para que saibam explicar isso, porque nem sempre o contador consegue resolver tudo. Indagou por que jogar sobre o lombo dos contadores e do contribuinte toda essa carga, salientando que é difícil interpretar o decreto. Ponderou que se a substituição tributária fosse tão importante, outros Estados também teriam entrado, lembrando que os empresários enfrentam dificuldades enormes porque cada Estado tem uma legislação diferente. Informou que no Rio Grande do Sul a responsabilidade de recolhimento é do destinatário mas que se o remetente não pagar antes do imposto, o produto não passa na barreira fiscal. Segundo ele, os fornecedores de aplicativos não estão preparados para atender o cliente, pois uns não conseguem entender a legislação e outros mandam falar com o contabilista. Comentou que a substituição financeira é um desvirtuamento do Simples Nacional, propondo que o ICMS saia do Simples Nacional. Destacou que hoje não há sonegação porque as notas são eletrônicas e o estoque é controlado. Afirmou que o Simples Nacional, a partir da substituição financeira, aumenta a carga tributária e que isso não pode ser admitido. Entendendo que a mobilização é importante no sentido de impedir esse tipo de coisa, opinou que o governo deve discutir com a classe antes de implementar tais medidas, porque pensar só em arrecadar vai sobrecarregar a classe. Concluiu sua fala enfatizando o trabalho árduo dos contabilistas. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Sílvio Dreveck, registrou a presença do senhor Rudi Soares, presidente da Acomac (Associação dos Comerciantes de Material de Construção de Joinville), do senhor Antônio Lorenzetti, de Jaraguá do Sul/SC, e passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Renato Hinnig, que afirmou que pôde observar, a partir das apresentações feitas, não só uma angústia por parte dos empresários que têm a obrigação de fazer o recolhimento dos impostos devidos ao Estado mas também uma inquietude bastante grande dos operadores dessa legislação, que são os contabilistas. Parabenizou o público que lotou o auditório da Alesc, avaliou que existe uma vontade clara do segmento empresarial e dos contabilistas de cumprir a legislação e reiterou que deve haver um ajuste entre a legislação e a vontade da classe. Opinou que se deve olhar para a economia e adotar mecanismos que preservem a competitividade dos empresários, pois isso abriria espaço para empresários de outros Estados lucrarem com a situação. O senhor Presidente, Deputado Estadual Sílvio Dreveck, passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Décio Góes, que disse que, como opositor do atual Governo do Estado, não poderia deixar de apresentar sua indignação sobre a forma que foi feito esse decreto e sobre os efeitos dele, salientando que sua expectativa é sempre a favor da redução da carga tributária e da desburocratização. Comentou que votou contra o incentivo aos funcionários da Fazenda, que ganham um percentual por aumento de receita, porque sabia que isso poderia gerar desvios e que a intenção de arrecadar mais estava muito explícita nesse caso. Apresentou sua solidariedade e colocou-se à disposição. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Deputado Estadual Darci de Matos, que destacou que a Assembleia Legislativa criou a Frente Parlamentar de Varejo, formada por Deputados Estaduais, com a função de tratar as questões de interesse da comunidade empresarial de Santa Catarina, acrescentando que essa Frente tem se reunido constantemente e que esse assunto havia sido pauta recentemente. Destacou que a presença numerosa do público evidenciava que o assunto requeria atenção por parte dos Parlamentares e do governo de Santa Catarina e divergiu do senhor Sérgio Medeiros, dizendo que a preocupação não é somente em relação às pequenas e micro empresas, mas também com relação às médias e grandes. Lembrou que o decreto está tirando benefícios das empresas que estão no

Simples e que isto não deve ocorrer. Afirmou que o Estado quer aumentar a sua arrecadação para fazer frente às demandas sociais básicas do Estado e disse que a arrecadação deve aumentar mas não penalizando os empresários, que estão produzindo e aquecendo a economia. Na sequência, usou da palavra o senhor Deputado Estadual Dieter Janssen, que disse ter participado na reunião da Frente Parlamentar de Varejo justamente para se inteirar do assunto. Contou que sempre lutou pela diminuição da carga tributária, afirmando que será assim o seu trabalho na Alesc. Salientou que foi discutido na reunião que qualquer incremento de ICMS gerado através desse novo mecanismo de arrecadação fosse revertido de imediato para o mercado, para haver uma carga tributária mais baixa, fazendo com que os produtos catarinenses sejam mais competitivos no mercado. Lembrando que há quem paga e quem não paga impostos, opinou que os sonegadores devem vir para o mercado formal para participarem de uma disputa justa com que arrecada impostos, frisando que devem ser feitos ajustes na lei no sentido de beneficiar os pequenos e microempresários. Ato contínuo, manifestou-se o senhor Deputado Estadual Manoel Mota, que avaliou ser este um momento impar para se abordar um assunto concernente a um setor que gera muitos empregos em Santa Catarina, opinando que o Estado não deve massacrar com tributos os empresários e sim ajudá-los, porque assim eles crescem e, com isso, o Estado cresce junto. *(Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos)* Dando prosseguimento à audiência pública, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Edson Fernandes Santos, diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, que inicialmente justificou a ausência do senhor Secretário de Estado da Fazenda, Cleverton Sievert, em função de compromissos agendados anteriormente, e registrou a solicitação do Secretário no sentido de que deixasse bem claro que está dando continuidade ao trabalho que sempre foi efetuado na Secretaria, colocando-se à disposição das entidades e para atender as manifestações e pedidos de estudo de toda e qualquer alteração da legislação. Parabenizou o senhor Sérgio e o senhor Bazzi pelas suas explanações, afirmando que em nenhum momento a equipe técnica da Secretaria da Fazenda se negou a receber qualquer entidade para tentar equacionar alguns problemas pontuais. Deixou claro que não pode ser maculado o sistema de substituição tributária em detrimento de alguns problemas pontuais que existem, salientando que há concordância da entidade com relação à importância do sistema para que possa ser coibida a sonegação e para que o mercado possa ter equilíbrio nas suas ações. Registrou que o sistema de substituição tributária não é uma inovação em Santa Catarina e que não está acontecendo somente com os protocolos recentemente assinados porque há vários protocolos de governos que já foram implementados há muitos anos. Esclareceu que os últimos protocolos firmados com os Estados citados foram assinados em dezembro, que a previsão de ser iniciada a personalização era em março, atendendo pleitos de setores de algumas entidades de classe, mas que, em concordância com os setores e com o Secretário, ficou resolvido que não seria mais implementado em março e sim em 1º de maio. Registrou que a substituição tributária já existe em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em outros Estados e que o grande problema é que alguns protocolos não podem ser efetuados com São Paulo e Rio Grande do Sul em decorrência de alguns benefícios que a Secretaria tem concedido a alguns setores da economia, destacando que esses benefícios acabam sendo motivadores da não assinatura dos protocolos com esses Estados, o que não impede que São Paulo, Rio Grande do Sul e outros Estados não operacionalizem a substituição tributária. Afirmou que o Simples Nacional é regulamentado pela Lei Complementar 123/06, sob a competência da Receita Federal do Brasil, e que embora havendo empresas com dificuldades, o Estado não tem competência para alterar uma legislação federal. Enfatizou que essa lei tem uma série de normativos, instruções e resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional, que regulamenta a matéria, e que é possível tentar resolver situações específicas, afirmando que nenhum Secretário se negou a discutir essas situações. Ressaltou que essa decisão foi tomada em dezembro, decorrente de estudos da equipe técnica da Fazenda de Santa Catarina com a equipe técnica dos demais Estados, e que não existe nenhuma conotação política, salientando que em todas as decisões tomadas foram utilizados princípios técnicos e que continuarão agindo dessa forma. Comunicou que tudo o que está sendo discutido será levado para o Secretário, para a equipe técnica, para ser estudado, acrescentando que certamente a Secretaria irá ajustar o que for preciso. Informou que foi disponibilizado no site da Secretaria da Fazenda um sistema aplicativo que vai facilitar para todo e qualquer contribuinte a simulação do efetivo valor devido do ICMS, da substituição tributária, e declarou que como a finalidade da Secretaria é continuar sanando essa dificuldade, estão sendo disponibilizados dois setores, registrando que, na medida do possível, vão ser implementados outros setores no sistema. Reiterou que em nenhum momento a equipe técnica da Secretaria da Fazenda se furtou a receber qualquer entidade e que a Secretaria sempre se colocou à disposição

para tentar resolver qualquer problema. Lembrou que existe o bom contribuinte e aquele contribuinte que não age corretamente, destacando que o sistema de substituição tributária veio para privilegiar o bom contribuinte. Havendo manifestações da plenária, disse que respeita a opinião de todos, adiantando que o sistema de substituição tributária está sendo implantado em favor da sociedade catarinense mas que ainda é preciso corrigir algumas situações pontuais. Mostrou a preocupação da equipe técnica da Secretaria da Fazenda em implementar a arrecadação e buscar o que é devido ao erário público estadual; fez referência à questão dos estoques, comparando Santa Catarina com o Estado de São Paulo, que implementou a substituição tributária e não deu prazo para o recolhimento do estoque, e mencionou que o Estado de Santa Catarina está permitindo que o ICMS calculado do estoque seja recolhido com uma carência de quatro meses e em vinte parcelas. Mencionou que a maioria dos Estados não concedeu esse benefício e que Santa Catarina se preocupou em facilitá-lo para os contribuintes, comentando que outros Estados usam as mesmas margens da pesquisa Fipec realizada no Estado de São Paulo. Finalizou dizendo que só no final da semana anterior a Secretaria tomou conhecimento desse evento e que, como já tinha agendado reuniões em Chapecó e São Miguel do Oeste, os gerentes e os técnicos da Secretaria ficarão à disposição para dirimir quaisquer dúvidas. Prosseguindo a audiência pública, o senhor Presidente, Deputado Estadual Sílvio Dreveck, informou que no dia 26 de maio acontecerá um novo encontro em Brasília, no Congresso Nacional, para discutir esse assunto. Disse entender que todo problema tem solução, que a lei geral não impede que a lei no Estado de Santa Catarina seja alterada para fazer justiça àqueles que estão produzindo, principalmente à micro e pequena empresa. Considerou verdadeira a demonstração feita pela Federação e pelo senhor Valdir, especificando que Santa Catarina, antes da lei geral, tinha uma lei do Simples muito boa, que com a lei geral vieram algumas alterações e que depois veio a lei da substituição tributária. afirmou que com a lei geral houve um pouco de avanço, que foi retroagido, reafirmando que os cálculos demonstrados são na prática o que acontece. Opinou que é preciso sair da audiência pública com um prazo para apresentar uma contraproposta de solução em curto, médio e longo prazo, sugerindo que em curto prazo as micro e pequenas empresas possam ter a compensação do imposto, observando que, se continuar assim, há um forte indicio de as empresas ou entidades entrarem na Justiça porque há interpretação de bitributação. Frisou que não é a intenção no momento haver conflito e fez um encaminhamento no sentido de que seja estabelecido um prazo para a solução do problema ou que haja um novo encontro. Na sequência, fez uso da palavra o senhor Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, que registrou que embora Santa Catarina represente 1,1% (um vírgula um por cento) do território nacional, tem a sexta economia do País. Apresentou como solução a prorrogação do prazo e, em segundo lugar, que seja uma coisa gradativa, porque são setenta páginas para se discutir. Opinou que o contador não tem condições de resolver tudo e expressou seu contentamento por não haver contador desempregado hoje, comentando que para fazer tudo o que tem que ser feito, é necessário contratar pessoal e cobrar mais honorários, sem contar que o prazo da DCTF e do Dacon agora é em doze meses, o que gera mais serviço para os contadores e mais responsabilidade para os empresários. afirmou que tanto o Secretário da Fazenda como os senhores Tissot e Edson se prontificaram a rever essa dificuldade dos contadores, comentando que o Edson tinha um *software* que poderia resolver. Concluiu mencionando que todas as entidades resolverem se unir para trabalhar juntas e que isso demonstra que se tem condições de reverter certas coisas e fazer com que o Estado de Santa Catarina seja cada vez maior. Retomando a palavra, o senhor Presidente registrou a presença do Deputado Onofre Santo Agostini e o convidou para fazer parte da mesa. Ato contínuo, passou a palavra ao senhor Hugo Sérgio Dittrich, vice-presidente de Qualidade, Planejamento e Controle da Assespro nacional, que iniciou sua fala dizendo que tecnicamente as empresas têm condições de implementar a substituição tributária, que muitas já o fizeram mas que há a questão da demanda. Com relação à proposta do Sérgio, sugeriu a efetivação de um diálogo entre os contribuintes e a Fazenda para se avançar um pouco mais, criando-se, a exemplo da Comissão de Contribuintes, a Comissão de Normas Tributárias, para que não seja arbitrariamente editado decreto ou portaria. Declarou que há demanda de serviços e que a Fazenda não pode em dezembro resolver implantar alguma coisa em março, salientando que embora tecnicamente isso seja possível, não há condições de se trabalhar isso. Registrou que há falta de pessoal no setor de tecnologia e de financiamento para as empresas implementarem isso e indagou onde está o crédito de ICMS para implementar isso nas empresas, comentando que usa parte do crédito para pagar os serviços de tecnologia, contratar os serviços do contador e tornar isso mais fácil. Finalizou reiterando a necessidade de ser criada a Comissão de Normas Tributárias. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Henrique Pinto Loja Filho, presidente da Federação das Associações dos Comerciantes de Materiais de Construção de

Santa Catarina, que registrou que dentro do setor de materiais de construção acontecem os mesmos exemplos dados aqui. Comentou que alguns produtos que já eram com substituição tributária aumentaram a alíquota em função de outros Estados, citando como exemplo o Estado do Rio Grande do Sul, e lembrou que a maioria das alíquotas foi feita através do Estado de São Paulo, salientando que aqui precisa haver correções. Destacando que a Secretaria da Fazenda sempre abriu as portas para negociar até chegar a um denominador comum, avaliou que os contadores vão ter aumento de trabalho e que os lojistas de pequeno, médio e grande porte têm dificuldades. Encerrou parabenizando todos pela realização da audiência pública. Na sequência, usou da palavra o senhor Marcos Arzu, diretor executivo da Fecomércio de Santa Catarina, que evidenciou que o ICMS é um universo particular e a substituição tributária é um universo à parte. Contou que, como representante da Fecomércio, iniciou conversação com a Fazenda para tentar equacionar a representação que envolve as micro, pequenas, médias e grandes empresas do segmento do comércio de bens, serviços e turismo, declarando que diante dessa dificuldade a Fecomércio partiu para uma negociação setorializada, por intermédio das câmaras setoriais. Reiterou que a Secretaria da Fazenda esteve sempre disposta a ouvir e discutir as reivindicações e considerou que o grande desafio é o regime da substituição tributária, que tem as suas vantagens, acrescentando que, institucionalmente, são apoiadas quaisquer medidas que venham combater a sonegação e a evasão fiscal. Registrou que a reivindicação é para que se tenha dentro do ambiente de negociação a possibilidade de discutir a redução das alíquotas do ICMS e a adequação das margens. Disse entender que de uma maneira linear conseguirão atender todos os segmentos e que as minúcias de cada segmento têm que ser tratadas individual e setorialmente. Garantiu que o diálogo está aberto e que estão engajados em qualquer manifestação empresarial que considere essas reivindicações e que tragam benefícios aos representados. (*Taquigrafadora: Ione Terezinha Reis de Melo*) Em seguida, manifestou-se o senhor Alaor Francisco Tissot, presidente da Facisc, que defendeu qualquer diminuição de carga tributária em qualquer setor, dizendo estar engajado com todas as federações e todas as entidades. Contou que fazia parte do primeiro setor a ser atingido pela substituição tributária há trinta anos, o setor de bebidas, e lembrou que naquela época todos os problemas, que hoje ainda existem, eram muito piores, complementando que com o decorrer do tempo é que conseguiram corrigir todas as distorções existentes. Disse que desde o início da década de 1970 lida com a Fazenda e que aprendeu que se não se anteciparem aos fatos, depois têm que correr atrás para consertá-los. Comentou que foram pegos de surpresa pelo Simples Nacional, considerado solução para tudo, mas que depois viram que o Simples catarinense era melhor. Informou que está marcada uma reunião para o dia 26, em Brasília, ocasião em que estarão presentes todas as federações e confederações para tentar uma mudança, que deve atingir a substituição tributária. Lembrou que a substituição tributária foi criada somente para sete segmentos, que na época significavam 85% (oitenta e cinco por cento) da arrecadação, enquanto os outros ficariam liberados, o que não está acontecendo, e pediu que o senhor Almir levasse a reivindicação ao governo no sentido de que retornem ao início da criação da substituição tributária. Mencionou que em alguns segmentos a alíquota foi elevada para 25% (vinte e cinco por cento), enquanto outros permaneceram com 16% (dezesseis por cento), 17% (dezessete por cento), e disse que há insistência para voltar tudo aos 25% (vinte e cinco por cento). Concluindo, parabenizou todos, em especial o senhor Sérgio, que capitaneou essa ação que já vem sendo discutida no Cofem, e informou que essa discussão vai para o Fórum Estadual da Micro e Pequena Empresa. Retomando a palavra, o senhor Presidente registrou a presença do senhor Tito Alfredo Schmitt, presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis, e concedeu a palavra ao senhor Alceu Alcides Pereira, presidente da Adac (Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses), que disse que o segmento de distribuidores e atacadistas de Santa Catarina tem uma preocupação grande em relação à substituição tributária, principalmente por não ter havido convênio com os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, salientando que isso está dificultando o desenvolvimento do seu trabalho dentro do Estado, tendo em vista que perderam a igualdade de competição. Enfatizou que o pequeno e o médio varejo que eles atendem estão com enorme dificuldade para desenvolver a contabilidade e os custos da mercadoria porque não sabem o que é com substituição tributária nas notas fiscais e o que é sem, mencionando que os concorrentes (Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul) já entraram no Estado de Santa Catarina e estão deitando e rolando. Informou que desde o dia 1º de maio até hoje o faturamento do segmento atacadista e distribuidor de Santa Catarina caiu semanalmente de 30% (trinta por cento) a 35% (trinta e cinco por cento), lembrando que esse é um segmento que dá emprego para 10.800 (dez mil e oitocentas) pessoas em Santa Catarina, com mais de 8.100 (oito mil e cem) representantes comerciais e mais de 2.800 (dois mil e oitocentas) caminhões

circulando pelo Estado de Santa Catarina, pagando R\$ 3 bilhões (três bilhões de reais) de impostos por ano. afirmou que estarão mortos se o Estado não resolver esse problema rapidamente, visto que têm compromissos com os fornecedores, compromissos financeiros e outros mais. Foi aplaudido quando disse que vão enfraquecendo com o tempo e o Estado vai perdendo o setor produtivo interno e privilegiando quem vem de fora para levar tudo para fora, afirmando que tem que ser beneficiado o crescimento e o desenvolvimento de quem está dentro do Estado de Santa Catarina e lembrando que o nosso Estado é a quinta economia e que pode ser a segunda, até a primeira. Finalizando, esclareceu que não estão pedindo privilégios e benefícios, apenas querem poder de igualdade de trabalho para fazer frente aos outros Estados. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Estadual Onofre Santo Agostini disse que pede a benção ao Ser Superior para o setor produtivo, visto que é o segmento que gera emprego e que faz Santa Catarina e o Brasil crescer, e lembrou que quando foi secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável lutou para trazer muitas empresas para Santa Catarina mas que a prioridade são as empresas do Estado, fundamentais para o crescimento interno. afirmou que é importante o diálogo entre a Secretaria da Fazenda e o setor produtivo para encontrar o erro e corrigi-lo, a fim de se dar condições de produzir mais gerando tributos e empregos, e apelou à Secretaria da Fazenda para que dialogue com o setor produtivo e encontre uma solução. Concluiu colocando-se à disposição como Deputado e cidadão e disse ter certeza de que irão encontrar uma solução. Em seguida, manifestou-se o senhor Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC), que lembrou que as palavras do senhor Valdir são uma ilustração do que se está vendo com a substituição tributária. Com relação à substituição tributária no ramo de combustíveis, bebida e colchões, disse que até então não tinha havido problema mas que no ano passado, quando ela chegou para as autopeças, a coisa pegou. Lembrou que há pouco tiveram uma avalanche de produtos que atingiu violentamente o setor e informou que enviaram uma correspondência ao Secretário Sérgio Alves pedindo atenção em relação aos micro e pequenos empresários que estão sendo penalizados, tendo obtido como resposta que não dava para mexer nisso porque era em nível nacional. Disse que também pediram ao Secretário Gavazzoni e que a resposta foi a mesma, e perguntou como o Estado de Mato Grosso consegue ter um sistema totalmente diferente. Salientando que não consegue entender por que o Estado não pode mudar a base tributária para manter os benefícios tributários que o micro e pequeno empresário têm, afirmou que o Estado pode fazer isso e deve fazer. Pediu ao Almir que levasse o seguinte pedido à Fazenda: mudar a base de cálculo para o micro e pequeno empresário. Lembrando que o senhor Faraco havia pedido que houvesse prorrogação, disse que isso é certo mas que, quando entrar em vigor, vai continuar prejudicando o micro e pequeno empresário, opinando que o certo seria outra iniciativa que não a prorrogação. Posicionou-se no sentido de que a Secretaria da Fazenda se pronuncie a favor de uma tabela que varie e que possa permitir somente a manutenção dos benefícios já concedidos e sugeriu a formação de um conselho para que pudessem discutir as normas tributárias a partir de agora. Concluindo, desejou que a Secretaria da Fazenda tivesse daqui para frente uma visão diferente da que está tendo até o momento. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Silvio Dreveck, apresentou os seguintes encaminhamentos: criação de uma comissão para participar, na Secretaria da Fazenda, da alteração de qualquer modificação tributária, independentemente se vai ser alteração de lei, lei complementar ou decreto; redução da tabela, da margem de valor agregado; compensação imediata para a microempresa que vai recolher sobre o faturamento. Perguntou se mais alguém tinha alguma sugestão, tendo se manifestado o senhor Laércio Knih, diretor executivo da Adac, que sugeriu uma prorrogação de prazo; o senhor Marcelo Goulart, que sugeriu que quem tiver crédito de ICMS utilize esse crédito para abater o saldo do estoque; o senhor Genésio Hoffmann, que propôs que fosse mantida a redução do ICMS para alguns setores permanecerem competitivos no mercado, como no caso da informática; o senhor Odin João da Silva, que sugeriu a prorrogação do prazo em vigor para no mínimo 1º de dezembro de 2010 em virtude do início da obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica; o senhor Marcelo Oliveira, que sugeriu que enquanto não existir um protocolo entre os Estados do Sul e do Sudeste fosse mantido o benefício de redução de base de cálculo ou ter um substituto tributário para poderem ser beneficiados na redução da base de cálculo. Já o senhor Nilson Goedert pediu que durante o período da discussão não houvesse penalidade para os contribuintes, tendo em vista que entrou em vigor no dia 1º de maio, lembrando que ontem havia sido disponibilizado o sistema para a operacionalização mas que já há tributos vencidos desde a data em que entrou em vigor. Isso posto, pediu que a Secretaria da Fazenda não aplicasse a penalidade aos contribuintes que não atenderam a legislação. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Almir José Gorges, auditor fiscal da Receita

Estadual e diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, que manifestou seu desejo de um Estado melhor para os seus filhos e para os filhos de todos. Disse que estavam ali discutindo as consequências e as causas de problemas como esse, citando como uma das causas a elevada carga tributária, que cria problema para todo o comércio e para os contabilistas. Prosseguiu dizendo que com relação às causas ouviu muitos fatos verdadeiros mas também ouviu muitas meias verdades que induziram a aplausos não merecidos, salientando que se tem que discutir o problema dentro da intenção com a qual foi marcada a reunião. Comentou que em qualquer Fazenda, seja nacional, estadual ou municipal, há sempre necessidade de caixa, porque existem muitas demandas sociais contidas. Contou a história do senhor Raul Weiss, morador de Palhoça e dono de uma loja de colchões, que disse que o negócio ficaria inviável com a entrada em vigor da substituição tributária no seu segmento porque não tinha como competir com uma grande rede, acrescentando que isso tirou o sono dele e que até hoje não conseguiram encontrar uma solução. Reportando-se ao senhor Raul, expressou seu respeito pela luta e disse saber o quanto ela é difícil. O senhor Raul Roberto Weiss, por sua vez, lembrou que a substituição tributária teve início em agosto de 2008 e que, portanto, eles já estão há quase dois anos nessa situação. Contou que compra uma pequena quantidade de produtos, quase 100% (cem por cento) fora do Estado, e que sobre o preço de venda incidem 16,2% (dezesseis vírgula dois por cento), observando que no dia 1º de maio deste ano esse percentual subiu para quase 20% (vinte por cento). Fez um cálculo rápido e somou mais 12% (doze por cento) referente ao percentual do fabricante que arrecada no seu Estado, obtendo um total de 32% (trinta e dois por cento) de ICMS para uma peça de colchão. Continuando, avaliou que o seu concorrente, que é maior, compra uma quantidade enorme e vai pagar um valor de imposto bem mais baixo, salientando que hoje ele paga a mesma tributação que o concorrente. Retomando a história contada pelo senhor Almir em relação à conversa que tiveram, disse que de lá para cá a situação só piorou, que alguns setores têm perdido de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o faturamento. afirmando que hoje o tributo que paga é maior que o do preço que vende, registrou que perderam durante anos tudo o que conseguiram avançar com relação à micro e pequena empresa. Retomando a palavra, o senhor Almir José Gorges esclareceu ao senhor Raul que o citou como exemplo para dizer que o problema existe e precisa ser resolvido. Contou que quando esteve na administração tributária fez alteração nos regimes especiais mas que depois de um tempo tudo voltou novamente e que não viu ninguém abrir a boca, acrescentando que hoje, pelo menos, vê mobilização das pessoas no sentido de buscar os direitos delas. Declarou que reconhece os problemas trazidos pelo Simples; que para as empresas normais isso interfere no fundo de caixa porque antecipa o pagamento, observando que para quem é do Simples (uma indústria ou um substituto) não mudou nada, até melhorou, porque continua pagando o ICMS próprio pela tabela, lembrando que para o varejista tirou-se o efeito do Simples. Recordando o que o senhor Sérgio Medeiros falou em relação ao Estado de Mato Grosso, esclareceu que Santa Catarina não fez decreto ultrapassando e se sobrepondo à lei complementar, e aos que dizem que o Estado de Santa Catarina é o culpado, disse que a tributação é em nível nacional, opinando que se a substituição está errada, tem que ser feito um movimento nacional para que todos os Estados se engajem. mencionou que as pessoas questionam por que São Paulo não assina um convênio com Santa Catarina, já que daí não precisaria fazer cálculo nota por nota, e afirmou que as pessoas não reclamam das regras difíceis e sim das regras desiguais. afirmou que o Rio Grande do Sul não assinou com o Estado de Santa Catarina porque este tem o Pró-Emprego, entendendo que não se pode acusar esse programa porque ele trouxe para cá um PIB e indústrias multinacionais. frisou que se deve encontrar uma solução sem achacar a classe fiscal, contou que a sua esposa reclama que ele não tem tempo para a família e disse que ainda tinha que escutar Deputado dizer que só saiu porque a Fazenda ganha por incremento de arrecadação, opinando que esse Deputado não conhece a dignidade da classe fiscal. Perguntou se o sistema de meritocracia, que é ganhar por produção, não foi bom na iniciativa privada, por que não poderia ser bom na pública e avaliou que tem que ser ajustada a substituição tributária, que está vindo com a possibilidade de diminuir o tamanho da máquina fiscal e de criar um ambiente para diminuir pelo menos a carga tributária futura, que vai depender de decisão política. afirmou que a Fazenda sabe que o problema existe e que acredita ser possível encontrar soluções criativas que atendam os dois lados. Finalizando, pediu desculpas pela maneira franca de colocar as coisas, salientando que estavam ali para discutir e não para os funcionários da Fazenda serem achacados. Dando prosseguimento à audiência pública, o senhor Presidente, Deputado Estadual Silvio Dreveck, escolheu o senhor Almir como mensageiro para levar ao governo as propostas deliberadas na audiência e disse que daqui a trinta dias poderiam ter um retorno através da presidência da Federação. Referindo-se ao senhor Almir, esclareceu que estão pleiteando ao Estado porque existe espaço para pedir ao Estado e

avaliou que essa briga tributária entre os Estados é de governo para governo, acrescentando que viram poucos avanços no governo federal no que diz respeito à reforma tributária. Disse que é preciso entender por que o governo federal não dá motivação e por que os governos estaduais não entram em acordo: porque ninguém quer perder, todo mundo quer ampliar e tudo tem o seu limite. Ressaltou que ao final do encontro é importante que todos trabalhem em favor de uma política fiscal justa, principalmente para a micro e pequena empresa. O senhor Deputado Estadual Darci de Matos, reportando-se ao senhor Almir, disse que ele e a maioria dos Deputados na Assembleia votaram na gratificação para os auditores porque acreditam na Fazenda, esclarecendo que quando se pronunciou ali, o fez pontualmente por respeito à Fazenda, assim como a maioria dos Deputados. Sobre a declaração do senhor Almir de que os Deputados acharam a classe fiscal, considerou que isso atingiu todos os Deputados, quando, na verdade, foi apenas um que se manifestou. Pedindo que o senhor Almir fizesse justiça à Assembleia, o Deputado Estadual Darci de Matos esclareceu que ele é quem havia levantado a dúvida jurídica, destacando que, no caso pontual do debate, sentia que os auditores estavam dispostos a corrigir. Finalizou sua manifestação parabenizando o senhor Almir. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. *[Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza]*

DEPUTADO ESTADUAL SILVIO DREVECK

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA CONJUNTAMENTE PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DEBATER O SISTEMA PRISIONAL, O HOSPITAL DE CUSTÓDIA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS, REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2010, ÀS 19H, NO AUDITÓRIO DA UNESC, NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Laênio José Guizzi) - Boa-noite, senhoras e senhores.

Sempre em conformidade com sua missão de educar pelo meio de ensino, pesquisa e extensão para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida, a Unesc, 42 anos formando melhores cidadãos, abre as portas da academia para a realização da audiência pública que tem como tema O Sistema Prisional, o Hospital de Custódia e a Violação de Direitos, uma ação da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O debate sobre o sistema prisional, o Hospital de Custódia e violação de direitos é uma preocupação constante da população do nosso Estado e também do Parlamento catarinense.

A Comissão de Direitos foi recentemente procurada pela família de um cidadão catarinense da nossa região. Trata-se da tragédia envolvendo o senhor Valcir Ghislandi, de 56 anos, sem antecedentes criminais, que era deficiente mental desde criança. Viveu a vida inteira com seus pais até que falecessem e então passou a morar com seu irmão e sua cunhada, que o cuidavam há mais de 23 anos como um filho.

No dia 19 de janeiro deste ano o senhor Valcir Ghislandi foi preso após denúncia de tentativa de agressão a uma menina, sendo então encaminhado ao Presídio Santa Augusta, de Criciúma. Ainda no mesmo mês, no dia 29 de janeiro, a juíza responsável determinou a sua transferência para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Estado. Diante da inexistência de vagas no referido hospital, a mesma juíza determinou que aguardasse vaga permanecendo no Presídio Santa Augusta, dividindo cela com outros cinco presos comuns.

A família, o advogado e até mesmo o denunciante tentaram de todas as formas sensibilizar a Justiça para que o senhor Valcir fosse transferido para uma unidade especializada, pois que corria sérios riscos ficando no presídio.

A família se dispôs a pagar um hospital particular, mas, mesmo assim, o senhor Valcir Ghislandi ficou quase trinta dias no presídio, aguardando vaga.

No dia 1º de março deste ano, durante uma visita, a família entregou a ele um pacote de biscoitos. Ao chegar à cela, um dos presos tentou tirar o pacote de suas mãos, mas como ele se recusou a entregar, ele o espancou até a morte.

O laudo do IML demonstra claramente que em nenhum momento o senhor Valcir reagiu à violência que estava sofrendo, apenas ficou agarrado ao seu pacote de biscoitos, o que comprova mais uma vez a sua deficiência mental.

Senhoras e senhores, uma tragédia anunciada e uma sucessão de incompetências levaram à morte um cidadão do nosso Estado. Incompetência do Poder Judiciário, que não garantiu o cumprimento dos direitos preconizados pela Lei 10.216/2001, de proteção aos deficientes mentais; incompetência dos órgãos do governo do Estado, do Hospital de Custódia, pela falta de estrutura, de funcionários e, consequentemente, pela mais absoluta falta de vagas, e

do presídio Santa Augusta, por não ter garantido a vida do senhor Valcir.

A Comissão de Direitos, além de exigir justiça para esse lamentável caso, quer buscar mecanismos para que situações como essa não mais se repitam. A morte do senhor Valcir Ghislandi não pode ficar impune.

Santa Catarina precisa mudar o seu olhar sobre a questão da segurança pública. Nossos presídios estão superlotados. Notícias de presos vítimas de torturas nos envergonham. Faltam policiais, agentes prisionais e, principalmente, uma nova concepção do sistema prisional. Este que está aí está falido, já demonstrou que não funciona.

Diante disso, vamos nesta noite ouvir autoridades responsáveis pela segurança pública do Estado de Santa Catarina, os senhores Deputados e a comunidade no sentido de fazer um raio-X da realidade e buscar mecanismos que nos permitam vislumbrar novos tempos no sistema prisional de Santa Catarina.

Convidamos para tomar assento à mesa o senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, Vice-Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e membro da Comissão de Segurança Pública; o senhor Deputado Estadual Valmir Comin, 3º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o senhor Deputado Estadual Décio Góes; o senhor Giancarlo Bremer Nones, representando o senhor juiz Paulo Ricardo Bruschi, presidente da Associação dos Magistrados Catarinense; o senhor Rodrigo Melo, advogado da família da vítima; o senhor Leandro Alfredo da Rosa, presidente da Subcomissão de Direitos Humanos da OAB de Criciúma, representando o presidente da AOB/SC; o senhor Adércio José Velter, diretor do Departamento de Administração Prisional (Deap), representando o senhor Justiniano Pedroso, Secretário Executivo da Justiça e Cidadania; o senhor Nédio Atenor Becker, diretor do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Estado de Santa Catarina (HCTP); o senhor Laércio Ventura, conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); o senhor Daniel Preve, reitoria da Unesc; o senhor Juceir dos Santos, supervisor do Presídio Regional de Criciúma; e o senhor Alexandre Karazawa Takaschima, Juiz Corregedor, que prefere ficar na plateia.

Com a palavra o senhor Deputado Kennedy Nunes, para conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Boa-noite, senhoras e senhores.

Na verdade, o Deputado Valmir Comin levou este assunto à Assembleia Legislativa e fizemos uma primeira reunião na Comissão, na qual ouvimos o advogado da vítima e a Associação dos Magistrados de Santa Catarina e achamos por bem, a Comissão e o Deputado Valmir Comin, fazer esta audiência pública para ouvir também a comunidade e os órgãos envolvidos no assunto.

Queremos deixar claro que o papel da Assembleia Legislativa e da Comissão não é julgar ninguém, para isso existe a Justiça. Não é nosso papel defender ou acusar ninguém, mas, sim, fazer a intermediação, ouvir as pessoas envolvidas e tentar buscar soluções, que, como já discutimos anteriormente, passam pelo sistema prisional, pelo sistema de custódia e por outras situações.

Gostaria de registrar a justificativa de ausência da senhora Presidente da Comissão, deputada Ana Paula Lima. Por compromissos assumidos na última hora, S.Exa. ficou impossibilitada de comparecer a esta audiência pública.

Informo às pessoas interessadas em fazer uso da palavra que façam sua inscrição com nossos funcionários.

Senhoras e senhores, por entender que uma reunião muito longa não se torna produtiva, gostaria de limitar o tempo em cinco a dez minutos para cada componente da mesa. Assim, todos podem se manifestar.

Quero registrar a presença do senhor Pedro Rosa Neto, conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); da senhora Sidirlene de Luca, conselheira da Região Carbonífera da Apae, representando a presidente da Federação das Apaes; do senhor Ivan Roberto Westphal, vereador de Criciúma; da senhora Andréia Sharon Salomão Netto, psicóloga, representando a Secretaria de Saúde de Criciúma; e do ex-Deputado Estadual Vânio de Oliveira, presidente do Desafio Jovem de Criciúma.

Quero agradecer à reitoria da Unesc por ter cedido este espaço, bem como a seus funcionários e aos meus colegas de trabalho da Alesc que estão aqui dando todo o suporte no sentido de registrarmos tudo que for falado nesta noite.

Com a palavra o senhor Deputado Valmir Comin, para suas considerações iniciais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN - Boa-noite, senhor Presidente, demais componentes da mesa, imprensa, senhoras e senhores.

Este assunto chegou a mim através do doutor Rodrigo, advogado. Imediatamente fiz um pronunciamento no Plenário da Alesc e, em seguida, a Comissão de Direitos Humanos ouviu os familiares, o repre-

sentante da vítima e a Associação dos Magistrados Catarinense e solicitou esta audiência pública.

Infelizmente, não se consegue resgatar a vida do senhor Valcir Ghislandi, fato lamentável que chocou a população do Estado de Santa Catarina, sobremaneira a nossa região.

Espero que esta audiência pública possa abrir o debate na essência, no mérito, com o propósito de irmos além do fato. Precisamos chamar à responsabilidade as nossas autoridades, tanto estadual quanto federal, o Poder Judiciário, o sistema carcerário do Estado de Santa Catarina, visto que há deficiência de vagas nas clínicas de tratamento psiquiátrico, de drogas. É um problema que a sociedade brasileira está vivenciando.

Espero que esta audiência pública seja proveitosa; que possamos fazer alguns encaminhamentos para as autoridades competentes.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, Deputado Valmir Comin.

Com a palavra o senhor Deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES - Gostaria de saudar o Deputado Kennedy Nunes, os demais membros da mesa e a plenária e de dizer que a Assembleia Legislativa, assim como o sul catarinense, ficou indignada com a morte do senhor Valcir Ghislandi, caso que acabou ganhando a mídia nacional e estadual, tendo em vista que retrata uma situação que não poderia mais ocorrer, o ser humano já deveria ter evoluído a ponto de essas questões não acontecerem mais.

Infelizmente esse episódio ocorreu e a Comissão está aqui para escutar a família, os envolvidos, o sistema. Que possamos fazer com que o sacrifício do senhor Valcir não tenha sido em vão para a melhora o ser humano, da vida; que possamos contribuir com um processo de melhoria do sistema prisional, em que haja reabilitação e criação de oportunidades para os detentos, numa linha contrária a que assistimos com esse episódio.

Como estamos aqui mais para escutar do que para falar, gostaria de encerrar agradecendo a presença de todos que estão aqui para relatar melhor a situação, porque os direitos humanos foram transgredidos nesse episódio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, Deputado Décio Góes.

Lembramos ao pessoal da plateia que as inscrições estão abertas.

Com a palavra o senhor Rodrigo Melo, advogado da família da vítima.

O SR. RODRIGO MELO - Senhor Presidente, gostaria de ceder o meu tempo ao doutor Laércio Ventura, que, acredito, tem muito mais a relatar sobre o caso que relatei anteriormente, pois trabalha a vida inteira, acredito, com pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Pois não.

Como já tínhamos acordado o doutor Laércio falaria por último, porque tem alguns dados interessantes para nos passar, concedo a palavra ao senhor Giancarlo Bremer Nones, que representa neste ato o senhor Juiz Paulo Ricardo Bruschi, presidente da Associação dos Magistrados Catarinense.

O SR. GIANCARLO BREMER NONES - Boa-noite, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Valmir Comin, Deputado Décio Góes, demais membros da mesa e participantes desta audiência pública.

É com profundo pesar que a Associação dos Magistrados Catarinense participa deste ato que tem como tema um fato lamentável, qual seja, a morte do senhor Valcir Ghislandi no Presídio Santa Augusta.

É lamentável que tenha ocorrido isso, mas a Associação dos Magistrados fez questão de participar desta audiência pública porque tem compromisso com a sociedade catarinense e quer discutir com ela uma solução para os seus problemas. Aqueles que trabalham diretamente com o sistema penal, carcerário, convivem diuturnamente com suas carências.

A minha área de atuação é a da Infância e Juventude, que também demanda uma série de discussões. É pena que esse tipo de discussão surja apenas quando acontecem eventos trágicos como este, mas nós fazemos questão de participar desta mesa para a busca de soluções, o melhor aperfeiçoamento do sistema e a garantia efetiva dos direitos humanos, de forma geral tão violados em todo o Brasil.

Muito obrigado. *[Taquiografia-revisora: Dulcineia Maria Goulart]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, senhor Giancarlo.

Vamos ouvir agora o senhor Adércio José Velter, diretor do Departamento de Administração Prisional (Deap), representando o senhor Justiniano Pedroso, Secretário Executivo de Justiça e Cidadania, órgão do Executivo responsável pelas casas de custódia e pelas penitenciárias de Santa Catarina.

O SR. ADÉRCIO JOSÉ VELTER - Boa-noite senhor Presidente, senhor deputado Valmir Comin, Deputado Décio Góes, membros da mesa e demais autoridades. Gostaria de pedir a quebra do protocolo e passar um *slide*. *(Procede-se à exibição de imagens.)*

A apresentação se refere ao Sistema Prisional Catarinense, e os dados são do Deap. Vemos aqui a secretaria, que é dividida da seguinte forma: governo do Estado; Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão; Secretaria de Execução Justiça e Cidadania; Departamento Administrativo Prisional, que coordena o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), penitenciárias, presídios, central de triagem e as UPAs, que são as Unidades Prisionais Avançadas.

A população carcerária em Santa Catarina é de 14.083 detentos; o número de habitantes é de 6.118.743, sendo que a população carcerária por 100 mil habitantes fica em 230.16. O total de vagas no Estado é de 7.362. O total de reeducandos no Estado é de 13.024 masculinos e de 1.059 femininos. O número de presos provisórios é de 4.281, sendo 3.843 masculinos e 438 femininos. O número de reeducandos condenados é de 9.802, sendo 9.181 masculinos e 621 femininos.

Passamos à questão dos regimes fechados e semi-abertos e também de presos provenientes da Polícia Federal e da Justiça Federal, bem como crimes contra o sistema nacional.

A população carcerária catarinense no início de 2003 girava em torno de 6.500 reclusos, para um total de 4.000 vagas existentes, ou seja, havia um déficit 2.500 vagas.

Sete anos após, depois de ativadas aproximadamente 4 mil vagas, há atualmente uma população carcerária de 14.083 reeducandos, sendo 13.024 masculinos 1.059 femininos.

Em Santa Catarina, no ano de 2003, aproximadamente 600 agentes cuidavam das unidades prisionais, perfazendo uma média de 10,84 presos por agente.

Na abertura desta audiência foi falado sobre a questão da falta de funcionários. Hoje o quadro é bem diferente e na última sexta-feira quatrocentos novos agentes se formaram, perfazendo um total de 1.800 agentes, diminuindo o número de internos para servidores em 763.

Os servidores que atuam no sistema prisional são: 50 no apoio administrativo; 5 enfermeiros; 4 auxiliares e técnicos de enfermagem; 20 psicólogos; 10 dentistas; 17 assistentes sociais; os advogados são os cargos de gerência nas próprias unidades que cuidam da execução penal. Médicos clínicos gerais são treze e não temos médicos ginecologistas. E assim sucessivamente.

Nas Delegacias em Santa Catarina estão recolhidos aproximadamente noventa presos. O déficit geral de vagas é de 6.721. No panorama nacional o déficit reconhecido, podendo ser muito mais, é de 160 mil vagas. Somente de janeiro de 2007 até maio de 2008, o número de detentos no País ampliou-se em 13,4%. Desde o início da década, o total praticamente dobrou. Durante o mesmo período, o Ministério da Justiça calculava em 550 mil o número de ordens de prisão em aberto. Em Santa Catarina existem atualmente cerca de 7.500 mandados de prisão em aberto, todavia, alguns podem referir-se a mesma pessoa.

Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, de 17 de julho, o então Diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Maurício Kuehne, afirmou que seriam necessários 4,5 bilhões para resolver o déficit carcerário no Brasil. Essa abordagem refere-se ao montante para a construção de estabelecimentos penais, ou seja, espaços físicos para duzentos mil presos.

Não estava considerando os investimentos necessários em equipamentos mobiliários e, sobretudo, a contratação de pessoal, técnicos em diversas áreas e agentes penitenciários.

O sistema prisional catarinense é composto de 43 unidades, que são: 6 penitenciárias; 1 colônia penal agrícola; 20 presídios (19 masculinos e 1 feminino); 13 Unidades Prisionais Avançadas - UPAs; 1 casa do albergado (regime aberto) em Florianópolis; 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e 1 central de triagem.

Obras em andamento: presídio regional de Tubarão com capacidade para 280; ala de regime semi-aberto com capacidade para 120, num total de 420.

No presídio regional de Itajaí vai ser construída a penitenciária, com capacidade para 350 vagas, que está em fase de conclusão, e em outubro deverá ser entregue. Esse presídio regional terá capacidade para 350 vagas, com uma ala para regime semi-aberto com capacidade de 120 vagas, com um total de 820 vagas. Lembrando que as unidades que lá existem não serão desativadas, estas são novas vagas.

O presídio de Blumenau teve ampliação de vagas do regime fechado para 96. No regime semi-aberto - que foi inaugurado no dia dezanove de maio de 2010 - tem 186 vagas, totalizando 282 vagas.

A UPA de Itapema, que está sendo construída com verbas de transações penais, já está praticamente concluída e deverá ser ativada no próximo mês, está com mais 72 vagas.

A UPA de São Francisco está com mais 72 vagas e há um estudo para ampliação de mais 38 vagas para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, com a possibilidade de numa segunda etapa ter mais 38 vagas.

Desde 2003 até a presente data já aumentamos o número de vagas no Estado em quase cinco mil. Até o final do ano serão disponibilizadas mais 1.646 vagas em penitenciárias, presídios e unidades prisionais

avanzadas. No Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico está sendo realizado um estudo para ampliação de mais 38 vagas.

Essas são as vagas existentes: Penitenciária Sul, Penitenciária da Capital, Penitenciária de São Pedro de Alcântara, Penitenciária de Joinville, Penitenciária de Curitiba, Penitenciária de Chapecó e todas apontam uma lotação acima da capacidade existente.

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico tem 72 vagas e está com uma ocupação atual de 141 internados.

A apresentação era mais para mostrar as questões das vagas.

Então, senhor Presidente, quero dizer que o sistema prisional está se preparando. Sabemos das dificuldades e reconhecemos a nossa carência de vagas, mas nos últimos anos o governo do Estado tem investido maciçamente para esta mudança. Somente na última sexta-feira, como falei, quatrocentos agentes penitenciários se formaram, numa situação inédita, ou seja, num único dia quase o montante do que tínhamos em 2003.

Precisamos melhorar as condições de vagas, sim, e estamos trabalhando para isso. Estamos desenvolvendo projetos para contribuir na erradicação das drogas - que estão quase na fase final - dentro das Unidades Prisionais para serem encaminhados para Brasília. Para a DP, também tem um projeto, e a nossa idéia é de instalar em cada unidade prisional um centro de reabilitação para dependentes químicos usando os próprios profissionais da área e, talvez, contratando mais alguns psicólogos ou psiquiatras, se for necessário.

A gente reconhece como lamentável o fato que ocorreu. Tenha certeza que tudo aquilo que o sistema pode fazer - dando o encaminhamento para que fosse aberto o inquérito e as investigações necessárias para apontar os culpados naquele episódio - a gente fez. A partir desse momento estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o senhor Juceir dos Santos, supervisor do Presídio Regional de Criciúma.

O SR. JUCEIR DOS SANTOS - Boa-noite a todos e a todas. O Presídio Regional de Criciúma realmente lamenta o fato ocorrido com o senhor Valcir. Estamos hoje aqui abertos para todas as soluções que possam surgir a fim de que haja melhorias no sistema carcerário. O senhor Adécio já deixou as propostas abertas e estamos esperando que hoje surjam propostas que venham beneficiar todo o sistema catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o senhor Nédio Atenor Becker, diretor do Hospital de Custódia de Criciúma.

O SENHOR NÉDIO ATENOR BECKER - Boa-noite membros da mesa, senhores deputados, autoridades e todos que aqui estão presentes. Quero dizer que, assim como vocês, cada vez que se perde uma vida, sendo por motivo inaceitável, me sinto muito mal. É pesaroso o momento.

Tenho a dizer, como diretor do Hospital de Custódia, que todos os internos com quem trabalhamos têm problemas mentais grave, e de 143, hoje, 80% são cumpridores de medida de segurança. *[Taquígrafo-revisor: Jacqueline de O. V. Bitencourt]*

O que seria medida de segurança? Na medida de segurança, a pessoa que cometeu o delito vai para o Hospital de Custódia após solicitação de exame de sanidade pedido por um advogado ou pelo promotor (o encaminhamento é feito pelo juiz, com os quesitos). Ela vai lá e, em regime ambulatorial, faz um exame. Nessa oportunidade, se o médico perito achar necessário, já interna o detento e o deixa em tratamento. Após, o exame é concluído e encaminhado para a Justiça, que poderá considerar a pessoa inimputável, caso em que será absolvida do crime cometido e lhe será aplicada uma medida de segurança.

Então, do total de internos que temos hoje no Hospital, 80% estão nessa situação: já foram sentenciados pelos juizes e estão lá cumprindo uma medida de segurança visando ao tratamento e posterior reencaminhamento à sociedade. Os outros 20% são presos oriundos do próprio sistema prisional, que por um ou outro motivo entram em surto gravíssimo e nos é solicitado atendimento, através dos gerentes e diretores dos presídios. A pessoa que está em surto e que realmente necessita de um atendimento momentâneo é levada a Florianópolis para avaliação: ou será internada, ou retornará medicada para a unidade prisional.

Quero dizer que somos o único Hospital de Custódia do Estado e, assim como nosso diretor bem falou, estamos com uma defasagem muito grande. Estamos trabalhando 100% além da capacidade e dessa forma é humanamente impossível tratar o doente mental adequadamente para conduzi-lo à sociedade. Colocando-se cada vez mais pessoas lá dentro acaba que não se consegue tratar ninguém.

Por isso que a gente tem a limitação do espaço; gostaríamos de poder atender de pronto todos os pedidos. Nós tínhamos capacidade, há três anos, de realizar 24 exames de sanidade mental por mês. Com muito esforço conseguimos trazer dois novos peritos e, com isso, dobrar o número de exames de sanidade mental, que de 24 passaram a 48 exames de sanidade por mês. Isso para atender o Estado todo! Não é uma cidade, não é uma região, são todas as comarcas do Estado solicitando exame de sanidade mental, de dependência toxicológica, o que nos faz trabalhar muito, incansavelmente. Realizamos vinte exames

de dependência toxicológica semanalmente, o que dá, mensalmente, uns oitenta exames de dependência toxicológica. Conseguimos aumentar o número de médicos, de enfermeiros e de técnicos, porém há a necessidade de ampliarmos o espaço físico para podermos receber as pessoas.

Nesse episódio, quando nos foi solicitada a vaga, providenciamos um encaixe, o mais rápido que pudemos. Não tínhamos a informação de que a pessoa estava em surto, que estava... Porque o doente pode ser doente mental, mas só com o médico psiquiatra fazendo a perícia é que se pode avaliar o grau de periculosidade dessa pessoa, se na época do crime ela tinha ou não condições de saber o que estava fazendo. Quero dizer que lamento muito, acho que a família... Realmente, o que a gente podia fazer no Hospital de Custódia a gente fez, marcamos o exame, mas infelizmente não tivemos tempo de realizá-lo.

Fico à disposição para qualquer questionamento. Como o Adécio disse, estamos trabalhando para a ampliação de, inicialmente, 38 vagas (que, no nosso entender, ainda fica aquém da nossa realidade, mas já é um passo), com a possibilidade de ampliarmos para mais 38 vagas em cima desse espaço.

Boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Kennedy Nunes) - Obrigado. Só uma dúvida: lá, hoje, existem 143 pessoas; 80% são sentenciados com medida de segurança e 20% são presos oriundos do sistema prisional?

O SR. NÉDIO ANTENOR BECKER - Nesses 20% encontram-se também pessoas para as quais, no caso, foi solicitado o exame. O detento vai ao Hospital para o exame (às vezes vai até réu solto) e o perito acha por bem deixá-lo no Hospital, em observação. Há em torno de cinco pessoas que vão para o exame e ficam lá até a sua conclusão ou, concluindo, até um tempo maior, até que o médico ache por bem liberá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Kennedy Nunes) - Obrigado.

Justifico a ausência do professor Daniel Preve, que estava representando o Reitor e teve que sair porque está tendo compromissos com aulas, e registro também a presença da professora Derlei Catarina De Luca, membro do grupo Tortura Nunca Mais.

Antes de anunciarmos o próximo orador, gostaria de dizer que já estão chegando algumas perguntas aqui. Se alguém não quiser fazer a pergunta falando ao microfone, poderá mandá-la para a mesa para que as pessoas que estão aqui possam responder. Para inscrição ou para envio de perguntas basta levantar a mão que o pessoal do suporte vai auxiliar.

Passo a palavra, por até dez minutos (com o tempo que foi cedido pelo advogado da família da vítima), para o doutor Laércio Ventura, conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

O SR. LAÉRCIO VENTURA - Boa-noite a todos.

Quero parabenizar a iniciativa da Assembleia Legislativa e saudar o Presidente da Comissão, Deputado Kennedy Nunes. Gostaria de informar que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que eu represento hoje, é presidido pela doutora Denise Granja e atua junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Ao sermos convocados, o fato que mais nos chama a atenção é entristecedor. Temos conhecimento de que, historicamente, algumas pessoas eram violadas em seus direitos (ou sempre o foram), e gostaríamos de trazer uma pequena abordagem de algumas coisas importantes, até para que a sociedade reflita.

Sócrates, um dos maiores pensadores da humanidade, dizia que algumas pessoas que tinham dificuldades não deviam, à época, ser alimentadas. Isso proporcionava à sociedade um resultado muito rápido, pois se essas pessoas não fossem alimentadas, teoricamente, não sobreviveriam. Nós sabemos que Sócrates é um grande pensador, com apontamentos filosóficos que trouxeram avanços para a humanidade. Vemos que, à época, esse entendimento era um problema a ser resolvido, e percebemos que até mesmo no avançar da humanidade isso continuou ocorrendo como, por exemplo, com relação à questão dos negros, pois para os não abolicionistas os negros não tinham alma e, consequentemente, não eram gente. Também percebemos o mesmo no tocante ao processo de emancipação da mulher, pois havia discussões no sentido de que a mulher não tinha alma (historicamente, ela veio de uma costela de Adão). Estamos fazendo esse pequeno histórico para contextualizar que esse indivíduo sobre o qual vamos fazer a discussão da noite de hoje foi tratado como nos primórdios, foi tratado como um cidadão que não tinha alma, que não tinha uma posição social.

Existe uma pequena diferença, e nós precisamos ter isso muito claro, entre o que é deficiência e o que são problemas psiquiátricos ou problemas mentais. Há um grande hiato entre uma coisa e outra. Compreendemos que do grande grupo dos deficientes mentais podem fazer parte diversas pessoas, como autistas, portadores de síndrome de Down, portadores de síndrome de Williams, e isso não quer dizer que a pessoa tenha um problema psiquiátrico.

Um autista ou uma pessoa que tem síndrome de Williams, vocês já viram muitas vezes, não consegue ler um texto básico e arquivar aquele

conhecimento, mas tem uma facilidade muito grande, por exemplo, com idiomas ou com letras. Tem até um filme em que a criança é autista e tem facilidade de combinar números com a velocidade que nós, as pessoas ditas normais, não conseguimos. [Taquígrafa-revisora: Carla Grego Granato]

Eu gostaria de fazer menção ao doutor Pedro Rosa Neto, advogado do Conselho, e dizer que é preciso levar em conta essa grande diferença, que vai, acredito, servir para análises prévias, mesmo porque, ao analisar o processo, vamos vendo uma sequência de erros graves, desde a assinatura ou da prisão auditada pelo juiz ou quando se afirma no processo que a pessoa tem deficiência...Vou pedir um minutinho para abrir um arquivo aqui, e vocês vão acompanhando que a pessoa com deficiência não é apenas um tratado, leis, ou diretrizes de um país. E essa é uma visão muito clara que temos que ter, porque na Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, e na época se usava essa expressão, em 1971, pela Declaração das Nações Unidas, em seu item VI, diz o seguinte: "O deficiente mental deve ser protegido de toda exploração, abuso, ou tratamento degradante. Quando sujeito à ação judicial, deverá beneficiar-se de processo normal e legal que tenha em consideração o seu grau de responsabilidade em relação às suas faculdades mentais."

O que isso quer dizer? Que a pessoa com deficiência mental, via de regra, tem sob a sua responsabilidade um tutor. Estamos vendo em todo o histórico do Movimento Apaeano, da Apae, que essas instituições foram criadas e sempre apoiadas pelo Poder Executivo e por outros Poderes e que servem como um centro de reabilitação de estudos essas pessoas. Isso não quer dizer que essas pessoas não possam estar vivendo junto com seus familiares, porque nem todas as pessoas com deficiência mental são agressivas, muito pelo contrário, elas vão ser agressivas quando houver desencontro das suas necessidades. E isso quem compreende muito bem e sabe o que estou falando são as famílias, porque essa necessidade das pessoas com deficiência mental é muito particular. Essa discussão que se faz sobre o segmento da pessoa com deficiência é a leitura de quem vai se responsabilizar por essa pessoa até na ausência da família.

No item VII, dessa mesma convenção, diz o seguinte: "Se, em virtude da gravidade da pessoa com deficiência, certos deficientes mentais não puderem gozar livremente do seu direito ou se puser uma limitação, ou até em superação desse mesmo direito, o processo legal utilizado para essa limitação ou supressão deverá preservar legalmente contra toda e qualquer forma de abuso. Esse processo deverá basear-se numa avaliação da sua capacidades sociais (por isso a família e o tutor devem ser ouvidos) feito por peritos qualificados. Essa limitação ou supressão de direitos deverá compreender o direito de recurso a instâncias superiores."

Essa sequência de desconhecimento da lei levou ao fato que ocorreu. Estou lendo a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência Mental, de 1971, mas no ano de 2008 o Brasil, como outros, é signatário da convenção da ONU, um tratado de convenção que dá o direito e traz uma série de nomenclaturas novas, inclusive à pessoa com deficiência mental agora é chamada de pessoa com deficiência intelectual, que traz para um país todos os direitos legais ao cidadão.

Então, esquecemos todo aquele histórico de que essa pessoa não era produtora, de que não consegue viver em comuna e tem que ser tratada à parte. É lógico que temos uma preocupação quando verificamos que essas pessoas podem servir como uma grande lição para todos nós, porque o estado de direito ao apresentar o investimento que estamos fazendo em Segurança Pública... E eu acredito e sou um pensador de que quanto mais prisões e mais policiais tivermos na rua menos escolas estamos construindo e menos educação estamos disponibilizando para a nossa sociedade.

Essa audiência pública talvez sirva para uma coisa importante, pois no ano de 2004, quando fizemos os primeiros levantamentos das pessoas com deficiência nos presídios, uma coisa nos assustava: a ausência, principalmente, de recursos de saúde para essas pessoas. É lógico que a pessoa com deficiência (e também existem os bonzinhos, e não estamos aqui para mensurar o bem e o mal) comete deslize e precisa, lá na sua casa, na prisão, na cela, enfim, das condições de dignidade humana.

A acessibilidade lá é zero e o tratamento de saúde é zero, principalmente para essas pessoas que são portadoras, ou que utilizam de cadeiras de rodas, ou equipamentos para sua melhor qualidade de vida.

Espero ter contribuído, lembrando que cabe à Comissão de Direitos Humanos dizer que esse indivíduo - que deixou esse plano pelos fatos ocorrido, por maus tratos e levando-o à morte - deixou um tratado para que essas pessoas, quando foram dirigidas a esses centros prisionais ou alguém lhe der voz de prisão, possam... Porque temos outros segmentos que são as pessoas surdas que também precisam compreender para também ser feita a sua defesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Kennedy Nunes) - Muito obrigada por essa participação tão esclarecedora que às vezes precisamos ouvir para refletir melhor.

Passo a palavra ao doutor Leandro Alfredo, Presidente da Subcomissão de

Direitos Humanos da OAB, que tem como rotina a visita aos estabelecimentos prisionais e, em seguida, passaremos a palavra aos inscritos.

O SR. LEANDRO ALFREDO DA ROSA - Boa-noite, em nome da OAB/SC, representando o senhor Robinson Conti Kraemer, quero saudar o senhor Presidente dos trabalhos, os deputados e as demais autoridades e registrar a presença do doutor Alexandre Karazawa Takaschima, Juiz Corregedor, responsável pela 1ª Vara Criminal desta Comarca, faço o registro da sua presença pela sensibilidade com que tem tratado as causas da execução penal no nosso Município.

A Comissão de Direitos Humanos tem feito um trabalho árduo de acompanhamento, por isso quero registrar o trabalho do doutor Alexandre e das demais autoridades, e expor o trabalho que a OAB tem feito em favor da comunidade, da sociedade, dos advogados, e também externar meus cumprimentos ao doutor Rodrigo, nosso colega, que enfrentou esse lamentável episódio. Acredito que ele já registrou a sua carreira ao enfrentar uma situação dessas.

A OAB, assim que tomou ciência do fato, tentou fazer os encaminhamentos necessários para que esse episódio não passasse em branco. E dentro dessas prerrogativas que a OAB possui oficiamos junto ao inquérito policial que temos acompanhado. A OAB aqui se faz presente para auxiliar na busca por uma solução, porque a sociedade realmente necessita dessa resposta.

O fato tomou proporções até nacional e a OAB, neste momento, coloca sua bandeira como necessidade de estarmos ao lado da sociedade, não somente do advogado.

Como foi frisado no início, a Comissão de Direitos Humanos faz vitórias nas penitenciárias, nos presídios e caberá aqui ao senhor Adércio José Velter, que fez a sua explanação e como é o trabalho do Sistema Penitenciário Estadual, tratar melhor dessa questão. Sabemos que não é um trabalho gratificante estar visitando essas entidades, mas a necessidade se faz e esse tipo de fiscalização é importante para que possamos colocar a bandeira principal da dignidade humana em favor daquele que está segregado.

Ainda que preso, ainda que segregado, por hora pede apenas um direito que é o da liberdade, os demais a própria Constituição garante, o Pacto de São José da Costa Rica vem amparar nossa Constituição para garantir essas prerrogativas e essa dignidade humana deve ser preservada.

Sem maiores delongas, quero dizer que a OAB está presente para contribuir com o trabalho. Queremos parabenizar a Assembleia, pois, de plano, percebemos que conseguiu reunir os cérebros do nosso Estado, cada um na sua área, mas, com certeza, pessoas de extrema competência para hoje traçar uma linha retilínea em prol do objetivo de evitar que esse episódio, infelizmente lamentável, possa voltar a ocorrer.

A OAB apoia a família do senhor Valcir Ghislandi e a comunidade de Nova Veneza que aqui se faz presente, uma comunidade muito ordeira e muito respeitada.

Estamos aqui para contribuir com o debate e estamos à disposição para eventuais dúvidas ou questionamentos que a comunidade quiser fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Kennedy Nunes) - Obrigado doutor.

Passaremos para a participação da comunidade que está aqui presente, que fez a pergunta por escrito ou se inscreveu para falar.

Com a palavra a senhora Maria de Lourdes Zanelatto, cunhada do senhor Valcir Ghislandi.

A SRA. MARIA DE LOURDES ZANELATTO - Gostaria de perguntar para o senhor juiz, por que a juíza não compareceu aqui hoje. Aquela que estava cuidando do caso do Valcir Ghislandi. Ela atendeu a gente muito mal e pediu para buscar o pai da menina, porque ela queria conversar com ele, daí a gente foi e quando voltamos lá ela não quis mais atender, por quê? Eu quero uma resposta. Somos seres humanos, acho que tanto o rico quanto o pobre tem que ser atendido do mesmo jeito e fomos muito mal atendidos por ela. Por que ela não compareceu aqui hoje para olhar para nós, pelo menos?

O DR. GIANCARLO BREMER NONES - Como falei no início da minha apresentação, os magistrados catarinenses, aqui representados por sua Associação, estão aqui presentes para discutir junto com a sociedade catarinense soluções para o problema. Não é o objetivo dessa discussão a questão do procedimento adotado. Se houve equívoco ou não isso deve ser feito na esfera própria.

A juíza atuou no processo no período de janeiro, ele foi preso ainda no dia 19 e a partir do dia 1º de fevereiro já havia o titular que atuou no processo durante todo aquele mês. O processo teve suas fases próprias e analisando o processo ela adiantou esse procedimento de agregação de insanidade mental, ou seja, ela tomou as providências que estavam ao seu alcance.

Acredito que não é o objetivo aqui, Deputado Kennedy, ficar julgando ou não qual o procedimento adotado pela juíza. Tenho escutado aqui, e o doutor Alexandre pontuou, que ela não foi convidada para participar do ato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Kennedy Nunes) - Só gostaria de deixar aqui registrado que quando o Presidente da Associação dos Magistrados, doutor Paulo Ricardo Bruschi, esteve na Comissão, disse que a Associação dos Magistrados estaria aqui representando os seus membros para juntos discutir a questão de mais vagas, ou seja, que esse episódio fosse um tratado para que pudéssemos estar à frente não tendo mais essa condição. A juíza não foi comunicada, até porque já tinha sido dito pelo presidente da Associação dos Magistrados que ela não viria, porque quem estaria aqui representando o magistrado seria a associação.

Tem aqui outra pergunta da dona Roseli Boaroli: "Se a lei é bem clara (se não houver vaga no Hospital de Custódia, o Estado deve pagar um hospital particular), a juíza descumpriu a lei? A família se prontificou a pagar um hospital e a juíza não aceitou. Não teria sido ela um tanto radical?"

O doutor Paulo Ricardo, Presidente da Associação dos Magistrados, quando esteve na Comissão (e eu acho que tinha alguns familiares da vítima lá: a cunhada e o irmão estavam presentes) falou sobre todo o procedimento do dia em que pegou o processo da juíza. Inclusive foi colocado por ele o prazo que o advogado teve para devolver o processo, ou seja, ele passou aos membros da Comissão todo o procedimento, inclusive a certidão de óbito do senhor Valcir, e depois a declaração da Apae de que ele era aluno foi anexada. Todo o procedimento está aqui e houve esse esclarecimento por parte do Presidente da Associação dos Magistrados. Naquele dia (e o Deputado Comin estava junto lá) ele disse que foram cumpridos, por parte da juíza, os prazos estabelecidos pela lei. Foi colocada essa questão que a senhora falou de que a juíza não teria aceitado falar com a família e ele disse que isso deveria ter sido feito pelo advogado e não pela família.

Mas, gostaria de colocar (até porque tem outras pessoas aqui que não participaram dessa reunião e parece que ficou vago) que o esclarecimento foi feito naquela hora por parte do magistrado.

Passo a palavra ao doutor Giancarlo para saber como isso ficaria, neste caso, já que a lei diz que se não houver vaga no Hospital de Custódia, o Estado deveria pagar um hospital particular. A família se prontificou a pagar o hospital, então gostaria de saber o que deveria de ser feito nesse caso. O doutor Alexandre vai responder.

O DR. ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA - Na verdade, a previsão legal é que há possibilidade familiar de arcar com as despesas para a internação, mas não para a questão que era necessária para o senhor Valcir, que era a necessidade da realização de uma perícia. A possibilidade de colocar num estabelecimento particular é quando já tem aquela sentença mencionada pelo diretor do Hospital de Custódia de que é para cumprimento da medida de segurança, aí, sim, é possível o familiar arcar com as despesas desde que os estabelecimentos se responsabilizem em não haver fuga do interno. Nesse momento da realização da perícia não é possível via estabelecimento particular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Kennedy Nunes) - Temos uma pergunta do senhor Rodrigo Minotto, advogado, ao representante da Associação dos Magistratura Catarinense: "Doutor Giancarlo, qual o procedimento adotado pela Corregedoria da Magistratura a fim de verificar a responsabilidade do Estado/juiz(a) sobre o fato ocorrido, haja vista o interesse da família em resguardar o direito à saúde e à vida do segregado provisório, sendo esse dever do Estado e direito do cidadão?"

O DR. GIANCARLO BREMER NONES - No caso específico do senhor Valcir Ghislandi, eu não integro a Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina e não sei se foi dado início a algum procedimento, porque isso depende de provocação.

Agora, se formos falar no âmbito geral a respeito da preocupação do Poder Judiciário com o sistema carcerário, é importante frisar que desde o ano passado a Corregedoria fez visita em todos os estabelecimentos penais de Santa Catarina visando fazer um levantamento da situação e das carências. Eles estão realizando este ano mutirões carcerários em várias unidades para apurar a situação dos apenados (está aqui o doutor Alexandre que tem participado desses mutirões) e atualmente a Corregedoria tem se preocupado com o sistema socioeducativo com os adolescentes. Eles estão realizando inspeções em todos os estabelecimentos de Santa Catarina. Agora, no caso específico do senhor Valcir Ghislandi eu não saberia dizer, seria apenas com a Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Kennedy Nunes) - Tenho aqui a pergunta do senhor Pedro Rosa Neto: "Quanto à Casa de Custódia, sempre são cinco ou seis pessoas que vão para exame e ficam internadas. Significa dizer que então ficam reservadas vagas para esses casos? Se verdadeiro, então para retirar um detento da prisão uma dessas vagas poderia ser utilizada?"

O SR. NÉDIO ANTENOR BECKER - Senhor Pedro, como já disse anteriormente, o Hospital de Custódia não possui vaga alguma no momento e isso há bastante tempo. Nós realizamos semanalmente doze exames de sanidade mental com réus presos e também soltos e quando eles vêm para realizar o exame, mesmo que não tenha vaga, se o perito decidir que ele necessita ficar internado, de uma forma ou de

outra, ele vai ficar em algum lugar. É responsabilidade do médico, do perito, a partir do momento em que ele vem fazer a perícia, e se constatada a necessidade de ele permanecer internado ele vai ficar internado, sem dúvida alguma, seja ele preso ou solto.

No caso do senhor Ghislandi, eu queria dizer que o exame chegou a ser agendado, teve data para isso, só que infelizmente, pelo mínimo de exames que a gente consegue realizar, não houve tempo de ele ser submetido ao exame em que poderia ser constatado o grau da doença e se seria considerado penalmente imputável ou imputável; se ele seria condenado à pena comum ou a uma medida de segurança. Infelizmente não houve tempo para isso. Creio ter esclarecido.

Quero saber se o Adércio quer complementar mais alguma coisa?

O SR. ADÉRCIO JOSÉ VELTER - Senhor Presidente, há duas situações: quando o interno de uma unidade prisional vai ao HCTP para se submeter a alguma avaliação ele permanece internado lá por um período, de acordo com a avaliação do perito. Depois de medicado, retorna para a unidade prisional se não for constatada nenhuma outra gravidade ou enfermidade e então continua o tratamento na unidade prisional. (*Taquigrafa-revisora: Ione Terezinha Reis de Melo*)

Com relação ao senhor Valcir Ghislandi, em nome do departamento, eu busquei informações no presídio, e nós não tínhamos conhecimento, não foi passado para a unidade prisional qualquer documento que apontasse que o senhor Valcir tinha algum problema de saúde e que efetivamente fosse colocada, na pessoa do diretor, a obrigação de remetê-lo ao HCTP. Isso nós temos que fazer através de documento. Como não tínhamos, a gente aguardou o trâmite legal e, a partir disso, quando solicitado ao HCTP, se houvesse essa urgência e esse conhecimento, imediatamente o nosso diretor teria formalizado esse atendimento.

O SR. NEI ANTÔNIO ZANELATO - Boa-noite à mesa, às autoridades, aos Deputados, aos meritíssimos Juizes. Sou primo de segundo grau da vítima e falo em nome da família. Não estamos aqui para julgar ou condenar ninguém até porque não somos Juizes, somos, na realidade, as verdadeiras vítimas que hoje sofrem a dor calada e profunda de nossos corações.

Agradeço as palavras de consolo à família do doutor Leandro e pedimos de maneira encarecida que OAB, demais magistrados e autoridades competentes, na pessoa do Deputado Comin...

O Valcir Ghislandi é um caso feito água do leite do rio que passou e não volta mais. Pena que ainda estamos aqui reunidos discutindo nesses termos e nessas circunstâncias, pois deveríamos estar ocupados com a vida. Hoje deixamos nas mãos de Deus, como se diz popularmente e teologicamente, mas como Deus é representado pelas devidas autoridades com seus devidos ofícios, assim nós o fizemos.

Em nome de cada um de nós, agradecemos à Assembleia, aos direitos humanos, à OAB, aos meritíssimos Juizes e a todas as autoridades competentes.

O Valcir, hoje, está servindo como exemplo, pois ele não volta mais, já faleceu. Posso falar isso com argumentação por ser proprietário das terras onde morava a vítima, que não foi vítima, porque a única vítima foi o Valcir (*sic.*) Eu o conheci desde a infância. Uma alma muito pura, uma alma muito sagrada. (*Emociona-se.*)

Perdoem-me a emoção. Nós nos colocamos mais uma vez nas mãos das devidas autoridades para que façam a verdadeira justiça, a justiça da essência, a justiça da paz, da concórdia e da vida. É isso que nós pedimos.

Eu gostaria de agradecer à leda Nola, que foi presidente da Apae e que cuidou muito carinhosamente do Valcir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Vou ler a pergunta da senhora Derlei Catarina De Luca, membro do grupo Tortura Nunca Mais: "Quais as providências tomadas objetivamente? Todos lamentam, mas não explicam que medidas tomarão para punir os responsáveis, o carcereiro e o próprio magistrado."

O SR. LEANDRO ALFREDO DA ROSA - Senhora Derlei, a título de punição, como havia frisado anteriormente, a OAB tem acompanhado o inquérito policial do caso. Não vou entrar em detalhes, uma vez que ainda se está em fase de inquérito, segundo o doutor Rodrigo me passou, mas a autoria do fato já está apontada e o suposto agressor já foi identificado e indiciado. Nesse sentido, eu acredito que se for buscada a verdadeira justiça.

Há outros encaminhamentos tomados dentro da esfera administrativa. Eu poderia passar a palavra ao diretor do Deap, que poderá dar o melhor esclarecimento sobre como anda a investigação, se houve ou não alguma atitude incorreta dos agentes. Cada órgão está apurando dentro da sua devida prerrogativa. Acredito que os magistrados devem estar analisando a conduta da magistrada - isso já foi frisado pelo doutor Giancarlo.

Então, a OAB oficiou [a autoridade policial] para que toda movimentação do inquérito policial e informações sejam prestadas a ela. O doutor João Rosa, delegado responsável pelo caso, tem informado, e me parece que a título de punição, na esfera criminal, isso já tem um caminho bem traçado.

O SR. ADÉRCIO JOSÉ VELTER - Bom, na esfera prisional, desde que aconteceu a fatalidade, o diretor da unidade prisional imediatamente levou conhecimento à autoridade policial para instauração do inquérito. Também foi aberta uma sindicância administrativa para apurar os fatos, uma vez que há necessidade de se ouvir os agentes de plantão, os quais já foram ouvidos no inquérito policial.

E a Corregedoria da Secretaria de Justiça e Cidadania está acompanhando *pari passu* todo o andamento do processo.

O SR. LAÉRCIO VENTURA - Quando acionado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nós haveremos de levar uma cópia da ata e dos documentos à presidente da Comissão, a doutora Laís, que é representante do Conad da OAB. Com certeza a Comissão irá avaliar e também tomar encaminhamentos.

A pessoa que sofreu a agressão que, consequentemente, a levou à morte era uma pessoa com deficiência. E como eu disse na introdução dos trabalhos, o tratamento... não é que ele seja um ser humano melhor que outro, mas é um ser humano que realmente tem uma legislação específica.

Com certeza, haveremos de dar outros desdobramentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passo a palavra à senhora Priscila Cardoso, da ONG Anarquistas Contra o Racismo.

A SRA. PRISCILA CARDOSO - Boa-noite a todos. Também sou militante da luta antimanicomial e trabalhei por alguns anos no serviço de saúde mental do Município de Criciúma.

Tenho ouvido falas no sentido de ampliar vagas, e muito bem falou o nosso colega do Conselho Nacional que essas pessoas talvez deveriam estar enclausuradas por um tempo. Mas o Ministério da Saúde vem preconizando há muito tempo que os serviços de saúde mental, que o atendimento a pessoas portadoras de deficiência mental, de transtorno psiquiátrico, enfim, seja em regime aberto. E aí eu fico me questionando quando o diretor do Hospital de Custódia, o senhor Nédio, colocou que 80% das vagas do Hospital são, hoje, para cumprimento de medida de segurança.

No Brasil, a gente ainda não dispõe de pena de prisão perpétua. Então, quais são os projetos? Porque existe financiamento do Ministério para a reinserção social dessas pessoas. Ou elas vão passar o resto de suas vidas lá?

Eu também queria salientar que a gente está falando em segurança pública, mas acho que à frente disso vem a questão dos direitos humanos e da saúde mental dessas pessoas, porque elas precisam de um tratamento, de uma atenção.

Então, eu queria fazer esse questionamento para o diretor do Hospital: quais são os projetos que existem para a reinserção social dessas pessoas? Ou elas vão cumprir pena pelo resto da vida?

O SR. NÉDIO ATENOR BECKER - Foi bem colocado. É uma oportunidade única para a gente falar. A família do Ghislandi é louvável. Deu para ver que é uma família dedicada, cuidadosa, zelosa por um ente querido, porém a realidade que temos no Hospital de Custódia é totalmente adversa.

Veja a senhora que para os 143 pacientes que eu tenho hoje lá nós disponibilizamos três dias de visita na semana, às terças-feiras, às quintas-feiras e aos domingos, no entanto, somente de dez a quinze pacientes recebem visitas regularmente. Hoje o Hospital possui, dentro desses 80% que cumprem medida de segurança, pelo menos vinte que já não representariam risco à sociedade, que já poderiam ser postos em liberdade. Porém, quem cuidaria deles? Quais são os programas?

Muitos não têm família alguma, outros têm família mas ela se recusa a cuidar. Estamos trabalhando junto com o Ministério Público e conseguimos tirar alguns, pois o Ministério chama essas famílias.

O Instituto de Psiquiatria da Grande Florianópolis talvez pudesse cuidar dessas pessoas que não têm família, pois lá a estrutura é um pouquinho melhor que a nossa. Nós temos uma reunião agendada amanhã na Secretaria da Saúde com a diretora-geral para tratar desse assunto e de outros.

Então, a tua preocupação é a minha também. Eu acredito que o doente mental ou qualquer portador de deficiência estaria muito melhor com a família dele, porém, temos que ver a situação de cada um. E a gente trabalha realmente com muito afinco, com serviço social, com psicólogos, com psiquiatras, com o único intuito de conseguir colocar essas pessoas de volta à sociedade, ao seu convívio familiar. Trabalhamos em prol disso, porque acreditamos nisso. Estou no Hospital de Custódia há mais de dez anos e tenho 31 anos de sistema prisional. Infelizmente, eu vou atrás de novas vagas, porque sou cobrado por não internar, por algum outro motivo.

Por isso, para poder dar o atendimento que a pessoa merece, que a pessoa precisa, aqui fora os centros de atendimentos psicossociais, ainda em formação, não estão, eu acredito, com a atuação que deveriam estar.

Então, realmente falta alguma coisa para se fazer além disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Antes de passar para o doutor Rodrigo, que quer fazer uma pergunta, vou ler o questionamento da Janice e da Vânia, sobrinhas da vítima, ao diretor que representa o

secretário Justiniano: "Sendo que já havia comunicado ao presídio que ele era deficiente, por que o deixaram em celas juntamente com outros detentos e por que a morte dele foi comunicada apenas no dia seguinte? Ninguém viu isso antes?"

O SR. ADÉRCIO JOSÉ VELTER - Respondendo à Janice e à Vânia, eu vou passar o histórico de como ocorreram os fatos na unidade prisional. Isso está no livro de registro e faz parte do inquérito e de todas as investigações que até o momento estão em andamento.

Para que alguém ingresse na unidade prisional, tem que ter uma nota de culpa e um mandado de prisão, senão nós não permitimos que alguém venha acessar as dependências da unidade prisional e lá permanecer. (*Passa a ler*):

"Em 19 de janeiro de 2010, o senhor Valcir Ghislandi ingressou no presídio mediante nota de culpa por suposta infração ao art. 217-A do Código Penal. Em nenhum momento foi apresentado ao gerente do presídio qualquer documento informando que o recluso apresentava problemas de saúde nem tampouco seus familiares ou defensores relataram problemas de deficiência ao gerente da unidade prisional. Durante sua permanência na unidade, o recluso não apresentou qualquer alteração ou conduta que sugerisse um problema."

Eu quero deixar claro aqui que para quem está trabalhando na unidade prisional, o que vai fazer com que o gerente procure o HCTP é alguma alteração de conduta. E nós não temos o conhecimento técnico para avaliar se quem está lá tem deficiência ou não, pois precisaríamos da avaliação. Todos aqui sabem que ele era uma pessoa tranquila e ali permaneceu. (*Continua lendo*.)

"No dia 29 de janeiro de 2010, a Juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca proferiu decisão requerendo vaga no Hospital de Custódia. No dia 1º de fevereiro, o Juiz titular da Vara solicitou a vaga para exame no HCTP. Ocorre que existe um lapso temporal entre a decisão do Juiz e o órgão governamental ser oficiado efetivamente. Ou seja, o ofício solicitando o exame foi expedido ao HCTP em 5 de fevereiro. No dia 6, o diretor do HCTP tomou conhecimento e ficou aguardando a petição com a apresentação dos quesitos a serem apresentados para a avaliação."

Ou seja, esses quesitos dessa avaliação são os documentos apresentados ou pelo advogado ou pelo MP. (*Continua lendo*.)

"Entre a expedição do ofício e a chegada ao destino, existe um lapso temporal que não sabemos precisar, o mesmo ocorrendo entre o recebimento do ofício e a realização dos exames, eis que tanto a Defensoria quanto o Ministério Público podem apresentar ou sugerir novos quesitos para a avaliação."

Ou seja, o perito precisa saber quais são os quesitos que ele vai ter que avaliar, e tem também em mãos o processo. (*Continua lendo*.)

"No caso em tela, em 24 de fevereiro, o defensor pegou em carga o processo para a apresentação dos quesitos devolvendo-o em 1º de março. Sua petição foi juntada ao processo no dia 03 de março. Todavia, no dia 1º de março, por volta de 20h30min, os agentes penitenciários e plantonistas foram chamados pelos internos da mesma cela informando que Valcir estaria passando mal. Ato contínuo, foram chamados os bombeiros militares, onde foi constatado o óbito, sendo posteriormente assinado pelo IGP, e a Polícia Civil deu início ao processo de investigação."

Então, esse é o relato que foi colocado e que está sendo apurado em todo o inquérito. Na parte prisional, esses foram os encaminhamentos que foram dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passo a palavra ao Rodrigo Melo, advogado da família da vítima.

O SR. RODRIGO MELO - Eu gostaria de fazer uma pergunta ao doutor Pedro Rosa.

Em primeiro lugar, quero deixar bem claro que o senhor Valcir foi preso no dia 19 de janeiro de 2010 e que no dia 29 já tinha uma decisão de próprio punho da Juíza dizendo: "Há provas de que ele é deficiente mental. Solicito imediata transferência, porque ele corre risco de vida." Ela não disse solicito a imediata transferência após o advogado apresentar quesitos. Logo depois, veio a certidão de que não havia vagas.

Eu pergunto ao advogado Pedro se, a partir do momento que o próprio Juiz reconhece que a pessoa corre risco de vida e que há provas de que ele é deficiente mental, essa pessoa pode ficar no presídio aguardando vaga indefinidamente.

O SR. PEDRO ROSA NETO - É lógico que se houve uma determinação de uma Juíza ou de um Juiz, ele teria que ser retirado de lá, independentemente de haver vagas. Até mesmo porque dentro do processo tinha um documento dizendo que ele não poderia ficar lá e que ele teria que ter uma acompanhante da família, em função do caso dele.

Então, qual é o erro? Como o diretor do Hospital de Custódia nos explicou, se se determina que a pessoa vai ficar lá, ela vai ficar de qualquer jeito. Quer dizer, eles arrumam vaga de qualquer jeito para quem tem que ficar lá, cinco ou seis pessoas. Eu fiz essa pergunta porque eu tenho conhecimento dessa parte aí.

Então, no caso de uma determinação judicial, ele teria que ser transferido para lá e aceito de qualquer forma. Eles teriam que

arrumar um lugar, porque havia uma determinação judicial, e não dizer que não tinham vaga.

Quanto à questão de saber se ele era perigoso ou não, isso poderia ter sido feito na Colônia Santana ou no Maina, que são também públicos. Tem pessoas totalmente capacitadas para isso lá e é serviço público também, não é particular.

Então, se não tinha no Hospital de Custódia, poderia ter sido feito lá por funcionários públicos que dariam esse laudo.

O SR. ADÉRCIO JOSÉ VELTER - Senhor Presidente, me permite um aparte? Só para deixar claro, em nenhum momento foi dito... Diretor, você passou algum laudo dizendo que não havia vaga para exame? Foi agendada essa consulta, inclusive antecipada. Tem o atestado?

O SR. RODRIGO MELO - Sim. "Certifico que a doutora Karina, nesta data, ligou para o Hospital de Custódia, encaminhou um ofício e foi informada da inexistência de vagas." Tem uma certidão.

O SR. NÉDIO ATENOR BECKER - Eu quero esclarecer. Realmente nós temos a maior boa vontade para atender todos os pedidos que chegam ao Hospital. Mas cabe frisar novamente que nós somos o único órgão do Estado credenciado para a realização de exames de sanidade mental, realizados hoje por quatro peritos - há pouco tempo era por dois peritos.

Outra coisa: nós recebemos determinações judiciais constantemente. Agora vamos ver a possibilidade de a gente cumprir essas determinações. Eu, digamos assim, busco atender da melhor forma possível, tentando agendar o mais rapidamente possível. Conseguimos fazer um encaixe para o Ghislandi. Quer dizer, a gente fez o máximo que podia, com a consciência de que se ele fosse no dia do agendamento do exame e o perito chegasse à conclusão de que teria que ficar internado no Hospital porque lá seria um lugar para ele ser cuidado e tratado, ele teria ficado. Só que eu não posso... eu não guardo vaga nenhuma! As pessoas vêm fazer o exame e se se constatar que têm que ficar internadas, vão ficar internadas. Eu acato isso. Por isso que o Hospital está na situação em que está: com a capacidade 100% acima da ideal para tratamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Vou passar a palavra ao Deputado Valmir Comin, que tem algumas perguntas, mas antes quero registrar a presença da doutora Ana Paula Raupp Costa, diretora da Penitenciária Sul.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN - Eu gostaria de perguntar para a Associação dos Magistrados se a lei admite que pessoas com doenças mentais, como o caso do Valcir Ghislandi, permaneçam juntas com os presos comuns.

O SR. GIANCARLO BREMER NONES - Acho que há necessidade de considerarmos, como ponderou o Adércio, que a unidade prisional não tinha a informação de que o senhor Valcir Ghislandi era portador de algum tipo de deficiência e que necessitaria ficar separado dos demais detentos.

Eu acredito que se esse fato tivesse sido levado ao conhecimento da unidade, eles teriam tomado as devidas providências, até porque ele estava sob custódia do Estado, que, através da sua entidade prisional, deveria tomar as devidas cautelas para garantir a integridade do senhor Valcir Ghislandi.

O SR. ADÉRCIO JOSÉ VELTER - Eu queria contribuir dizendo que em todas as unidades prisionais do Estado há uma separação dos internos que entram por crimes contra os costumes. Então, ele estava alojado em uma ala diferente das demais, dita ala de seguro da unidade prisional - claro, sem termos o devido conhecimento dos problemas mentais. *(Taquiografa-Revisora: Sibelli D'Agostini)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN - Eu queria perguntar para o senhor Nédio Antenor Becker: Antenor, você não sabia da informação da Juíza de que o senhor Valcir teria que ser transferido imediatamente ao Hospital de Custódia porque corria risco de morte no Presídio Santa Augusta?

O SR. NÉDIO ATENOR BECKER - Não. Eu tinha a informação de que seria para interná-lo para fins de realização de exames de sanidade mental. Não sabia que corria risco, porque nos casos de risco, como eu já citei anteriormente, os próprios gerentes, diretores de presídios e penitenciárias, quando vislumbram a possibilidade de que algum preso esteja em surto, psicótico, agressivo, causando transtorno a ele e aos demais, solicitam uma avaliação psiquiátrica lá, colocando os sintomas que ele venha apresentando, como falando sozinho, batendo a cabeça, ouvindo vozes, ou seja, o que ocorre com o doente mental em surto. Seria isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN - Eu gostaria que você fosse bem prático, bem objetivo. Você sabia ou não da informação da própria Juíza de que o senhor Valcir deveria ser transferido imediatamente?

O SR. NÉDIO ATENOR BECKER - Eu sabia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN - Em função do risco que corria?

O SR. NÉDIO ATENOR BECKER - Não. Eu recebi a determinação de internação para fins de exame de sanidade mental. Eu

estou bem claro nisso: recebi a determinação de internação para fins de exame de sanidade mental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - A senhora Ivonete, irmã da vítima, pergunta: se não havia vaga em Florianópolis, por que não liberaram para que fosse internado em uma clínica particular que a família havia conseguido?

Deixe-me ver se eu entendi, doutor Takaschima: para ter essa liberação é preciso fazer o exame? É isso? Eu estou tentando fechar uma ideia... O senhor falou que para que pudesse ser autorizado que ele fosse tratado por uma clínica paga pela família, primeiro era preciso ser feito o exame. É isso?

O SR. ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA - Isso. A questão da internação em estabelecimento particular é quando já comprovada a questão da prática do crime e é aplicada a medida de segurança; ele já está cumprindo a medida de segurança, daí, sim, é possível um estabelecimento particular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Então eu poderia responder à senhora Ivonete que não houve a liberação porque não fizeram o exame. É isso?

O SR. ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA - Isso. Nessa primeira fase é uma deficiência da nossa lei, efetivamente. E acho que este é o momento... Durante o debate estava pensando nessa questão, e como já frisado pelo doutor Giancarlo, faço parte do Núcleo Operacional de Execução Penal aqui no Estado e farei uma sugestão no sentido de gestionarmos com relação... Até agora estávamos pensando, com relação ao portador de necessidade especial (deficiência mental), na questão da sua periculosidade, e não como sujeito de direito com relação à necessidade da garantia dos seus direitos fundamentais. Nós sempre pensamos no preso portador de necessidade especial quanto à sua periculosidade, que é o motivo para ser aplicada a medida de segurança.

Não sei quais serão os resultados desta audiência pública, mas com relação a esse fato específico - e foi neste momento da audiência pública, a partir das palavras do doutor Laércio, que caiu a ficha -, há necessidade de mudança. Não há previsão legal, mas podemos tentar aqui no Estado, via Corregedoria, mudar esse procedimento com relação aos portadores de necessidades especiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Já é um grande avanço. *(Palmas.)*

Eu gostaria de colocar que participei da primeira vez em que o doutor Rodrigo esteve lá na Comissão, depois o presidente da Associação dos Magistrados Catarinense foi lá e falou, e hoje, lendo um pouco o processo que me foi passado e ouvindo o pessoal do Hospital de Custódia da Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania (como sou jornalista, gosto muito de analisar os fatos, até para conseguir buscar o fio da meada), observo algumas questões.

Está aqui no processo uma determinação da Juíza Karina Maliska, na folha 67, que diz o seguinte: "Por outro lado, há provas de que o acusado é portador de retardo mental, estando aposentado por invalidez conforme declaração do médico, doutor Cláudio Norbetti. Sendo assim, o encaminhamento ao local adequado, no caso do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, é medida que se impõe para que seja preservada a vida do acusado." Ela escreve e impõe. "Oficie-se ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, requerendo vaga com urgência." Eu não sou advogado, mas para mim essa é uma determinação da Juíza, que data do dia 29 de janeiro de 2010, dez dias após ele ser preso.

Eu tenho aqui, do dia 1º de fevereiro de 2010, uma certidão assinada por Márcio Alexandre May que diz: "Certifico para os devidos fins que nesta data, 1º de fevereiro, a doutora Kalina Maliska, Juíza substituta, manteve contato telefônico com o senhor Nédio Antenor Becker, diretor do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis, sendo por este informada da inexistência de vaga para a transferência do indicado Valcir, consoante determinado na decisão retro. O referido é verdade e dou fé." Então a Juíza determinou e o Estado disse que não havia vaga. O.k? Contato telefônico feito pelo senhor Márcio.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Décio Góes, que tem alguns encaminhamentos, mas a palavra do Juiz Corregedor em fazer isso já é um grande avanço. Se eu for analisar o que está escrito, eu, que sou leigo, entendo que a Juíza requereu uma vaga, daí foi perguntado ao senhor Nédio e ele disse que não tinha vaga. Mas parece que deveria ser feito antes da vaga ou deveria estar aqui esse exame, conforme dito pelo meritíssimo, que comprovaria a insanidade dele. Eu estou colocando aqui o que vejo.

Então, eu entendo que esta Comissão - e vou propor já como forma de encaminhamento - deva fazer um levantamento de todas essas três reuniões que já aconteceram e verificar com o Executivo, ou buscar a força do Ministério Público, para que haja, primeiro, o fator... Como disse o senhor que falou em nome da família, não há como voltar no tempo, e o sentimento de perda é difícil, mas que a partir de agora outros Valcirs não sofram, outras famílias não sofram o que vocês *(dirigindo-se aos familiares do senhor Valcir Ghislandi)* estão sofrendo.

Infelizmente é isso o que acontece no Poder Público hoje: alguém tem que pagar o preço para que o assunto seja discutido.

Eu entendo que nós deveremos procurar unir forças, a OAB, a Assembleia Legislativa, a Associação dos Magistrados Catarinense, o Tribunal de Justiça, enfim, para exigir que o governo do Estado abra mais vagas. Entendo a posição da jovem que falou sobre a luta antimanicomial, que teve seu dia comemorado na semana passada, mas nós precisamos de mais vagas para que seja feito esse laudo. Eu acho que esse é um primeiro procedimento.

Concedo a palavra ao Deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES - Eu acho que foi uma audiência pública que nos ensinou várias questões, e a gente tem procurado discutir na Assembleia Legislativa o sistema penal catarinense, um assunto recorrente. Não estamos discutindo agora só porque houve esse caso, temos discutido bastante esse tema, porque nos preocupa como está sendo conduzido o sistema no Estado, suas falhas, apesar da boa vontade dos profissionais envolvidos. Nessa situação aqui, parece que todos somos vítimas desse processo.

Eu me solidarizo com todas as vítimas desse processo, com a família do senhor Valcir, e acho que as palavras do doutor Alexandre, corregedor, já justificam este encontro. Esta audiência, por si só, faz um apelo para que o caso seja apurado, servindo de lição para que se corrija o sistema. Mas uma questão me preocupa, e aqui estamos tratando de direitos humanos: Santa Catarina não assinou o Plano de Ações Integradas para a Prevenção e o Combate à Tortura no Brasil, que é um plano do Governo Federal.

Eu vou apresentar a vocês uma proposta, além dos dois encaminhamentos que já tivemos. *(Passa a ler.)*

"Relatórios de organizações nacionais e internacionais, como a Anistia Internacional, o Centro de Justiça e Pelo Direito Internacional, a Pastoral Carcerária, a Associação dos Cristãos pela Abolição da Tortura, o Centro de Justiça e Paz, o Grupo Tortura Nunca Mais, colocam o Brasil numa lista de países que têm muito a fazer pelos direitos humanos." O nosso presidente do Conselho está aqui, ele participa da Secretaria Especial de Direitos Humanos e sabe disso e eu acho que realmente nós temos muito a avançar na área dos direitos humanos. Por isso o Presidente Lula, sensível do jeito que é, criou a Secretaria Especial de Direitos Humanos. *(Continua lendo.)*

"Discutir e aprofundar o enfrentamento da tortura e tentar erradicá-la decorre de vocação política, da necessidade de garantir o cumprimento da Constituição - é recomendação da comunidade internacional. É tarefa dos governos, mas também é tarefa de todos nós, de toda a sociedade brasileira comprometida com um país bom de viver.

Tortura é crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, conforme a Constituição brasileira. O trabalho de erradicar a tortura é tarefa permanente, e temos certeza que o Estado brasileiro pode e deve avançar neste campo.

Considerando as constantes denúncias de tortura nas prisões que acontecem no Estado de Santa Catarina; considerando a necessidade de prevenir o abuso do poder, o uso excessivo da força e a discriminação; considerando que o Governo Federal tem uma Coordenação Nacional de Combate à Tortura; considerando que as denúncias de tortura por parte dos agentes públicos são investigadas pelos próprios agentes públicos, propomos que se aprove nesta audiência pública a indicação ao Governo do Estado para que assinie o Plano de Ações Integradas para a Prevenção e o Combate à Tortura no Brasil, do Governo Federal, e se comprometa a criar o Comitê de Combate à Tortura, com voluntários com poderes de visitar as prisões, entrevistar prisioneiros, encaminhar denúncias de tortura e propor soluções. A composição seria: um representante do Governo do Estado, um representante do Legislativo, um representante da OAB, um representante da Pastoral Carcerária, um representante do Grupo Tortura Nunca Mais e outros que sejam propostos aqui na audiência.

Eu penso que é hora de Santa Catarina se juntar aos demais Estados brasileiros, senhor Presidente, e combater sem tréguas essa vergonha nacional assinando o Pacto de Combate à Tortura no Brasil."

Eu preparei esta proposta para levar à Comissão de Direitos Humanos, mas se a gente entender que é uma proposta razoável e que mereça a aprovação como encaminhamento desta audiência pública, ela sairia com mais força.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Nós vamos aceitar, e essa proposta será enviada para a Comissão e para o restante dos grupos.

Doutor Takaschima, não abusando da sua bondade, mas quando o senhor falou com relação à ideia que deu o nosso convidado, ele não estava na sala, portanto, seria interessante que ele pudesse ouvir, porque foi a partir da fala dele *(referindo-se ao doutor Laércio Ventura)* que o senhor pôde dar essa sugestão. Foi a partir da fala do doutor Laércio que o doutor Takaschima pensou em levar algo para o Tribunal.

O SR. ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA - A nossa lei, infelizmente, com relação ao portador de necessidade especial, no caso específico dessa questão de deficiência mental (o conceito operacional eu não sei ao certo), se preocupa com a coletividade, com a questão da periculosidade do agente, tanto que as medidas de segurança são para que eles... Eles ficam lá no Hospital de Custódia se considerados perigosos, senão eles voltam para o Presídio Santa Augusta, por exemplo.

O que nós precisamos é avançar no tratamento necessário diante da especificidade, da sua situação peculiar. E para isso, eu acredito que não seria necessária a alteração da lei, seria só em nível federal, mas através de ato da própria Corregedoria normatizando em relação a essa questão, qual o procedimento que obrigatoriamente teríamos que adotar (na verdade, há uma omissão da lei com relação a essa necessidade especial, que seria eventualmente o caso do Ghislandi) para que não ocorra mais isso.

E foi a partir da fala do senhor *(dirigindo-se ao doutor Laércio Ventura)* que comecei a refletir sobre esse fato, e acredito que não seja tão distante essa possibilidade de mudança. Acho que a ideia é válida, com certeza precisamos buscar a melhoria da melhoria da estrutura, de profissionais, mas acredito que seja possível uma mudança dessa visão peculiar com relação ao portador de necessidade especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, doutor Takaschima.

Passo a palavra ao Deputado Valmir Comin, que tem mais duas perguntas, a fim de que possamos seguir para o encerramento da nossa audiência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN - Vou novamente me dirigir ao Nédio Becker.

Quantos presos provisórios hoje estão aguardando vaga no Hospital de Custódia e quantos presos já condenados, por medida de segurança, aguardam vaga?

O SR. NÉDIO ANTENOR BECKER - Precisamente, a pergunta para mim é realmente difícil de indicar, mas eu tenho esse cuidado... O nosso percentual de cumprimento de medida de segurança gira em torno de 80% do total de internos hoje, e temos os outros 20%, que eu não sei precisar, porque nós também fazemos exames a réus soltos. Agora, dos internos, eu devo ter uns três ou quatro, não vou precisar um número certo, mas tenho alguns que estão internos a partir da realização do laudo - até possivelmente um ou outro seja solto -, que ficou interno para a realização e conclusão do laudo em função do estado em que ele se encontrava quando veio fazer o exame.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Antes de encerrar, eu gostaria de passar ao membro do Conselho todo o processo desse caso específico, desde a prisão até a certidão de óbito, para que possa, como falou, lá no Conselho Nacional, ser vista alguma possibilidade de se buscar a responsabilidade.

(Procede-se à entrega de todo o processo do caso Valcir Ghislandi ao doutor Laércio Ventura, membro do Conselho.)

Gostaria também de pedir que a assessoria da Comissão encaminhe cópia da ata taquigráfica desta audiência pública, impressa ou de forma digital, à OAB, à Secretaria de Justiça e Cidadania, à presidência da Associação dos Magistrados Catarinense, ao Conselho Nacional, à Corregedoria, para que tenham registrado tudo o que foi falado aqui. E nós nos comprometemos, deputado Valmir Comin e doutor Rodrigo, que nos trouxe esse caso, que na próxima reunião da Comissão estaremos passando tanto o que foi tratado aqui como também a proposição do Deputado Décio Góes à nossa presidente e aos demais membros a fim de que possamos fazer algum encaminhamento e finalizar esse processo. E prometemos passar às mãos do doutor Rodrigo e também para a família as informações sobre qual foi o papel e quais foram os avanços propostos para a questão que foi discutida no dia de hoje nesta audiência.

Concordam com isso? *(A plenária aquiesce.)*

Para as suas considerações finais, eu passo a palavra ao Deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES - Eu queria só agradecer a participação de todos, à família que nos deu depoimentos extremamente verdadeiros e que nos tocaram bastante, a todos que participaram do debate e nos ajudaram a compreender melhor esse caso, que reflete como o nosso sistema prisional precisa evoluir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passo, agora, a palavra ao Deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALMIR COMIN - Quero primeiramente agradecer a presença de todos e parabenizar o doutor Alexandre pela humildade e grandeza de expor, perante a sociedade, uma situação na legislação que precisa de correção, que é adequada a lei à realidade que nós estamos vivendo. Quem sabe com isso os Valcirs brasileiros não precisem passar pela situação ocorrida no Presídio Santa Augusta.

Eu fico consternado pela família e digo que o espírito vive e está presente. É claro que a dor da perda é de valor irreparável, mas que Deus ilumine cada um. E esperamos que a contribuição e a participação de cada um aqui possam servir para os encaminhamentos necessários às autoridades competentes.

Um abraço a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Agradeço a participação de todos e, para encerrar, proponho que todos fiquemos em pé e façamos um minuto de silêncio em homenagem à memória da verdadeira vítima de todo esse processo, que é o senhor Valcir Ghislandi.

(Os participantes se levantam e ficam um minuto em silêncio.)

Assim, damos por encerrada esta audiência pública, desejando a todos um bom retorno aos seus lares.

DEPUTADO KENNEDY NUNES

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e cinco de maio de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares, Elizeu Mattos, Antônio Aguiar, Joares Ponticelli e Darci de Matos que substituiu Cesar Souza Junior até as 9h40min. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 10ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar às matérias em pauta. O **Deputado Marcos Vieira** relatou à Medida Provisória n. 00170/2010, exarou parecer favorável às emendas aditivas, que colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Elizeu Matos** exarou parecer de voto vista favorável, com emenda substitutiva global ao Projeto de Emenda Constitucional n. 003.1/2010, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, concordando com o desmembramento do Projeto de Lei n. 393.9/09, este encaminhado ao relator Deputado Cesar Souza Junior; o Projeto de Lei n. 0254.0/2007 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei n. 0468.0/2009 exarou parecer de voto vista pelo arquivamento e sua conversão em indicação ao Poder Executivo, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei n. 0133.2/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou o Projeto de Lei nº 0116.1/2010, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0186.4/2009 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0064.6/2010 exarou parecer favorável com emenda editiva, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Cesar Souza Junior, o Projeto de Resolução n. 0003.4/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei 0124.1/2010 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei nº 0115.0/2010, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0112.8/2010 exarou parecer favorável com emendas modificativa e supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e os Projetos de Lei nºs 0129.6/2010, 0084.0/2010 e o 0063.5/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0126.3/2010 exarou parecer pela diligência, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Décio Góes** relatou o Projeto de Lei nº 0130.0/2010 relatou parecer contrário, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0113.9/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0026.0/2010 exarou parecer de voto vista pela aprovação com emenda

substitutiva global, que posto em discussão, foi encaminhado ao relator Deputado Antônio Aguiar. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0005.1/2010, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Cesar Souza Junior** relatou os Projetos de Lei nºs 0607.4/2009, 0566.1/2009, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0060.8/2009 exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Décio Góes; o Projeto de Lei Complementar nº 011.0/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Antônio Aguiar. O **Deputado Dirceu Dresch** exarou parecer de voto vista contrário ao Projeto de Lei nº 0271.0/2009, que posto em discussão, foi encaminhado ao relator Deputado Romildo Titon. O **Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos de Lei nºs 0104.8/2010, 0114.0/2010, 0118.3/2010, 0125.2/2010 e o 0142.3/2010, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei n. 0138.7/2010, 0140.1/2010 e o 0144.5/2010 exarou pareceres pela diligência interna, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Emenda Constitucional nº 0005.3/2010 exarou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei Complementar nºs 0026.6/2010 e 0025.5/2010 exarou pareceres favoráveis, este último com Emenda Modificativa, que colocados em discussão, foram cedidos para vista em gabinete ao Deputado Décio Góes e o Projeto de Lei nº 0132.1/2010 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Mabel Santos da Silva, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 2010.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 06 DE ABRIL DE 2010, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES, Nº 02.

Às onze horas do dia seis do mês de abril do ano de dois mil e dez, reuniram-se, sob a Presidência da *Deputada Ana Paula Lima*, os *Deputados: Kennedy Nunes, Onofre Agostini*, representado pelo *Deputado Darci de Matos, Odete de Jesus, Valdir Cobalchini*, representado pelo *Deputado Antonio Aguiar* e o *Deputado Valmir Comin*, convidado. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação a Ata da 1ª Reunião Ordinária, do dia dezesseis de março de dois mil e dez, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida a Presidente, passou a palavra ao *Deputado Kennedy Nunes*, que relatou o projeto: **PL/0504.9/2009**, aprovado por unanimidade; *Deputada Odete de Jesus*, relatou o **PL.0014.7/2010**, aprovado por unanimidade, a Presidente *Deputada Ana Paula Lima*, relatou o **PL.0338.2/2007**, pedido vistas a Deputada Odete de Jesus. Em deliberações a Presidente fez o convite da Audiência Pública, 07/04/10, às dezenove horas, no Plenarinho, discussão dos Projetos de Lei PL/0007.8/2010 e PL./0008.9/2010, autoria Deputado Cesar Souza Júnior; passou a palavra Senhora Zeli da Silva, Presidente do Centro de Atendimento a Mulher de Rio do Sul, relatou a situação desvio de finalidade do imóvel, ficou acertado que os Membros da Comissão farão visita no dia 12/04/10, às 10 horas. Dando andamento falou a Presidente da Associação dos Agricultores Rurais de Imbituba, questão das terras de posse, visita em loco no próximo dia 09/04/10, às 14 horas; em seguida passou a palavra ao Presidente da Associação da Magistratura Catarinense, Dr. Paulo Bruschi, relatou a questão do processo Criciúma, caso da denúncia violação dos Direitos Humanos, presença também do advogado da vítima Dr. Rodrigo Melo, o irmão Valmor e cunhada Maria Ghislandi, foi questionado pela Deputada Odete de Jesus, Valmir Comin, Kennedy Nunes e a Presidente, acordaram que será feita uma Audiência Pública em Criciúma Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu, M^{re} de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 2010.

Deputada Ana Paula Lima

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA 16ª LEGISLATURA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA.

Às onze horas do dia primeiro de abril de dois mil e nove, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado Padre Pedro Baldissera, amparado no § 1º do artigo 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião da Comissão de Pesca e Aquicultura, referente à 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença dos deputados Adherbal Déba Cabral, Darci de Mattos, Reno Caramori, Professor Grandó e Edson Andriano. O Senhor Deputado Padre Pedro Baldissera abriu a reunião agradecendo as presenças. Foi registrada a presença dos Srs. Paulo Marcondes da DRT/SC, Ivo da Silva Presidente da Cofederação de Pesca e C. Cerutti da SEAP/SC. Na seqüência a palavra foi franqueada aos nobres deputados. Ficou acertado que na reunião do próximo dia 15 de abril eles serão ouvidos sobre o balisamento da pesca da tainha. Dado a importância desta reunião com o setor pesqueiro o Deputado Deba solicitou a inclusão do SINDIP e dos Sindicato Dos Pescadores entre os convidados e o Deputado Andriano fez a sugestão de não convidar o IBAMA e a polícia ambiental. Ambas as solicitações foram aprovadas. Ficou decidido que a reunião prevista para o dia de vinte e nove de abril dicutirá sobre o seguro defeso dos pescadores artesanais. Também foi feita a escolha do vice - presidente da comissão sendo eleito o Deputado darci de Matos. Por solicitação do Deputado Padre Pedro será solicitado espaço junto a mesa da ALESC para que o Ministro da Aquicultura e Pesca, Sr. Altemir Gregolim, seja convidado a expor, numa sessão da Assembleia, o programa da Aquicultura e Pesca para o país, com destaque para o plano de ações para Santa Catarina.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2009

Deputado Padre Pedro Baldissera

Presidente da Comissão

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2010

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS EM IMPRESSORA DE GRANDE PORTE MARCA CANON IR 105, INSTALADA NA COORDENADORIA DE DIVULGAÇÃO E SERVIÇOS GRÁFICOS DA ALESC.

DATA: 09/06/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 09 de junho de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 27 de maio de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 760/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 018/2010, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DO GABINETE DA 3ª SECRETARIA**

EMPRESA VENCEDORA: GPL CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 96.000,00

Valor Negociado: R\$ 96.000,00

Valor Global do Último Lance: R\$ 96.000,00

Florianópolis, 25 de maio de 2010.

HELIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS**Extrato N.º 091/2010**

REFERENTE: Contrato CL n.º 031/2010 celebrado em 14/05/2010, oriundo da Inexigibilidade de Licitação CL nº 012/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Saúde Com. Ltda

OBJETO: A contratação da empresa SAÚDE COM LTDA., para que, através da mesma e dentro do Projeto "O Brasil em Debate" criado pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o médico Dr. Jairo Bouer ministre a palestra com o tema "Jovem X Risco", onde serão discutidos assuntos relacionados com as peculiaridades do tema.

VALOR: R\$23.000,00 (vinte e três mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 012/2010 (art. 25, II, III e § 1º da Lei 8.666/93); Autorização para Processo Licitatório 031/2010-LIC; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 14 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

Tiago Albanese- Procurador da Saúde Com Ltda

*** X X X ***

EXTRATO Nº 092/2010

REFERENTE: Contrato CI n.º 032/2010, celebrado em 21/05/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Delta Editora e Serviços Gráficos Ltda.

OBJETO: Confecção de 150.000 (cento e cinquenta mil) cartilhas/gibis para a campanha lançada pelo Ministério Público de Santa Catarina intitulada de "BULLYING, isso não é brincadeira!" com base no Termo de Cooperação Técnica nº 066/09 celebrado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, conforme especificações contidas no ANEXO I do Edital e proposta da contratada.

VALOR GLOBAL: R\$19.500,00 (dezenove mil quinhentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 017/2010; Autorização para Processo Licitatório n.º 0027/2010-LIC, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe

Florianópolis, 21 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC.

Elieser de Aguiar- Sócio proprietário

*** X X X ***

EXTRATO Nº 093/2010

REFERENTE: Distrato ao Contrato CI n.º 022/2009, celebrado em 13/08/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Graves e Agudos Comércio de Instrumentos Musicais Ltda.

OBJETO: Distrato parcial do Contrato CI nº 022/2009, que teve como objeto a aquisição dos equipamentos adjudicados no Pregão nº 027/2009, para ajustar a reversão dos itens 2.1.43, 2.144 e 2.1.45, com todos os seus componentes descritos no instrumento de distrato nº 001/2010, referente à aquisição de equipamentos para os sistemas de sonografia do hall de acesso principal, plenário, auditório, sala das comissões do Palácio Barriga-Verde e para as sessões itinerantes do Poder Legislativo.

VALOR: 10.404,69 (dez mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta e nove centavos)

FUNDAMENTO LEGAL E ADMINISTRATIVOS E MOTIVAÇÃO:

Lei n.º 8.666/93; Art. 78, incisos XII e XIII, c/c art. 79, II, e § 2º, todos da Lei nº 8.666.

Decisão da Mesa, de 05/05/2010, proferida nos Autos do Processo de Sindicância nº 001/2010, ao entendimento de que sobreveio a desnecessidade dos bens adquiridos, afastando do interesse público a manutenção do item no acervo patrimonial.

Florianópolis, 18 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Flávio P. Marcelino- Graves e Agudos Com. Inst. Musicais Ltda

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO 158/10****ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE - FAMÍLIA FELIZ**

Ofício nº. 0074

ILMO. SR.

MANOEL MOTA

M.D. Deputado Estadual do Estado de Santa Catarina e Presidente da Comissão de trabalho, Administração e Serviços Públicos. Florianópolis/SC

Cumprimentando-o a Vossa Senhoria, venho através deste informar que, conforme prevê a **Lei de nº 14.182 de 01/11/2007, Art. 3º**, estamos enviando relatórios de atividades Sociais do exercício/anual de 2009, (em DVD), declaração que a entidade

permanece cumprindo os requisitos exigidos por Lei, para **CONCESSÃO** da declaração de **Utilidade Pública Estadual** e Balancete Contábil da Associação Beneficentes Família Feliz.

OBS: Declaramos que a **Associação Beneficente Família Feliz**, permanece cumprindo os requisitos exigidos por Lei da **CONCESSÃO da Utilidade Pública, Municipal e Estadual**.

Sem mais para o momento, e, estamos à inteira disposição da Vossa Senhoria. Aproveitamos o ensejo, para reiterar votos de estima e distinta consideração.

Associação Beneficente Família Feliz

Daniel Fernandes

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 27/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 159/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE

Mantenedora do: Centro de Desenvolvimento Humano São Miguel - CDH Of.nº. 60/10 São Miguel do Oeste, 19 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor

Gelson Merisio

Presidente da Câmara de Deputados SC

Prezado Senhor,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Miguel do Oeste vem mui respeitosamente encaminhar as Vossa Senhoria Relatório de Atividades desenvolvidas nesta instituição o ano de 2009 para que esta possa continuar com o reconhecimento da Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que temos para o momento.

Anteciosamente,

Ferdinando Donada

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 27/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 160/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRAIBURGO ESCOLA ESPECIAL "MARIA FREY"

Fraiburgo(SC), 21 de maio de 2010.

Exmo.Sr.

DEPUTADO GELSON MERISIO

DD Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - Palácio Barriga Verde

88020-900 - Florianópolis - SC.

Prezado Senhor,

Em cumprimento ao Art. 3º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, em anexo estamos enviando os documentos abaixo relacionados para a manutenção do reconhecimento de utilidade pública estadual de nossa entidade:

- Relatório de Atividades relativo ao exercício de 2009,

- Atestado de funcionamento, expedido pelo Prefeito Municipal de Fraiburgo,

- Certidão atualizada do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e

- Balancete contábil de 2009.

Sem mais, agradecemos

Atenciosamente,

Cesira Silva

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 27/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 161/10

CLUBE DE CAÇA E TIRO BADENFURT

SCHÜTZENVEREIN BADENFURT

Blumenau, 22 de maio de 2010

Excelentíssimo Senhor:

Presidente Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Estado de SC

Cumprimentando-o cordialmente, a entidade Clube de Caça e Tiro Badenfurt, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.626.730/0001-67, com sede na rua Heinrich Hemmer, nº 3000, no bairro Badenfurt, na cidade de Blumenau, CEP 89070-200, no telefone (47) 3334-1901, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente Osmar José Passold, inscrito no CPF 222.950.549-15, na cidade de Blumenau, vem perante Vossa

Excelência **declarar** que permanece cumprindo os requisitos exigidos para concessão de declaração de Utilidade Pública Estadual, nos termos do dispositivo no parágrafo único do art. 3º, Inciso II, da Lei Estadual nº 14.182, de 01.11.2007.

Por ser verdade, firma-se a presente declaração.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,
Osmar José Passold
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 27/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO 162/10

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TGP/GAP-4499/2010

Florianópolis, 18 de maio de 2010

Senhor Presidente,

Exmo Sr.

Deputado GELSON MERISIO

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Dr. Jorge Luiz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis-S.C

Cumprimento-o cordialmente, encaminho a Vossa

Excelência, em conformidade com o disposto o artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 202/2000 e artigo 296 da Resolução Nº TC 06/2001, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina do **primeiro trimestre de 2010**, compreendendo uma resenha no papel de ente fiscalizador, bem como de centro de competência estatal, abrangendo Balancetes e Empenhos, Relatório de Auditoria Interna TCE nº 15/2010, Relatório das Diárias e cópia dos processos licitatórios referentes ao período de abrangência.

Os procedimentos descritos nos documentos em anexo tendem a demonstrar a política deste Tribunal de disponibilizar, com transparência e solicitude, todas as informações necessárias, de modo a fazer cumprir o que determina a Constituição Estadual.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e das Comissões Legais da nobre Corte Legislativa do Estado para quaisquer outros esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Conselheiro WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 27/05/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 784, de 27 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1141	Laura Brasca	15	20/05/10	0942/2010
0456	Edemir Vitor Pereira	30	24/05/10	0941/2010

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 785, de 27 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0896/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER ao servidor **NILVALDO MAURICIO ERCKMANN**, matrícula nº 1264, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 16 de setembro de 2004 e 15 de setembro de 2009.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 786, de 27 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Elaine Cristina Mendes Tramontin	5444	3%	3%	01/03/10	0900/10
Elizabeth Olinda Guerra	2114	3%	27%	15/05/10	0899/10
Emilce Dias Rocha Maria	2137	3%	27%	15/05/10	0898/10
Gilmar Cargnin	2115	3%	27%	15/05/10	0897/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 787, de 27 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Adriano Ribeiro Cargnin	2154	3%	27%	15/05/10	0905/10
Alexandre Melo	2125	3%	27%	15/05/10	0904/10
Clerson Larroyd	2138	3%	27%	15/05/10	0903/10
Denise da Silva	2124	3%	27%	15/05/10	0902/10
Edenilso Jose Acorsi	2112	3%	27%	15/05/10	0901/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 788, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 019/2010.

Matr	Nome do Servidor	Função
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	
0947	Valter Euclides Damasco	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 789, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DANIA ANA MATHEI**, matrícula nº 5734, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2010 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 790, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DANIA ANA MATHEI, matrícula nº 5734, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2010 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 791, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KARINA CANTO BITTENCOURT, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 792, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JEAN CARLO GASPAS**, matrícula nº 6126, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Antonio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 793, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MILENE STRELOW**, matrícula nº 5210, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Antonio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 794, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JAQUE CUNICO BERNARDES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Antonio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 795, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDILSON HERMES SIQUEIRA, matrícula nº 5206, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Antonio Ceron).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 796, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RICARDO PELEGRINELLO**, matrícula nº 5317, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Dirceu Dresch).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 797, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **NOEL MACHADO DA SILVA**, matrícula nº 6209, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Dirceu Dresch).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 798, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JANDIR JOSE SELZLER**, matrícula nº 6035, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Dirceu Dresch).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 799, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EUCLIDES SANTO DA SILVA, matrícula nº 6267, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Dirceu Dresch).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 800, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LORENO JOSÉ SCARTEZINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Dirceu Dresch).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 801, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **WALDO LUIZ GELOSA FILHO**, matrícula nº 4249, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Genesio Goulart).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 802, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR WALDO LUIZ GELOSA FILHO, matrícula nº 4249 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Genesio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 803, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIZ CESAR GUIMARAES MARCAL**, matrícula nº 4135, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Genesio Goulart).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 804, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUIZ CESAR GUIMARAES MARCAL, matrícula nº 4135 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Genesio Goulart).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 805, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **KARINI ALVES GUIMARAES DA SILVA**, matrícula nº 5573, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-13, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Genesio Goulart).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 806, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KARINI ALVES GUIMARAES DA SILVA, matrícula nº 5573 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Genesio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 807, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ELANIR DA ROSA**, matrícula nº 4014, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 31 de maio de 2010 (Deputado Onofre Santo Agostini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 808, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ARTEMIO CARNIEL**, matrícula nº 3103, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Narcizo Parisotto).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 809, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JAIR LUIS PEDRI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Narcizo Parisotto).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 810, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LOURDES MARIA PETRI PAULI**, matrícula nº 6206, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2010 (Deputado Cesar Souza Junior).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 811, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALEXANDRE DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Cesar Souza Junior).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 812, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RENILDO JOSÉ DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Cesar Souza Júnior).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 813, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **EDNA MARIA BASTOS**, matrícula nº 4938, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2010 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 814, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDNA MARIA BASTOS, matrícula nº 4938, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2010 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 815, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RICARDO KRAMBECK JUNIOR**, matrícula nº 4570, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2010 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 816, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RICARDO KRAMBECK JUNIOR, matrícula nº 4570, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2010 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 817, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **TARCISIO WEISE**, matrícula nº 6007, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2010 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 818, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR TARCISIO WEISE, matrícula nº 6007, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2010 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 819, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEANDRO DOUGLAS LEITE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 820, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUISA EDUARDA SOUSA DE OLIVEIRA RATOCHINSKI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 821, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **NADIA MAKHOUL NEVES**, matrícula nº 1609, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Chefia da Seção de Atendimento ao Plano de Saúde, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOSÉ CARLOS CARVALHO COOK, que se encontra em fruição de licença prêmio por trinta dias, a contar de 30 de maio de 2010 (Diretoria de Recursos Humanos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 822, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR HERLON FERNANDES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Onofre Santo Agostini).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 823, de 28 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JULIO CESAR CASTELLAIN, matrícula nº 5848, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 152/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício n. 866/2010 - GP

Florianópolis, 24 de maio de 2010

Exmo. Sr.

GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

NESTA

Assunto: **Projeto de Lei**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado da respectiva justificativa.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

PROJETO DE LEI Nº 152.5/2010

Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar o imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 17.742, de 20 de maio de 1986, do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC, para o Município de São Miguel do Oeste.

Parágrafo Único - O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui da parte dos lotes urbanos nº 310 e 312, com a área em conjunto de 760 m2, com um prédio de alvenaria, de dois pavimentos, com área total construída de 942,5 m2, sitos à Rua Almirante Barroso, nº 305, na cidade de São Miguel do Oeste, confrontando em conjunto: ao NORTE, com a Rua Almirante Barroso, por 19 metros; ao OESTE, com parte dos mesmos lotes urbanos nº 310 e 312, de Clóvis Roberto Pohlmann por linha seca de 40,00 metros; ao SUL, com o lote urbano nº 308, de Lurdes Junges e Irmãos, por linha seca de 19,00 metros; ao LESTE, com parte dos mesmos lotes nº 310 e 312, de Newton Moojen Marques e Aloísio Birck, por linha seca de 40,00 metros.

Art. 5º - O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

Luiz Henrique da Silveira

GOVERNADOR DO ESTADO

EMPL n. 001/2010 - GP/TJSC

Florianópolis, 19 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina,

1. Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências".

2. A presente proposta tem por objetivo a doação de imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n. 17.742, de 20 de maio de 1986, do Ofício do Registro de Imóveis da comarca de São Miguel do Oeste, para o município de São Miguel do Oeste.

3. Destaque-se que o mencionado imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina está sob administração do Poder Judiciário, haja vista que ali estava abrigado o antigo Fórum da comarca.

4. Anote-se que o referido imóvel já se encontra à disposição da Municipalidade que o utiliza como Casa da Cidadania, na qual são prestados serviços aos munícipes, e abriga a junta do Serviço Militar, o Conselho Tutelar, Procon e diversos outros órgãos que garantem o acesso dos cidadãos a diversos serviços essenciais.

5. Dessa forma, fica claro o interesse público na doação do imóvel ao município de São Miguel do Oeste.

6. Por fim, cabe reafirmar que a aprovação da presente proposta não implicará em aumento de despesas no orçamento.

7. São essas, Senhor Governador, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do Projeto de Lei em questão.

Atenciosamente,
Trindade dos Santos

PRESIDENTE

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 153/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 865/2010 - GP

Florianópolis, 24 de maio de 2010

Exmo. Sr.

GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

NESTA

Assunto: **Projeto de Lei**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências". aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado da respectiva justificativa.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

EMPL n. 002/2010 - GP/TJSC

Florianópolis, 18 de maio de 2010

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

1. Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica" ao Município de Concórdia e dá outras providências.

2. A presente proposta tem por objetivo a doação de imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n. 17.654, à fl. 1, do Livro n. 2-AAV, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da comarca de Concórdia, em data de 17-04-2001

3. Destaque-se que o mencionado imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina está sob administração do Poder Judiciário, haja vista que ali estava abrigado o antigo Fórum da comarca.

4. Anote-se que o imóvel sob a administração do Poder Judiciário será instalado o Projeto da Prefeitura Municipal de Concórdia denominado "Centro Cultural", onde funcionarão a Biblioteca Municipal, Arquivo Público, Museu e o Procon Municipal.

5. Dessa forma, fica claro o interesse público na doação do imóvel ao município de Concórdia.

6. Por fim, cabe reafirmar que a aprovação da presente proposta não implicará em aumento de despesas no orçamento.

7. São essas, Senhor Governador, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do Projeto de Lei em questão.

Atenciosamente,
Trindade dos Santos

PRESIDENTE

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 154/10

Declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência e Promoção Social Ari Milis de Porto União.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência e Promoção Social Ari Milis, com sede no município de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Estadual 15.125/2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento, proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Assistência e Promoção Social Ari Milis do município de Porto União.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que tem por finalidade: a inclusão social de pessoas materialmente carentes; viabilizar cursos e palestras de cunho sócio-educativo; promoção de cursos para trabalhos manuais; proporcionar alimentação aos necessitados; trabalhar diretamente com a assistência social na comunidade;

Frete os relevantes propósitos da referida entidade (nos termos de seu estatuto), para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação da presente proposição, para conceder à entidade mencionada o Título de Utilidade Pública.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 155/10

Declara de utilidade pública a Central do Voluntariado de Blumenau, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Central do Voluntariado de Blumenau, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Giancarlo Tomelin

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual a Central do Voluntariado de Blumenau, com sede no município de Blumenau.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, é uma associação civil, de caráter comunitário, com atividades nas áreas da cultura do voluntariado, apoiar as organizações sociais no aperfeiçoamento, mobilização e gerenciamento de voluntários, identificar oportunidades criativas de participação solidária, promovendo o estímulo ao voluntariado no Brasil e no exterior, bem como executar projetos, programas, ou planos de ações, doação de recursos físicos humanos e financeiros, ou na prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Assim, para dar continuidade a essas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 156/10

Proíbe o repasse da cobrança de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços nas contas de serviços públicos estaduais a Igrejas e Templos de qualquer culto.

Art. 1º - Fica proibido o repasse da cobrança de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços nas contas de serviços públicos estaduais - água, luz, telefone e gás - de Igrejas e Templos de qualquer culto, desde que o imóvel esteja comprovadamente na posse dos Templos.

Parágrafo único - Nos casos em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento deverá se dar, mediante a apresentação de contrato de locação ou comodato em vigor, bem como da ata de abertura e respectivo estatuto social.

Art. 2º - Fica o Governo do Estado desobrigado a restituir valores indevidamente pagos até a data da vigência desta Lei.

Art. 3º - Os Templos deverão requerer junto às empresas prestadoras de serviços, a imunidade a que têm direito.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
Deputada Professora Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/10

JUSTIFICATIVA

O Presente Projeto de Lei visa assegurar o cumprimento do estabelecido na alínea *b*, do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, assim, nada mais justo que o Estado de Santa Catarina possa dar incentivo a Igrejas e Templos de qualquer culto religioso, isentando ao pagamento de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, sobre as contas de água, luz, telefone e gás, desde que os imóveis estejam comprovadamente na posse dos referidos Templos.

Proposta idêntica a esta já tramita em vários Estados (Rio de Janeiro, Roraima e outros) da República, que visa criar legislação explicativa e específica para que as empresas prestadoras dos serviços obedeçam o que na verdade é um preceito constitucional à proibição de qualquer imposto que incida sobre templo religioso. A imunidade tributária dos Templos religiosos consubstancia-se numa garantia constitucional, com vistas a viabilizar o pleno exercício de seu direito fundamental de liberdade de culto.

O texto constitucional não faz distinção de tratamento em relação a espécie de contribuinte (de direito ou de fato), nem tampouco a espécie tributo (direto ou indireto). Estabelece que os Templos são imunes a impostos, sem qualquer ressalva.

Assim, fica evidenciado que a vontade do constituinte originário, que deve prevalecer, é a de que os Templos não devem pagar impostos, nem diretamente, nem embutidos nas contas de serviços públicos como água, luz, telefone e gás, pois as entidades religiosas devem estar tributariamente imunes, pois, do contrário, acabariam de um modo ou de outro, contribuindo para o recolhimento do ICMS.

O ICMS é um imposto instituído para a cobrança da circulação de mercadorias, tendo como destinatárias as empresas concessionárias e prestadoras de serviços públicos, daí a impropriedade do repasse dessa cobrança aos Templos - consumidores finais nessa relação.

O STF - Supremo Tribunal Federal ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 3421, proposta pelo Governo do Estado do Paraná/PR em face da Lei nº 14.586/2004, que prevê naquele Estado a isenção do ICMS nas contas dos serviços de água, luz, telefone e gás utilizados pelos Templos religiosos, julgou improcedente essa impugnação ratificando a possibilidade dessa "opção político-normativa" com fundamento no parágrafo 6º do artigo 150 da Carta Magna/88.

É imprescindível que se reconheça que os serviços aqui contemplados integram a atividade final dos Templos, que não podem continuar a sofrer essa tributação, sob pena de grave violação da vontade do constituinte originário, que em observância ao direito fundamental à liberdade religiosa, própria de um Estado democrático de direito, estabeleceu imunidade tributária desses entes de forma expressa.

Assim, o Legislador Catarinense estará adequando o que está previsto na Carta Maior, motivo pelo qual ante o todo exposto, espera a aprovação dos Nobres Pares em relação a presente demanda, vez que estas entidades religiosas são muito pobres com estruturas modestas que sobrevivem da ajuda financeira da comunidade.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 157/10

Declara de utilidade pública o Clube de Mães Santa Rita, com sede no município de Jaborá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Clube de Mães Santa Rita, com sede no município de Jaborá.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Dirceu Dresch

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/10

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual o Clube de Mães Santa Rita, instituição sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender as senhoras que a ela se associem independente de classe social, nacionalidade, raça, cor e crença religiosa.

Ademais, dentre seus objetivos colaciona-se do seu Estatuto a preocupação em congregar e reunir mulheres para exercer a cidadania, melhorando a qualidade de vida das associadas e da comunidade carente, desenvolvendo voluntariamente atividades cívicas, culturais, recreativas e de lazer.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-lo, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 158/10

Declara de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z-28, de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z-28, com sede no município de São José.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Onofre Santo Agostini

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/10

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z-28, com sede no município de São José.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, constituída para fins de defesa, representação e assistência da classe dos trabalhadores profissionais da pesca artesanal na base territorial do município de São José, tendo como valores básicos a liberdade como bandeira, a unicidade como base estrutural.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 159/10

Denomina Rodovia dos Cavalheiros o trecho da Rodovia SC-350 compreendido entre os municípios de Abelardo Luz e Passos Maia.

Art. 1º Fica denominado Rodovia dos Cavalheiros o trecho da Rodovia SC-350, compreendido entre os municípios de Abelardo Luz e Passos Maia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/10

JUSTIFICATIVA

A estadualização da Rodovia SC-350 deu-se através de decreto estadual nº 2.490, de 03 de agosto de 2009 (cópia em anexo), sendo que anteriormente a rodovia denominava-se ABL 040.

A estrada liga os municípios à BR-282, em Ponte Serrada, cortando as cidades de Ouro Verde, Faxinal dos Guedes, Vargeão e Passos Maia.

O processo de estadualização era uma antiga reivindicação dos agricultores da região e foi o primeiro passo para o processo de

asfaltamento da estrada, que encurta em até 40 quilômetros o transporte da produção agrícola até a BR-282.

Em relação a denominação aqui proposta, valho-me de uma parte dos registros da história da rodovia, que se confunde com a história dos municípios da região e com os conflitos e discussões originadas pela posse e demarcação das terras da região localizada entre os rio Iguazu e Uruguai, nos fins do século XVIII. Nessa época a área era habitada por índios guaranis e kaingangues, povos que ainda hoje vivem em alguns pontos da região.

Passagem obrigatória para a Colônia de Xanxerê, no início do Século XX, o Município de Abelardo Luz era ponto de parada na estrada das Missões, por onde passavam militares e tropeiros.

Nessa época era integrante da antiga Colônia Militar de Chapecó, denominada Chapecó Grande, fazia parte do distrito de Diogo Ribeiro (hoje São Domingos), com o nome de Passo das Flores.

Francisco Lemos Cavalheiro foi o pioneiro no desbravamento da região. Por volta do ano de 1930, onde no cenário nacional acontecia a Revolução do governo de Getúlio Vargas, a família de Francisco Lemos Cavalheiro, migrou de Vacaria-RS e se estabeleceu, com seus 12 filhos na Fazenda Jardim, hoje Fazenda Uvaranas. Alguns meses após vieram o Sr. Argemiro, José e Nicolou Lemos Cavalheiro. Todos eram arrendatários o Senhor Alípio Maciel, de Palmas - PR.

Após vários anos adquiriram a propriedade e se dirigiam a Chapecó para efetuar o pagamento de impostos da propriedade; este trajeto era feito a cavalo, por trilhas, num período de dois dias, trilhas estas abertas por eles próprios; nesta época existia em Ponte Serrada um comerciante, o Sr. Bortolazzi, que trocava mantimentos como açúcar, sal e roupas pelas tropas de porcos de porcos e de gado conduzidas pela família Cavalheiro.

Ano após ano foram efetuando melhorias para viabilizar o trânsito das carroças, melhorias estas que foram feitas por arados de bois, picaretas e pás para possibilitar a passagem do primeiro veículo, um FORD GOBB 1929, do então agrimensor Evencio e sua esposa Dona Lena. Posteriormente a Dona Lena passou a lecionar em uma casa em Abelardo Luz, onde o Sr. Pedro Lemos Cavalheiro também estudou, e assim deram origem ao que hoje denomina-se Rodovia SC-350.

Verifica-se, portanto, que a matéria aqui proposta é na verdade uma justa homenagem a família dos valentes desbravadores que tão bem souberam escrever a história da região e desta rodovia, engrandecendo ainda mais o legado do povo de Abelardo Luz.

Por essas razões, nobres pares, peço a colaboração para a aprovação do presente projeto.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA - MP/170/2010

A Medida Provisória nº 170/2010, fica acrescida do seguinte artigo, renumerando-se os demais:

" Art. 3º Fica concedida aos servidores lotados na Procuradoria-Geral do Estado a gratificação de Retribuição pelo Êxito Judicial e pelo Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa do Estado, e para a Secretaria de Estado da Administração e o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina a gratificação Retribuição pela Redução do Custeio Estadual, pelo Incremento Efetivo da Arrecadação dos Fundos e pela Arrecadação Previdenciária, nos mesmos termos, critérios e especificações previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 443, de 13 de maio de 2009 e decretos regulatórios inerentes."

Deputado Jorginho Mello

Justificativa

A presente emenda concede aos servidores por ela atingidos, justiça e igualdade de tratamento, quando os beneficia com a retribuição pelo esforço de cobrança, posto que participam de forma intrínseca e constante da cobrança realizada de créditos tributários inadimplentes e de dívida ativa não tributária.

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 26/05/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 170/2010

Fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de Procurador do Estado, a que se refere o art. 37, incisos X e XI e § 11, o art. 39, § 4º, e art. 135, da Constituição Federal, e art. 104-A, da Constituição do Estado, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os integrantes da carreira de Procurador do Estado serão remunerados mediante subsídio mensal.

§ 1º O subsídio mensal do cargo de Procurador do Estado para o último nível da carreira é fixado, a partir de 1º de janeiro de 2011, no valor estabelecido na parte final do art. 1º da Lei nº 13.574, de 29 de novembro de 2005, com a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 460, de 22

de outubro de 2009, observando-se, em relação às demais classes da carreira o escalonamento hierárquico previsto na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado na data da implantação do subsídio.

§ 2º Os Procuradores do Estado em exercício nos cargos de Procurador-Geral do Estado, Subprocurador-Geral do Contencioso, Subprocurador-Geral Administrativo e Corregedor-Geral, perceberão subsídios acrescidos de um percentual de 7% (sete por cento) sobre o valor do subsídio do respectivo cargo efetivo; os Procuradores do Estado em exercício nos cargos de Sub-Corregedores e Procurador-Chefe de órgão de execução central perceberão subsídios acrescidos de um percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do subsídio do respectivo cargo efetivo; os Procuradores do Estado em exercício na função de Procurador-Chefe de órgão de execução regional perceberão subsídios acrescidos de um percentual de 3% (três por cento) sobre o valor do subsídio do respectivo cargo efetivo.

§ 3º A indenização paga ao Procurador do Estado lotado na Procuradoria Especial em Brasília fica fixada no percentual de 20% (vinte por cento) do subsídio percebido pelo Procurador do Estado no último nível da carreira, conforme a hierarquia fixada na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado na data da vigência do subsídio, não se incorporando à sua remuneração e aos seus proventos.

Art. 2º Na hipótese de o subsídio fixado importar em decréscimo da remuneração, tal diferença será paga a título de vantagem nominalmente identificada a ser absorvida em futuros reajustes do valor do subsídio.

Art. 3º Fica concedida aos servidores lotados na Procuradoria-Geral do Estado a gratificação de Retribuição pelo Êxito Judicial e pelo Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa do Estado, e para a Secretaria de Estado da Administração e o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina a gratificação Retribuição pela Redução do Custeio Estadual, pelo Incremento Efetivo da Arrecadação dos Fundos e pela Arrecadação Previdenciária, nos mesmos termos, critérios e especificações previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 443, de 13 de maio de 2009 e decretos regulatórios inerentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto ao disposto no art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2011.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL 003.1/2010

Art. 1º Fica acrescido o § 4º ao art. 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

"Art. 13.....

§ 4º A alienação ou qualquer transferência do controle acionário da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, sua subsidiária Celesc Distribuição S.A. e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. - Casan, dependerá obrigatoriamente de autorização legislativa com posterior consulta popular, sob forma de referendo."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de maio de 2010

ELIZEU MATTOS

Deputado Estadual

Pedro Uczai

Deputado Estadual

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 25/05/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 25/05/10

REDAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N. 003/10

Acresce o § 4º ao art. 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica acrescido o § 4º ao art. 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

"Art. 13.....

§ 4º A alienação ou qualquer transferência do controle acionário da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, sua subsidiária Celesc Distribuição S.A. e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. - Casan, dependerá obrigatoriamente de autorização legislativa com posterior consulta popular, sob forma de referendo."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 25 de maio de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***